Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 – Série VII – N.º 598
13 de Junho de 1985
Preço: 40$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

Álvaro Cunhal no distrito de Viseu

O secretário-geral do PCP nas minas do Pejão... com interesse de voltar expressamente para um contacto mais demorado com os mineiros

Ler nas págs. 1, 2 e 3/Semana

Quais as razões fundamentais da ruptura da coligação e da desagregação do Governo?

A primeira é que o Governo PS/PSD não resolveu nenhum dos sérios problemas nacionais existentes, antes os agravou a todos.
A crise interna e a ruptura da coligação PS/PSD é a prova do completo fracasso e derrota da sua política.

A segunda razão é a rápida redução da sua base social e política de apoio.
O crescente isolamento social e político é a prova de que o Governo PS/PSD deixou de contar com um apoio que legitime a sua continuação no poder.

A terceira razão é a amplitude, a força e a determinação crescentes do movimento operário, popular e democrático.
Foi a luta do povo que, como torrente impetuosa, acabou por fazer esboroar o Governo de coligação como um castelo de areia.

(Do discurso de Álvaro Cunhal em Lamego)

Adesão à CEE — um tratado desastroso

A assinatura deste tratado culmina uma longa operação política conduzida por sucessivos governos (PS, PS-CDS, PSD-CDS, PS-PSD) sistematicamente nas costas do povo português e ao arrepio dos seus interesses, sem qualquer informação séria e sem o debate nacional que, indiscutivelmente, matéria de tal delicadeza e gravidade impunha — afirma-se numa nota da SIP do PCP a propósito da assinatura do tratado de adesão à CEE.

Depois de salientar que a adesão **ameaça provocar danos irreparáveis no aparelho produtivo nacional, (na indústria, na agricultura, nas pescas, no comércio), representa uma considerável barreira ao desenvolvimento independente de Portugal, acentua, dramaticamente, a degradação social já hoje existente e mutila gravemente a soberania nacional**, a nota da SIP sublinha que **não passará muito tempo sem que se reconheça que, pronunciando-se contra a adesão à CEE, o PCP assume uma atitude de firme defesa dos interesses nacionais**.

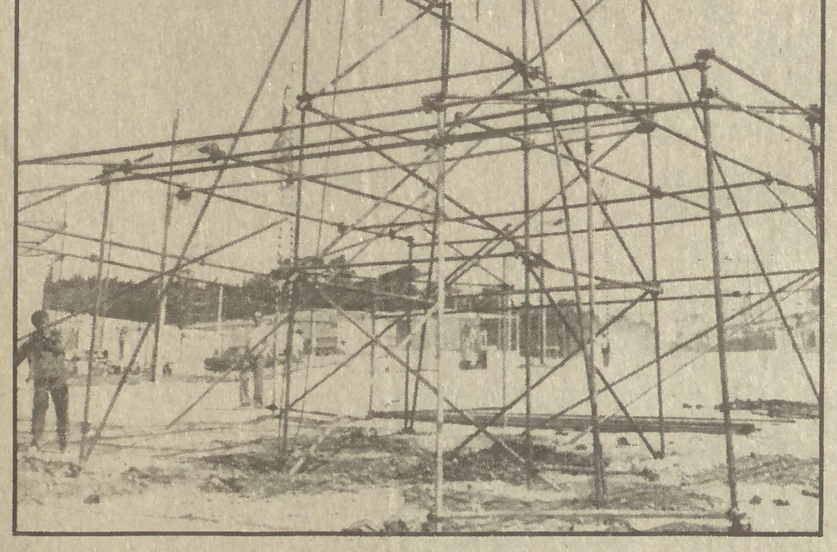
Ler nas págs. 9, 10, 12 e 13/Semana

A coligação acabou Governo para a rua

Ler Editorial

festa do Avante!

6, 7 e 8 de Setembro



Nos terrenos do Alto da Ajuda aguarda-se para hoje nova jornada de trabalho voluntário para erguer a Festa do «Avante!» – 1985. A acção desta quinta-feira prevê, naturalmente, apenas a participação de camaradas e amigos que trabalham no concelho de Lisboa, onde é feriado. Mas no próximo fim-de-semana, à semelhança do que já aconteceu anteriormente, lá estarão homens, mulheres e jovens de outras zonas, incluindo a Margem Sul. Há trabalho para toda a gente. Mas em termos de especialidades, o apelo dirige-se a montadores de tubos e outras estruturas, carpinteiros e pedreiros. Os camaradas e amigos que vão colaborar na implantação da Festa devem dirigir-se aos serviços centrais, onde lhes serão prestados os esclarecimentos necessários e distribuídas as tarefas. A ida à Ajuda pode ser individual ou colectiva. Salienta-se desde já que a organização das jornadas a partir dos Centros de Trabalho, células e outros organismos do Partido é do maior interesse. No Alto da Ajuda funciona um serviço de almoços para todos, com inscrição prévia até às 10 horas da manhã.

Ler na pág. 7/Semana

Editorial

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 598
13 de Junho de 1985
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

A coligação acabou Governo para a rua

O nosso país, as suas instituições democráticas, o povo português estão desde há uma semana perante uma insólita mas não surpreendente situação de facto que a partir de hoje, a concretizar-se a anunciada renúncia dos ministros, secretários e subsecretários de Estado do PSD, será um facto consumado: o fim sem glória do Governo PS/PSD.

O Governo da «maior maioria de sempre», constituído não por respeito à aritmética do voto mas para dar sequência ao projecto contra-revolucionário com contrato a prazo por quatro anos, rompeu pelas costuras e terminou miseravelmente os seus dias ao cabo de apenas dois anos.

A ruptura da coligação e as causas que lhe estão na origem confirmam de maneira concludente a justeza das previsões do PCP.

Entretanto, já cadáver, em nome de um país — o nosso — que já não representa, o Governo PS/PSD assinou ontem mesmo com honras fúnebres um acto afrontoso que é um quase epitáfio da coligação e uma pré-certidão de óbito de actividades vitais da nossa economia e da nossa produção: o tratado de adesão à CEE que suscitou a viva contestação dos trabalhadores e de outros vastos sectores representativos de uma clara maioria da nossa população. Trata-se de uma autêntica capitulação nacional que é imperioso atalhar.

A operação fúnebre dos Jerónimos, realizada por uma coligação defunta e sem qualquer legitimidade e autoridade como orgão do Poder, compromete gravemente o País.

O divórcio litigioso do casamento político contra-revolucionário PS/PSD acaba pois de efectivar-se.

Como era de esperar chovem agora as mútuas recriminações, «motivações» de ruptura, acusações de mútuo desrespeito pelos compromissos assumidos.

Almeida Santos, o causídico de serviço do PS que ainda anteontem veio à TV reafirmar a boa fé do seu partido na desfeita coligação, tinha afirmado há dias em entrevista à imprensa, com o balanço rosado dos dois anos de Governo, a bondade do casamento de conveniência com o PSD.

«Importantes medidas — disse ele — acabaram por ser viabilizadas, medidas que o PSD em três anos de coligação com o CDS não foi capaz de concretizar. O País sabe que só um governo liderado pelo PS era capaz de as concretizar.»

Uma curiosa afirmação que dá razão a uma «histórica» resposta do engenheiro Vasco de Mello, antigo presidente da CIP e membro da família Mellos da antiga CUF a um repórter da TV em Novembro de 1983.

Disse ele: «É de toda a vantagem que medidas necessariamente impopulares sejam aplicadas por um governo chefiado pelos socialistas.». Mário Soares e os soaristas de novo tudo fizeram para isso.

Os dois desamigados da defunta coligação endossam agora um ao outro não só as responsabilidades da ruptura como sacodem do capote as do agravamento da situação do País.

Não há, contudo, razão para disputas: um e outro são culpados; um e outro são «réus de lesa-pátria» perante o tribunal da nossa História e o juízo do nosso povo não os poderá absolver.

As justificações e recriminações dos dois comparsas da defunta coligação são, porém, pura manobra de diversão para tentarem ocultar as verdadeiras causas do seu naufrágio político.

As motivações profundas são outras e é impossível iludi-las.

O que está na base da ruptura da coligação governante são três causas fundamentais:

Uma, a política de desastre que colocou Portugal à beira da bancarrota;

Outra, a desordem e a desestabilização provocadas pela clique governante na economia, na vida social, nas instituições, na moral do Poder;

Outra, a determinante luta e tenaz resistência dos trabalhadores e de outras camadas do nosso povo contra a política nefasta da clique contra-revolucionária governante, acções que assumiram nos últimos meses e nos últimos dias aspectos de excepcional envergadura.

O Governo PS/PSD afunda-se na falência política e na abjecção moral porque agravou a crise económica, financeira e social numa escala sem precedentes.

As condições de vida do povo tornaram-se insustentáveis; a acumulação forçada de capitais à custa da exploração e espoliação agravadas dos trabalhadores e das classes e camadas mais desfavorecidas está na base da extensão da miséria e da fome em vastos sectores da população portuguesa.

O aumento do desemprego, o flagelo dos salários em atraso, as graves carências nos domínios da assistência social, da saúde, do ensino, da habitação e outros sectores vitais da nossa vida nacional acompanharam a par e passo a ofensiva contra as empresas públicas e nacionalizadas, contra a Reforma Agrária, contra as conquistas de Abril, foram a consequência lógica de uma política de submissão aos potentados do dinheiro, às multinacionais, ao imperialismo.

O Governo dirigido por Mário Soares, em comandita com os barões do PSD, endividou o País ao estrangeiro em cifras e condições tais que afectarão duramente as gerações vindouras se decisões corajosas não forem tomadas pelos futuros governantes e pelo nosso povo.

A operação política anti-Abril de adesão à CEE foi como chumbo derretido nas chagas da crise económica e financeira.

É uma autêntica «carta de prego» o que o Governo-cadáver do PS e do PSD assinaram ontem nos Jerónimos. Este acto de capitulação nacional exige uma decidida contenção patriótica antes que seja ratificada em 18 de Julho.

Nem o povo nem os seus representantes na Assembleia da República conhecem os termos exactos desta capitulação.

«Problemas técnicos de última hora» anunciados pelos governantes e totalmente desconhecidos da opinião pública e dos orgãos representativos do povo português podem ter significado profundas alterações ainda mais gravosas para a nossa economia e independência nacionais.

A adesão (política) à CEE constitui uma grave ameaça suplementar para Portugal e o povo português.

A defunta coligação PS/PSD levou até às últimas consequências a desordem da administração do Estado e a desestabilização da vida e das instituições do País.

A vigência do Governo é um rosário de violações da legalidade democrática, das regras constitucionais, da moral do Poder.

A corrupção à sombra do aparelho de Estado e em departamentos do próprio Governo; a dissipação dos bens públicos em gastos imorais e sumptuários e em custosas viajatas dos ministros; a indecorosa repartição das pastas, das postas e dos tachos entre as clientelas dos dois partidos; os «buracos» orçamentais e as tentativas de fraude financeira que puseram à beira da ruptura o sistema bancário e as finanças do País; a escandalosa manipulação dos orgãos de Comunicação Social do Estado ao serviço dos dois partidos do Governo e para objectivos de promoção pessoal e eleitoralista de Mário Soares; a guerrilha institucional nos termos mais ofensivos contra o orgão de soberania Presidente da República; o desrespeito pela legalidade democrática que tem uma gritante expressão na recusa de aplicação dos 198 acórdãos do STA transitados em julgado dos 290 pronunciados a favor das UCPs atingidas pelos roubos e os actos de arbítrio e violência cometidos com a cobertura directa do Governo contra a Reforma Agrária; os «pacotes» legislativos anticonstitucionais que automaticamente caíram agora com o fim do Governo — o laboral, o eleitoral, o autárquico, o agrícola, o das rendas e outros projectos celerados na sequência de outros que a «maior maioria de sempre» conseguiu impor gravosamente ao País como o da «abertura à privada» nas actividades bancária, dos seguros e dos cimentos; a entrega de mão beijada aos antigos monopolistas e latifundiários de bens legitimamente expropriados e tantos, tantos outros atentados à legalidade e surtos de desordem e desestabilização da autoria do Governo — eis alguns dos mais gritantes motivos da falência e da morte da coligação PS/PSD.

Contudo a «artilharia pesada» que demoliu os alicerces deste defunto Governo malfazejo foi a tenaz luta e resistência dos trabalhadores e do povo, o potente movimento popular de massas por reivindicações profundamente sentidas que principalmente nos últimos dias se exprimiam numa única e fundamental exigência: «Governo para a rua!»

Em particular nas poderosas acções de massas des-

tes primeiros seis meses de 1985 foi forjada uma vontade popular unânime para correr com o Governo PS/PSD e para a viabilização de uma alternativa democrática à volta da qual se fortalece a unidade, a convergência, a luta comum de muitos portugueses patriotas que comungam, no plano social e político, numa profunda aspiração de mudança de Governo e de política, de continuação do 25 de Abril.

A jornada de 16 de Março; as poderosas manifestações democráticas do 25 de Abril; as gigantescas manifestações do 1.º de Maio; as inúmeras greves e paralisações em empresas e sectores profissionais dos mais vastos; as lutas de milhares de agricultores; as concentrações e desfiles dos trabalhadores da Reforma Agrária, das mulheres trabalhadoras, dos jovens, dos reformados, e, pelo seu significado e oportunidade, a grande acção nacional de protesto do dia 4 que coincidiu no momento preciso com o anúncio da ruptura da coligação, foram a causa de mais densa carga determinante do afundamento desde já da clique governante PS/PSD.

A solução democrática mais justa e imperiosa que a ruptura da coligação coloca no plano institucional é sem dúvida a demissão imediata do Primeiro-Ministro e, por inerência, dos restos do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a realização de eleições legislativas antecipadas nos prazos constitucionais.

Um governo de gestão que tenha como tarefa essencial assegurar a democraticidade das eleições deve gerir os negócios correntes do Estado até que o resultado da consulta eleitoral determine a composição política de um novo governo.

Mário Soares e os soaristas chegaram a esboçar a ideia da «recauchutagem» do actual Governo com a substituição dos ministros demissionários do PSD. Seria uma grosseira mistificação das disposições constitucionais e da realidade política.

Foi o Governo de coligação PS/PSD o que se desfez agora e não um governo PS com ministros do PSD.

Qualquer solução que se basei num governo do PS sozinho, aliado — como na experiência de 1976 — à direita, não serve os interesses da democracia portuguesa e não garante a necessária isenção e verdade dos actos eleitorais que o ano político comporta.

Seria, contudo, uma falta de graves consequências se o povo português se limitasse à ideia de que a solução para a crise política actual é uma tarefa exclusivamente institucional.

O povo português tem uma palavra a dizer, uma palavra decisiva. É a palavra da luta.

A situação alterou-se. É agora necessário repensar questões e tarefas essenciais e nelas é imperioso fazer influir a força determinante do movimento operário, popular e democrático de massas.

O Governo PS/PSD está demissionário mas a luta continua.

E deve continuar até que uma solução democrática e patriótica seja encontrada para a crise.

Resumo

5
Quarta-feira

Eanes

O Presidente da República anuncia que vai desenvolver os contactos necessários para poder actuar logo que seja formalmente consumada a ruptura da coligação. ■ A CGTP-IN considera que a acção nacional de protesto desenvolvida na terça-feira foi «a mais importante jornada de luta dos trabalhadores depois das greves gerais de 1982». ■ Contrastando com a maioria dos países europeus, o Governo português apoia a «guerra das estrelas» de Reagan. ■ Encerram em Lisboa as quartas «jornadas do ambiente». ■ Margaret Thatcher e Helmut Kohl não estarão em Lisboa para assistirem à cerimónia de adesão de Portugal à CEE, é anunciado. ■ Segundo o «New York Times», os Estados Unidos

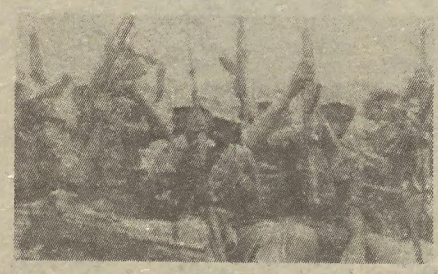
têm preparada a invasão militar directa à Nicarágua. ■ A capital do Irão volta a ser alvo de bombardeamentos. ■ Nos Estados Unidos, o Congresso vota sanções contra a África do Sul. ■ Na Grécia, é empossado o novo governo, que estará em funções durante apenas um mês. ■ Em Paris, a polícia e operários da fábrica «SKF» entram em confronto.

6
Quinta-feira

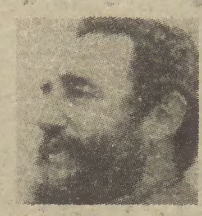
Feriado nacional. ■ A maioria dos partidos e das personalidades ouvidas pelo Presidente pronunciam-se a favor da dissolução da Assembleia da República. ■ Durante um comício em Lamego, Álvaro Cunhal salienta que «este Governo não tem legitimidade para assinar tratado com a CEE». ■ É inaugurada a XXII Feira Nacional da Agricultura. ■ Os trabalhadores da Reforma Agrária exigem a suspensão da entrega de terras. ■ A ruptura da coligação foi festejada por milhares de pessoas em Vizela. ■ Recrudesce de violência a guerra do Golfo. ■ Weinberger desconfia dos aliados europeus dos Estados Unidos. ■ No Brasil é exumado um cadáver que a polícia brasileira supõe ser de Josef Mengele, o «anjo da morte» nazi.

7
Sexta-feira

A ausência do apoio europeu à ruptura unilateral dos acordos SALT-2 e ao projecto da «guerra das estrelas» transforma a reunião da NATO em Portugal numa derrota dos Estados Unidos. ■ Portugal e Espanha concluem à pressa as negociações com a CEE, de modo a permitir que a assinatura do tratado de adesão se faça na data prevista. ■ No Porto, os agricultores criam a Associação de Agricultores do distrito do Porto. ■ O Hotel Ofir despede trinta trabalhadores efectivos. ■ Inicia-se no Porto o II Congresso de Psiquiatria Portuguesa. ■ O presidente angolano denuncia as pretensões agressivas do regime da África do Sul. ■ Tripoli, no Sul do Líbano, é palco de violentos combates entre milícias fundamentalistas islâmicas e do Partido Democrático Árabe. ■ O presidente da Nicarágua declara que os senadores norte-americanos votaram favoravelmente a guerra contra o seu país. ■ O presidente da Zâmbia visita a República Popular de Angola.



8
Sábado


Fidel Castro

José Casanova, ao falar na Festa Popular de Alverca, salienta que Soares e o Governo devem ser demitidos. ■ Continua a zanga de comadres entre o PS e o PSD. ■ Começa no Porto o forum «Portugal — Pátria de Abril». ■ Cerca de 400 jovens do concelho de Loures estão acampados a comemorar o Ano Internacional da Juventude. ■ Encerra a conferência «Os Portugueses e o Mundo». ■ O serviço de urgência do Centro de Saúde de Estremoz está encerrado porque os médicos exigem o pagamento das horas extraordinárias. ■ Para a DORAM do PCP, a ruptura da coligação é uma grande vitória da luta dos trabalhadores, do povo e das forças democráticas. ■ Fidel Castro apela ao não pagamento das dívidas externas dos países da América Latina e Central. ■ No Líbano, 23 finlandeses da força da ONU são raptados por milícias facistas libanesas. ■ No Sudão, a fome ameaça dois milhões de pessoas. ■ A guerrilha salvadorenha destrói posto de telecomunicações militares.

9
Domingo

Cavaco e Silva defende a demissão do Governo e a realização de eleições antecipadas. ■ No Porto, o Presidente da República evoca «as tradições de trabalho e resistência popular» do povo portuense. ■ Realiza-se o 1.º Congresso da Federação dos Sindicatos da Pesca. ■ Em Alenquer, realiza-se um encontro da APU. ■ A transnacional Grundig quer despedir mil trabalhadores em Portugal. ■ No forum «Portugal — Pátria de Abril» é salientada a necessidade de se interromper o projecto restauracionista para se retomar o caminho de Abril. ■ Weinberger insiste no aumento real dos gastos militares dos Estados Unidos. ■ Cerca de 20 mil pessoas manifestam-se em Dusseldorf contra o rearmamento mundial e a instalação de mísseis norte-americanos na Europa. ■ Cerca de 45 milhões de italianos votam o referendo ao decreto governamental que restringe as subidas dos salários. ■ O primeiro-ministro chinês visita a República Federal Alemã. ■ As milícias fascistas treinadas por Israel continuam a atacar as forças da ONU estacionadas no Sul do Líbano.

10
Segunda-feira

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. ■ Depois do PSD, agora também o PS admite a realização de eleições legislativas antecipadas. Quando o barco se afunda... ■ A Inspecção Económica apreendeu 92 mil contos de mercadorias nos primeiros quatro meses do ano, é anunciado. ■ Nas comemorações do Dia de Portugal, o Presidente da República condecora diversas personalidades. ■ O Benfica vence a Taça de Portugal. ■ Uma delegação do Soviete Supremo da URSS chega a Portugal para uma visita de 6 dias a convite da Assembleia da República. ■ Israel afirma ter completado a sua retirada do Sul do Líbano. Para trás apenas ficaram alguns «conselheiros militares». ■ Recrudesce a violência na Índia, onde morreram 17 pessoas no estado de Gujarat. ■ A pedido da República Popular de Angola, o Conselho de Segurança da ONU debate o futuro da Namíbia. ■ Enquanto prepara a invasão da Nicarágua e a «guerra das estrelas», Reagan diz que vai cumprir o tratado Salt-2.

Delegação do Soviete Supremo

11
Terça-feira

Uma delegação do Soviete Supremo da URSS que se encontra no nosso país a convite da Assembleia da República é recebida por Fernando Amaral, presidente daquele órgão de soberania, e encontra-se com representantes dos principais partidos políticos portugueses. ■ A CGTP-IN afirma em conferência de imprensa que o Governo «não tem credibilidade nem legitimidade para, com a sua assinatura», amarrar o País à CEE. ■ Trabalhadores aduaneiros cumprem o primeiro de dois dias de greve, paralisação que regista elevada adesão. ■ Aviação iraquiana bombardeia quatro cidades e duas bases militares iranianas. ■ A União Soviética acusa os Estados Unidos de pretenderem «retirar-se passo a passo» do acordo SALT-2 sobre a limitação dos armamentos estratégicos. ■ Samora Machel afirma que a «eliminação total e completa dos bandidos armados» é tarefa prioritária. ■ Países de África e da Ásia exigem no Conselho de Segurança das Nações Unidas a imposição de sanções obrigatórias contra o regime racista sul-africano.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27
Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Maio: 41 348

Semana

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 598
13 de Junho de 1985
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

***Um diálogo** que em breve se transformou em acalorada conversa a várias vozes (minas do Pejão)*

***No comício** de Lamego, a juventude fez as despesas da festa*

Álvaro Cunhal no distrito de Viseu

Do Pejão a Lamego na rota do trabalho

As minas do Pejão, no distrito de Viseu, trepam pela margem direita do Douro em degraus polvilhados a verde e negro: o verde é do arvoredo, o negro do carvão natural que sai das suas entranhas numa mina que é a única do ramo, no nosso país, em total actividade.

É preciso apreciar ao vivo um encontro destes para se escarolar convenientemente o joio da demagogia — o tal que é semeado aos punhados de adeuses, atirados pelos actores da chamada «classe política» quando em ronda eleitoral...

Havia apenas parte de uma tarde para visitar as minas. O programa previa um encontro com a administração — que fez questão em explicar a Álvaro Cunhal, nas instalações dos gabinetes técnicos da empresa, o funcionamento desta — outro com as comissões de trabalhadores e delegados sindicais e, finalmente, uma visita ao interior das minas. Tudo se cumpriu e se dilatou: encontros, visitas e horários.

Utilizando projecções de transparências com documentos técnicos, a administração das minas do Pejão explicou aos dirigentes do PCP que estas se encontram numa faixa carbonífera que vai de Esposende a Castro Daire, explorando actualmente nove concessões — oito na margem direita do Douro, a restante na margem esquerda. A produção atingiu o seu auge em 1923 (as minas começaram a ser exploradas em 1894), devido à I Guerra Mundial, e hoje arranca 1000 e tal toneladas diárias, numa laboração que envolve um total de 1150 trabalhadores e numa actividade que vai até à profundidade de nove pisos. Respondendo a três perguntas do secretário-geral do PCP (quais os limites de exploração, como se perspectiva a questão dos mercados e que medidas de desenvolvimento tecnológico se prevêem), os técnicos da empresa informariam que há zonas promissoras na margem direita do Douro até Castro Daire, que não se pode esperar destas minas a capacidade de abastecer o País, mas há possibilidades de arranjar mercado certo na zona, sobretudo se se criar uma central térmica à boca da mina, e finalmente que há projectos regionais próprios que, a serem concretizados, dinamizarão a região.

***Em Avões** foi a festa vestida de emoção—um encontro de amigos onde mais uma vez se viu que a luta e a alegria andam de mãos dadas*

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

10 anos de publicação em liberdade

à VENDA

a Talhe de FOICE

O «novo» jogo

E aí vamos de novo, como se as instituições fossem um pano verde e as palavras simples cartas de jogar. Os jogadores, a dois, a três, a pares, a muitos, apressam-se no temor de que o baralho se venha a delir antes da jogada de trunfos. Aí vamos nós, a ouvir o que seria impensável se de jogo — viciado — não se tratasse.

Há mestres, neste jogo de passa-culpas em que se encontram empenhados pelo menos dois partidos que, depois de uma partida a parceiros, se encontram face a face, virando ambos as costas ao público forçado a vê-los apostar na mesa o dinheiro de todos. E há conselheiros — a espreitar em espelhos de algibeira a mão do adversário —, claques a estalar palmas e a soprar assobios, homens de mão que sacam do cacete e ameaçam as clientelas. Como se Portugal fosse o vasto «saloon» de uma coboiada e o interesse da nação fosse tão só a salvação do bar e da garrafeira.

Um dos mestres — e não falemos ainda dos patrões, ocupados na estimação da imagem e do perfil (uma bochecha alimentada a almoço beneditino, uma voz dificultosa a tentar amaciar a face de cavaco, uma barba a esconder o pirosismo saudosista) —, um dos mestres é, sem dúvida, Almeida Santos. Ao fim de anos a jurar que o parceiro era mesmo «social-democrata», vem agora, sacando outras cartas da manga, afirmar que o PSD, já muito antes da Figueira, há praí um ano, estava lançado numa «dinâmica de ruptura», numa «lógica de direita». Di-lo sem a amostra de um sorriso, mesmo a sério. Como se, trocando de cartas, esquecesse que, de há um ano para cá, o PS continuava agradado com a companhia — de direita — e tivesse feito tudo para que companhia lhe não faltasse — para a política de direita...

Não colhe também — a menos que se embarque no jogo viciado que nos querem mostrar — a peremptória afirmação de que o PS se teria recusado a aceitar os pontos exigidos pelo PSD. Com efeito, é ridículo que a desavença entre os parceiros surgisse à volta da «forma» de alteração da legislação laboral. Diz o PS, pela voz de Almeida Santos, que o PSD — de Cavaco — queria tratar o assunto por intermédio de uma autorização legislativa — forma aliás tão ao gosto do Governo de Soares. Mesmo que assim fosse, não se arriscariam os parceiros a discordar publicamente do diploma que seria apresentado, como agora Almeida Santos pretende fazer crer. Quanto à revisão da Lei da Reforma Agrária — tão maltratada aliás pelo Governo de coligação – só quando cheirou ao PS que a ruptura estava prestes, é que desencadeou uma série de «denúncias» sobre os crimes praticados contra a Reforma Agrária, crimes com os quais ambos os parceiros conviveram e promoveram nos campos do Alentejo e do Ribatejo...

E que dizer da «recusa» às alterações à Lei Eleitoral para as Autarquias, quando a gente sabe dos cozinhados à pressão, tentados pelo País fora «para desalojar os comunistas», quando se sabe da submissão do PS às intimações do PSD em tantos casos nesse capítulo?

Finalmente, a história da assinatura do Tratado de Adesão à CEE — cuja consumação estava marcada para ontem, debaixo de uma lona de circo no claustro dos Jerónimos — em que fica a acusação «socialista» de que o PSD não queria assinar o tratado, quando foi o próprio Cavaco a declarar a ruptura para hoje, um dia depois da prevista assinatura?

Temos assim que o PS quer aparecer, aos olhos do público, do eventual eleitor das «antecipadas», como limpo de todas as culpas e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, como de «esquerda», ao passo que o terrível PSD seria o da «lógica de direita».

Temos também, e por outro lado, que o PSD pretende aparecer aos mesmos olhos, supostamente ingénuos, do eleitorado, como «traído» nos objectivos negociados entre os dois, há mais de dois anos, acusando o PS de ser «socialista» — como diz a receita de Lucas Pires — e de não querer resolver os problemas do País.

Temos , afinal, que nem o PSD é mais de direita que o PS, nem o PS é de esquerda alguma. Se o projecto de ambos não foi mais longe, à luta e à resistência popular, à persistência dos democratas fica a dever-se. A ruptura, em si mesma, entretanto, se é produto das dificuldades em aplicar tal projecto e se pode ainda basear-se nas receitas divergentes e nos «timings» diversos encarados pelos parceiros, tem a ver, de caras, com a corrida às presidenciais. Para este jogo também há mestres.

Freitas do Amaral é para já o eleito do PSD/Cavaco. E o «Semanário», onde pontificam gradas «sensibilidades» dos «populares-democráticos», já deu novo tom às suas sondagens, mostrando Freitas no comando, Soares a ganhar a Pintasilgo na segunda volta...

Não deixa de ser curiosa, aliás, a forma como o oracular Marcelo «analisa» a situação política, retirando de comparações abstrusas, a conclusão de que «o dr. Soares vai ter de fazer o oposto do que tem vindo a defender» (...) «Falhado o seu charme à direita», diz Marcelo, «tem de aparecer agora como o "rassembleur" da esquerda».

O conselho veio um pouco tarde. Almoçando com os beneditinos, Soares, mesmo de boca cheia, já começou a falar. Com a voz de Almeida Santos, por exemplo. A dar o dito por não dito.

■ **L. M.**

PCP

Álvaro Cunhal no distrito de Viseu

Seria também dito que a empresa tem autonomia de administração, que no próximo ano acabam os encargos com financiamentos externos (embora as minas continuem com todo o seu património hipotecado) e, por aquiescida chamada de atenção de um membro da comissão de trabalhadores presente, que a laboração da mina se tem conseguido graças ao empenhamento dos seus próprios trabalhadores, dada a falta de atenção do poder central para com os problemas que ali se enfrentam.

Mostrar em baixo o que se diz em cima

O encontro com as comissões de trabalhadores e delegados sindicais teria lugar na mesma sala onde se esteve com a administração, o que circunstanciou apartes discretamente jocosos entre esta e os seus «administrados» (querem arejar a sala? — ironizaria alguém da administração — é para a «despoluir», não? — ao que, também rindo, alguém da parte dos trabalhadores repontaria: «se não formos nós a cuidar da despoluição, quem o fará?»), o que pese o tom brincalhão, não deixou de trazer à tona a fricção existente à volta de questões tão importantes como a saúde no trabalho, como se veria a seguir.

E os trabalhadores foram claros: o verdadeiro segredo da resistência da mina está no autofinanciamento dos próprios trabalhadores. A empresa começou com um patrão belga, depois foi comprada pelo IPE (que ficou com todas as acções) e desde 1975 tem sofrido diversas alterações, nomeadamente a transferência das acções para a Ferrominas EP, de Moncorvo

Segundo os trabalhadores, a empresa levantou-se e tem resistido graças ao esforço de quem lá trabalha. O arranque para o PJ2 (o novo projecto de exploração que deu outra vida à exploração) fez-se graças à decisão dos trabalhadores e com reticências por parte do Governo central, e constituiu um salto no escuro e sem «rede», dada a falta de apoio do Executivo. Mas permite, agora, um horizonte de laboração de, pelo menos, 20 anos. Diminuíram os postos de trabalho mas tem-se mantido o nível dos 1150 lugares.

Depois veio o enunciar dos problemas. A silicose atinge níveis de 40% nestas minas, o que é excessivo em qualquer parte do mundo e mesmo no nosso país, como recordou Álvaro Cunhal, que sublinhou ser a exigência de métodos de salvaguarda da saúde um ponto-chave a defender no Pejão, dadas as condições de segurança assim tão altamente insatisfatórias. E os representantes dos trabalhadores pormenorizaram: há um exame médico anual que exige deslocações, e de há dois anos a esta parte a Caixa de Doenças Profissionais nem o dia perdido paga; é altamente insatisfatório o actual regime de reforma, que coloca o limite de idade de 50 anos mas exige 30 de mina, o que é excessivo, enquanto os trabalhadores do exterior continuam subordinados ao regime geral dos 65 anos, o que, dada a sua igual exposição à silicose provocada pelo pó de carvão permanentemente em suspensão no ar, os fazem «sair daqui para o cemitério». E todos a receber uma pensão miserável.

Soube-se também que há 16 sindicatos nas minas, actualmente em descoordenação devido ao esmorecimento da comissão intersindical, vítima há três anos do divisionismo, tornando-se óbvia a urgência em ultrapassar tal pulverização.

Depois saiu-se para uma visita ao interior da mina. Atrás ficava um encontro com os mineiros que, à boca do elevador, se preparam para iniciar o turno. Eram na sua maioria jovens, e com todos Álvaro iniciou um diálogo fácil, abrindo caminho a torrentes de afirmações, queixas, desejos do «isto devia ser era assim e assim».

Em declarações à nossa reportagem, no final da visita, Álvaro Cunhal considerou-a «muito útil para a compreensão das realidades da empresa e de como ela foi salva pelos trabalhadores juntamente com os técnicos e a administração».

Sobre a visita, que foi feita a convite da administração, comissão de trabalhadores e delegados sindicais da Empresa Carbonífera do Douro, Álvaro Cunhal sublinhar-nos-ia ainda: «Foi pena que no programa não estivesse previsto mais tempo para o contacto directo com os mineiros. Tive aliás a oportunidade de manifestar o meu interesse em aqui voltar expressamente para esse efeito».

***O secretário-geral do PCP** reunido com os representantes dos trabalhadores, nas minas do Pejão*

***É fácil cumprimentar** o secretário-geral do PCP. Basta ir ter com ele (na foto, momento em que Álvaro Cunhal se preparava para assistir, sentado na plateia, ao espectáculo que se seguiu ao seu discurso em Lamego)*

Avões

A etapa seguinte foi Avões, freguesia do concelho . Aqui a APU reforçou nas últimas eleições autárquicas a vitória conseguida em 1979, passando de maioria relativa a absoluta. E Avões estava em festa, para receber o secretário-geral do PCP. Na empinada estrada que trepa até e pela Freguesia, magotes de gente, prescrutando quem chegava, mostravam que havia por ali grande expectativa. Junto ao acesso ao recém-inaugurado Centro Desportivo e Cultural (a mais recente iniciativa conjunta da Junta e das populações, rematando um complexo que possui um campo de futebol e um parque infantil único no concelho) uma multidão aguardava os visitantes. Quando chegaram o entusiasmo alastrou até ao pavilhão, onde outra multidão já se concentrara junto à mesa onde seria servido o jantar. Luís Mendonça, presidente da JF, desejou as boas vindas aos dirigentes do PCP, num ambiente de manifesta alegria e alguma comoção. Álvaro Cunhal, em evidente sintonia com o entusiasmo do encontro, faria uma breve intervenção onde anunciou «em primeira mão» que «o Governo já caiu — não está ainda demitido mas já caiu». Prenunciava-o o início de consultas, por parte do PR, aos dirigentes partidários, facto que o impediria de concluir o programa previsto de assistir no dia seguinte, quinta-feira, ao Encontro de Quadros do PCP em Viseu e em inaugurar o novo Centro de Trabalho da Gandra (Mortágua).

Comentando o excelente trabalho realizado naquela Freguesia pelos eleitos da APU em estreita colaboração com as populações — o que fez que se passasse, ali, de uma maioria relativa para uma maioria absoluta — Álvaro Cunhal diria: «Se me perguntassem qual a diferença fundamental entre o PCP e os outros partidos, digo-vos: os outros servem-se da política, nós servimos o povo e o País.».

A jornada terminaria em Lamego, com um comício no Teatro Ribeiro da Conceição, que estava à cunha. Muita juventude (que fez a grande «despesa» da festa, manifestando um invulgar entusiasmo durante todo o comício e também depois, no espectáculo que se lhe seguiu), muita atenção ao discurso do secretário-geral do PCP, um evidente empenhamento em ouvir, do dirigente comunista, o comentário à actual situação política. E não eram só comunistas que lá estavam, de ouvidos atentos...

Terminava assim em euforia a jornada do secretário-geral do PCP ao distrito de Viseu, que estava para ser mais prolongada (como dissemos, o Encontro de Quadros do PCP e a inauguração do CT de Gandra contou com a presença do camarada Jaime Serra, quando estava prevista a participação dos dois dirigentes do PCP), mas nem por isso perdeu o impacto que, visivelmente, teve.

***Não eram só comunistas**, os que estavam de ouvidos atentos no comício de Lamego às palavras do secretário-geral do PCP*

PCP

Álvaro Cunhal em Lamego

Se o Governo tivesse resolvido os problemas do País não se zangariam as comadres e a coligação continuaria

(...)

Quais as razões fundamentais da degradação e desagregação do PS, do PSD e da coligação PS/PSD?

Quais as razões fundamentais da crise política que está conduzindo o Governo PS/PSD ao seu fim?

São **três as razões fundamentais** que conduzem o governo PS/PSD à completa derrota, a coligação à ruptura, o Governo à quase certa demissão.

A primeira é que, com a sua política de restauração dos monopólios do tempo do fascismo e com as medidas brutais de destruição das conquistas de Abril, designadamente das nacionalizações, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores, **o Governo PS/PSD não resolveu nenhum dos sérios problemas nacionais existentes, antes os agravou a todos**.

Quanto mais o Governo avançou na sua política de destruição das conquistas de Abril, mais afundou o país na crise, na desorganização do aparelho produtivo, no desastre, na desestabilização económica, financeira, social e política, no desemprego, na fome e na miséria, na dependência, submissão e capitulação em relação ao imperialismo por virtude das concessões antinacionais que o governo lhe tem feito.

Se o Governo tivesse resolvido os problemas do país, não se zangariam as comadres e a coligação continuaria.

A crise interna e a ruptura da coligação PS/PSD é a prova do completo fracasso e derrota da sua política.

A segunda razão que conduz o governo PS/PSD à completa derrota, a coligação à ruptura e o governo à quase certa demissão, é a **rápida redução da sua base social e política de apoio**.

Atingindo, com a sua desastrosa e ruinosa política, classes e camadas sociais que têm constituído a principal base de apoio social do PS e do PSD, o Governo viu que essas classes e camadas sociais se voltaram contra ele, deixando-o suspenso no ar.

Correspondendo a esta deslocação social, grande parte daqueles que votaram nos partidos do Governo passaram a opor-se à sua política.

E aí começa o despique entre os dois comparsas procurando cada um atirar para o outro as responsabilidades e os custos políticos da impopularidade da política seguida.

O crescente isolamento social e político é a prova de que o Governo PS/PSD deixou de contar com um apoio que legitime a sua continuação no poder.

A terceira razão que conduz o governo PS/PSD à completa derrota, **é a amplitude, a força e a determinação crescentes do movimento operário, popular e democrático**.

Enquanto o Governo e os partidos que o compõem, de há muito desistiram da iniciativa de massas em seu apoio, o movimento de resistência e oposição à sua política e de exigência de sua demissão tornou-se **uma poderosa torrente de opinião e de vontade e um factor decisivo e determinante das dificuldades internas e da ruptura da coligação e da derrota do Governo.**

Por isso, quando assistimos à desagregação da coligação PS/PSD e do seu Governo podemos afirmar que foi a luta do povo que, como torrente impetuosa, acabou por fazer esboroar o Governo de coligação como um castelo de areia.

O Governo PS/PSD praticamente deixou de existir

Há uma conclusão que o Amigo Banana não deixaria de tirar na actual situação política, mas que alguns comentadores muito sábios parece ainda não ter tirado.

É a seguinte:

Se a coligação deixa de existir, deixa também de existir o Governo dessa coligação.

De facto, depois das eleições para a Assembleia da República de 1983, em que a «AD», isto é a coligação PSD/CDS, foi derrotada, M. Soares (recusando examinar a possibilidade histórica que dava o facto de contra a «AD» do PSD e do CDS ter sido eleita uma maioria de deputados do PS e do PCP) aliou-se ao principal partido da «AD» para continuar afinal, e agravar mesmo, a política da «AD».

De qualquer forma, este Governo formou-se como **um Governo de coligação, da coligação PS/PSD**, apesar de que, como logo se viu e agora mais claramente se vê, estava longe de ser «verdadeiramente estável e coerente».

Mas eis que um dos parceiros, vindo do navio «AD», sentindo que o navio da «maior maioria» vai afundar-se com M. Soares ao leme e no comando, procura um salva-vidas que o reconduza ao navio antigo com novo comandante e novo timoneiro.

O último Congresso do PSD, correndo com os dirigentes favoráveis à coligação PSD/PS e colocando no seu lugar dirigentes favoráveis a uma nova coligação PSD/CDS, ao ressurgimento da «AD» e ao apoio à candidatura de F. do Amaral às presidenciais, **deu um golpe irreparável na coligação governamental**.

Não precisa de ser demonstrado que **a opção do PSD por uma coligação com o CDS, automaticamente põe fim à coligação PS/PSD**.

Esta conclusão acaba de formalizar-se com **a declaração ontem feita pelo PSD de que rompe a coligação e retira os seus Ministros do Governo no próximo dia 13.**

Isto significa que **o Governo PS/PSD praticamente já não existe.**

O Primeiro-Ministro e o Governo perderam qualquer legitimidade para continuarem no Poder.

A luta do povo teve o seu prémio. O Governo está por terra. Agora é varrê-lo e pôr lá outro melhor.

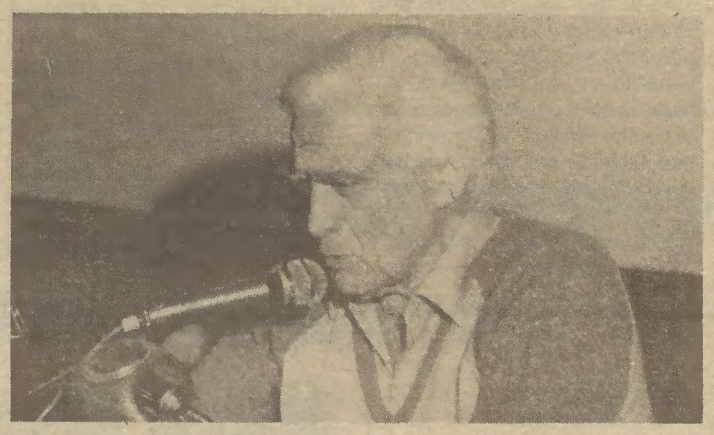
A grande derrota de M. Soares e a urgência da demissão

A situação de M. Soares no momento actual merece uma referência particular.

Ele que julgava estar a ganhar todo o poder na mão, fica isolado, abandonado pelos aliados, e entalado entre o movimento operário, popular e democrático de que ele com toda a consciência se afirmou inimigo, de um lado, e a perspectiva da aliança PSD/CDS do outro lado.

M. Soares julgava que na vida política nacional tudo e todos dependiam dele. Pode verificar que afinal era ele que dependia dos outros.

Dependia do PSD que rompeu a coligação. Depende do Presidente da República que o pode demitir.



A demissão do Governo será um golpe de misericórdia nas ambições de Soares. Como Primeiro-Ministro é o fim. E como candidato à Presidência da República é o prenúncio da derrota.

A força de Soares tem sido o facto de se ter apossado e usurpado o Poder e os meios e recursos do Poder: o aparelho do Estado, os dinheiros públicos, as forças de segurança, a RTP, a RDP e outros meios de comunicação social.

Demitido do Governo, as perspectivas de Soares esvaziam-se como um balão.

E porque assim é, M. Soares fará tudo para continuar como Primeiro-Ministro. Fará concessões. Fará chantagem. Fará demagogia. Fará promessas. Fará viragens à esquerda, à direita ou ao centro, consoante os apoios que julgue encontrar. **Se tivesse uma leve esperança de que o PSD apoiaria ainda a sua candidatura para as presidenciais daria tudo quanto o Cavaco pede, pois a troco de Belém daria a alma ao Diabo.**

Devemos estar atentos e vigilantes em relação a essas e outras manobras porque a demissão do Governo parece inevitável, mas o Governo ainda não está demitido.

No seguimento da extraordinária jornada de protesto do dia 4, a luta tem de continuar.

E um ponto deve estar bem firme no nosso espírito para prosseguirmos a luta.

O Primeiro-Ministro Soares e o Governo PS/PSD já fizeram demasiado mal ao país. Já de há muito deviam ter sido demitidos. De ilegalidades, de violência, de abuso do Poder, de destruição, de fome e de miséria, **já chega e já sobra**.

A ruptura da coligação, só por si, significa, em termos institucionais, a demissão do Governo. **É necessário que esta demissão se concretize o mais rapidamente possível.**

A luta continua até à derrota completa do Governo

Perante a nova situação política resultante da ruptura da coligação PS/PSD, a Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, realizou ontem uma reunião, cujas conclusões constam de um Comunicado distribuído aos órgãos de comunicação social.

Quais são as conclusões fundamentais da Comissão Política?

A primeira: Liquidada a coligação PS/PSD, termina institucionalmente o Governo constituído na base dessa coligação e com um programa de coligação aprovado pela Assembleia da República.

A segunda: Se Soares não pedir a demissão, como obrigatoriamente lhe compete, a única solução institucionalmente correcta, é a demissão imediata do Primeiro-Ministro e do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas nos termos constitucionais.

A terceira: Esta situação torna indispensável a formação de um Governo que assegure o respeito pela legalidade democrática, ponha termo à política desestabilizadora que estava em curso e assegure a realização em condições de estrita isenção e democraticidade de eleições legislativas antecipadas resultantes da dissolução da Assembleia da República.

A quarta: O PCP continua empenhado em contribuir, de forma responsável e construtiva, para que se alcance uma solução democrática correspondente às aspirações populares e às necessidades nacionais.

A quinta: A situação obriga, não ao afrouxamento da luta, mas à sua continuação com confiança e determinação para uma alternativa democrática.

Isto é fundamental, camaradas.

O Governo está moribundo, mas ainda não está morto.

A luta tem de continuar até à sua derrota completa.

Por isso continua inteiramente válida e actual a palavra de ordem:

A luta continua, Governo para a rua!

Preparação desde já para as eleições de 1985

A evolução recente da situação põe na ordem do dia, a par do desenvolvimento da luta em todas as frentes, **a preparação de vitórias democráticas nas eleições que se aproximam**.

Com a evolução recente da situação, além das duas que este ano eram já certas (as presidenciais e as autárquicas) há ainda umas terceiras para as quais temos de nos preparar: as eleições legislativas.

Isto justifica que diga ainda algumas breves palavras sobre as eleições.

Sobre as presidenciais que se devem realizar nos fins do ano.

É de evitar quaisquer precipitações. Sendo o objectivo derrotar os candidatos da reacção (F. do Amaral, M. Soares ou qualquer outro) é necessário antes de avançar com qualquer candidatura, assegurar o acordo ou consenso verificado de todos os que têm de assegurar a vitória de um candidato da democracia.

Por isso é cedo para dizer qual será esse candidato.

Sobre as eleições autárquicas que se devem também realizar nos fins do ano, a Conferência Nacional do nosso Partido realizada em 26 de Maio último indicou como objectivos reforçar a votação e a representação em todos os concelhos e freguesias e a percentagem global da APU, manter e reforçar as maiorias absolutas já existentes, ganhar maiorias absolutas onde existem maiorias relativas, ganhar a maioria em mais municípios e freguesias e eleger representantes da APU em órgãos autárquicos onde a APU não está ainda representada. (...)

Finalmente **as eleições antecipadas para a Assembleia da República**.

Não é ainda certo que se realizem este ano, mas lutamos pór isso e há altas probabilidades de se realizarem por motivo da dissolução da Assembleia da República.

Naturalmente que, a seu tempo, definiremos com rigor os objectivos a alcançar.

Mas desde já se pode afirmar que **um objectivo fundamental, de que dependerá, de forma determinante, a possibilidade da formação de um Governo democrático é o reforço dos votos e dos deputados do PCP.**

(...)

(Extractos da intervenção de Álvaro Cunhal em Lamego)

PCP

Encontro de Quadros do PCP

Também em Viseu a luta cresceu!

Não se pode falar a sério do que se não conhece. O mesmo é dizer que só conhecendo-se a sério, seja o que for, se pode dar conta e esperar que nos ouçam. Foi o que aconteceu em Viseu, faz hoje uma semana, no Encontro de Quadros do PCP deste distrito — autêntico repositório dos problemas que afligem esta zona do País, ao longo de um intenso dia de trabalhos que apontaram para o «balanço à situação política e social do distrito, análise do estado da organização e actividade do Partido e definição das tarefas mais importantes no futuro próximo».

Coincidindo com o recente esboroar da coligação governamental, o Encontro de Viseu do PCP, que contou com duas centenas de participantes, não podia deixar de saudar «a grande vitória das forças democráticas e do movimento popular» que este acontecimento constituiu, identificando-o como «fruto da sua incapacidade para resolver os problemas nacionais, dos efeitos desastrosos da sua política e das grandiosas lutas travadas de norte a sul do País e das profundas contradições internas com que crescentemente se veio a debater», conforme se lê nas Conclusões do Encontro.

Entretanto analisou-se detalhadamente o que, de nefasto, a política PS/PSD trouxe ao distrito de Viseu nestes últimos dois anos. Segundo os próprios dados oficiais, o número actual de desempregados no distrito de Viseu é o mais alto de sempre, rondando já os 13 856, sendo numerosos os jovens que, acabados os seus estudos, procuram o seu primeiro emprego. Multiplicaram-se os processos de despedimentos colectivos e encerramentos de empresas (Neometa, Nalofer, Avitécnica, Irmãos Sá Ferreira, Centromec, Visostar, Agral, Manuel da Costa, Manuel Joaquim Ferreira, Geraldo e Sá, Almague, Tervil, Discoral, Gualfix, Confisela, Best, etc., etc.), enquanto a vergonha dos salários em atraso já chegou ao distrito, apesar do seu baixo índice de industrialização (já 2000 trabalhadores atingidos em numerosas empresas, algumas com oito meses de atraso, como acontece na «Vieira da Cruz»), a que se juntam outros numerosos casos de dívidas do patronato aos trabalhadores de milhares e milhares de contos em retroactivos, subsídios de férias, 13.º mês, horas suplementares, subsídios legais, etc.

Um distrito em dificuldades

No aspecto agrícola as coisas não vão melhor, no distrito de Viseu.

Os operários agrícolas do norte do distrito enfrentam problemas com a duração da jornada de trabalho, as jornas insuficientes, as dificuldades e desrespeito pelas regras da contratação e estão ameaçados por um novo regime de descontos para a Previdência, que se resume num aumento de encargos sem contrapartidas de benefícios sociais.

Quanto aos pequenos e médios agricultores do distrito, como se enuncia nas Conclusões, «continuam a enfrentar as consequências do encerramento de importantes feiras de gado, crescem as ameaças de aprovação de novas leis para os baldios que, a irem para a frente, constituiriam um escandaloso roubo aos povos, são encerrados matadouros municipais a favor de uma rede de matadouros privados, os produtores florestais vêem-se confrontados com a apropriação pelas celuloses de centenas de hectares de matas, os produtores do chamado "vinho do Porto" nos concelhos do Douro Sul enfrentam diversas ameaças de lhes ser roubado o "benefício" em favor de grandes quintas e de poderosas multinacionais que prosperam na zona sob a protecção do Governo, os rendeiros continuam ameaçados por uma nova lei do arrendamento rural que lhes retiraria todos os direitos conquistados».

Tais medidas, é claro, surgem na «embalagem» governamental para a entrada na CEE...

Mas nem só os agricultores estão a braços com a política ruinosa que foi conduzida pelo Executivo de Mário Soares: importantes projectos de desenvolvimento do distrito foram, por este, encerrados; encerrados, também, serviços de urgência e internamento em vários hospitais concelhios; o analfabetismo continua a rondar os 40% da população do distrito; os pequenos e médios comerciantes vêem-se a braços com dificuldades crescentes dada a também crescente diminuição do poder de compra das populações; os transportes, já de si insuficientes, pioraram com encerramentos de linhas e apeadeiros impostos pelo Governo e a CP; muitas Câmaras Municipais do distrito são o espelho da corrupção e degradação moral que presidiram à acção do Executivo de Mário Soares...

***O Encontro de Quadros** do PCP do distrito de Viseu constituiu autêntico repositório da realidade sócio-económica da região*

A luta alarga-se

Entretanto o Encontro de Quadros do PCP do distrito de Viseu constatou que «os trabalhadores, os agricultores e o povo do distrito têm resistido e lutado em defesa dos seus interesses e legítimos direitos, participando no vasto movimento nacional contra a política ruinosa do Governo PS/PSD». E deram-se abundantes exemplos: os trabalhadores da Best, ENU, Confisela, Discoral, FAPA, Gualfix, Gouveense, Marques, Unimor, Vieira da Cruz, Viseu Industrial etc., que têm lutado contra o encerramento de empresas e os despedimentos, pela defesa dos postos de trabalho, a aplicação dos CCT's, o pagamento a tempo dos salários e o seu melhoramento; as greves e paralisações recentemente levadas a cabo pelos professores e o pessoal administrativo das escolas; a imposição da reabertura de nove feiras de gado na sequência da luta dos agricultores do norte e sul do distrito através de encontros, plenários, concentrações, desfiles, idas às Câmaras Municipais, etc.; a tenaz resistência dos povos dos baldios, bem patente na recente Jornada de Luta e Homenagem a Aquilino Ribeiro, que reuniu 2000 compartes; as significativas comemorações e concentrações do 25 de Abril e 1.º de Maio; o reforço e esforço de unidade do movimento sindical unitário no distrito, como ficou patente na recente jornada nacional do dia 4 de Junho.

Mas onde está a luta de massas, está o PCP, daí que não seja de estranhar que, no enquadramento deste recrudescimento da mobilização popular na defesa dos interesses das populações e do Portugal de Abril no distrito de Viseu, o Encontro de Quadros do PCP haja concluído que o distrito de Viseu «registou importantes progressos na organização e na actividade do Partido». Assim, como se refere nas Conclusões, «cerca de 180 novos militantes entraram para o Partido, no distrito, na última campanha nacional de recrutamento. Assiste-se, presentemente, a uma reactivação de organismos do Partido, designadamente de Comissões de Freguesia. O trabalho de direcção tem sido melhorado com a reactivação e criação de Comissões Concelhias. O reforço da democracia interna do Partido e da vitalidade das organizações tem prosseguido com a realização de Assembleias de Organização Concelhias (seis, no decurso de um ano), e com uma mais frequente realização de Encontros de Quadros distritais, concelhios e sectoriais».

Seriam igualmente debatidas as questões que se colocam ao Partido perante os actos eleitorais que se aproximam, tendo em atenção a possibilidade de realização de próximas eleições legislativas antecipadas.

Jaime Serra:

Governo desfaz-se sem glória nem vergonha

O camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP, encerraria o Encontro de Viseu com uma intervenção onde, para além de comentar os trabalhos desenvolvidos na Escola Secundária desta cidade e que deram corpo à importante iniciativa do PCP, teceu algumas considerações sobre o actual momento político.

Após afirmar que o Encontro Distrital de Quadros do PCP de Viseu «adquire neste momento um grande significado político», consideraria que «face à grave crise política em que o País se debate e à decomposição e ruptura da coligação PS/PSD, que conduziu à queda do Governo, assim como à desorientação política dos partidos em causa, o PCP é hoje a única grande força política que leva a cabo iniciativas com vista à defesa dos interesses dos trabalhadores, do Povo e do País».

Sublinhando que o Governo de Mário Soares chega ao fim «em virtude da vitoriosa resistência dos trabalhadores e dos democratas à sua política de liquidação das conquistas de Abril, liderando todas as forças da reacção no cargo de primeiro-ministro», Jaime Serra acusaria a coligação de se desfazer «não apenas sem glória mas mesmo sem vergonha: nem o PS nem o PSD assumem a responsabilidade dos malefícios causados ao País ao longo de dois anos de Governo. Também não assumem a responsabilidade do fim da coligação, culpabilizando-se um ao outro».

«Um Governo destes — prosseguiria — que pretende como acto final de existência assinar a adesão de Portugal à CEE — uma operação política inserida na política de recuperação capitalista derrotada — insiste na ilegalidade da sua acção até ao fim». Um tal Governo, já praticamente demissionário, não tem autoridade nem dignidade para levar a cabo tal acto. Até porque todo o processo político de negociação com a CEE foi feito nas costas do povo português».

A finalizar, Jaime Serra denunciaria que «a utilização do mosteiro dos Jerónimos para tal operação é outro acto de indignidade que ofende os sentimentos patrióticos do nosso Povo e a memória dos seus heróis cujos restos ali repousam, como o nosso grande Camões». Deste modo, «demitir definitivamente tal Governo é, além do mais, um acto de saneamento da vida política nacional!».

Almeirim

Novo Centro do PCP ainda este ano?

Em **Almeirim**, conhecida vila ribatejana, o novo Centro de Trabalho do PCP já é uma realidade, de que se orgulham os comunistas, os trabalhadores e democratas.

Como assinala ao «Avante!» a organização local do Partido, «não tem sido tarefa fácil» construir esta nova casa do Partido, «atendendo ao grande número de desempregados, de trabalhadores com salários em atraso e ao alto custo dos materiais».

Apesar de todas aquelas dificuldades, «o esforço maior já está ultrapasado». Mas existem preocupações e muito trabalho pela frente. Vejamos alguns números significativos: o valor total das novas sinstalações atinge os 1.876.599$50; segundo informações recolhidas até Maio último, os materiais oferecidos valiam 30 mil escudos e a mão-de-obra voluntária 75650$00; os empréstimos atingiam os 806000$00. O total realizado em ofertas e iniciativas ultrapassava os 748 mil escudos.

Aqueles números estarão a esta hora desactualizados, mas servem para mostrar o nível de encargos e de responsabilidades da organização de Almeirim, que, saliente-se, aposta forte na concretização das obras ainda este ano, o que assume «grande interesse político».

«Para que tal trabalho seja concluído» — destaca o apelo dos comunistas de Almeirim —, necessitamos da tua ajuda que pode ser da maneira mais fácil: tanto monetária, como em materiais, como inclusivé em trabalho».

Couço

Festa da Espiga Vermelha

A freguesia do **Couço**, no concelho do ribatejano de Coruche, terá no fim-de-semana de 13 a 14 de Julho mais uma edição da tradicional **Festa da Espiga Vermelha**, espaço de amizade, convívio e esclarecimento organizado pelos comunistas daquela localidade.

Exposições, bailes, actividades desportivas, música popular, folclore, quermesse e um serviço de bar e restaurante bem apetrechado constam do programa da Festa da Espiga Vermelha-1985, que oportunamente divulgaremos nos seus pormenores.

«Trás um amigo» é o convite da Comissão de Freguesia do PCP, que confirma desde já uma intervenção na Festa sobre o momento político e as tarefas dos comunistas.

PCP

Delegação do PCE em Lisboa

Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, acompanhado de Sérgio Vilarigues, Membro da Comissão Polica e do Secretariado do Comité Central, recebeu uma delegação do Partido Comunista de Espanha composta por Simon Sanchez Montero, Membro do Comité Executivo e do Secretariado do CC do PCE e Santiago Alvarez, membro do Comité Central.

Durante o encontro, que se desenrolou num clima de camaradagem e sinceridade, falou-se da situação em ambos os países, da luta da classe operária e das forças democráticas, dos problemas gerais como a luta pela paz e contra a política agressiva do imperialismo, a solidariedade recíproca de todas as forças do progresso social e o apoio aos povos que lutam pela sua libertação frente ao imperialismo, especialmente o da Nicarágua.

Falou-se também da situação e das tarefas dos dois partidos e das relações entre ambos.

A delegação do PCE transmitiu a Álvaro Cunhal o convite, em nome do PCE, de Gerardo Iglesias, Secretário-Geral do PCE, para visitar a Espanha proximamente.

Delegação do PCP na URSS

Uma delegação do PCP realizou de 4 a 10 de Junho uma visita de estudo à União Soviética, a convite do PCUS, no âmbito de Administração Regional e Social, tendo sido efectuados numerosos contactos e visitas de excepcional interesse.

A delegação do PCP foi recebida no Comité Central do Partido Comunista da União Soviética. Teve um encontro no Soviete dos Deputados de Moscovo com o camarada Kolomin, primeiro-vice-presidente do Comité Executivo o qual fez uma detalhada exposição sobre as realidades e o futuro da capital soviética.

A delegação do PCP deslocou-se depois a Riga, capital da Letónia, República da União Soviética que se situa no norte da Europa, com cerca de 2,6 milhões de habitantes. Uma delegação do Presidium do Soviete da Letónia, presidida pela camarada Valentina Klibiki, secretária do Presidium, recebeu a delegação e expôs detalhadamente os principais êxitos e objectivos da administração da República.

Na Letónia foram ainda realizadas visitas à empresa metalomecânica STRAUME, dedicada ao fabrico de electrodomésticos e brinquedos, ao Comité Executivo de um bairro de Riga e ao Soviete Rural de Salospiels, que administra um importante Sovkhose a 20 km de Riga.

A delegação teve ainda oportunidade de visitar a casa de repouso de Lirlupe que alberga 1200 pessoas, para descanso e cuidados médicos.

Nos seis dias de permanência na União Soviética foram ainda proporcionados à delegação do PCP diversos contactos com a realidade soviética. Um dos momentos mais significativos da viagem teve lugar no antigo Campo de Concentração de Salospiels onde, durante a II Guerra Mundial, os fascistas assassinaram 100 000 patriotas letões. Os nossos camaradas, durante a visita, depositaram flores no Memorial que evoca a tragédia que ali teve lugar e que constitui um alerta permanente para os problemas da Paz.

A delegação do PCP foi dirigida pelo camarada Luís Sá, membro suplente do CC e integrava os camaradas Eufrásio Filipe e José Amante, respectivamente presidente das Câmaras do Seixal e Ponte de Sor e ainda os camaradas Rui Godinho e Oliveira Dias, vereadores das Câmaras de Lisboa e do Porto.

Delegação de estudo na RDA

A convite do Partido Socialista Unificado da Alemanha visitou a RDA uma delegação de estudo do PCP dirigida por Rosa Dias, do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Porto, e que integrava ainda Palmira Peixoto e Alfredo Figueiras, do Comité Local do Porto, Abílio Rogério, da Direcção de Organização Regional do Minho e Juvenal Tomás, da Comissão Distrital de Guimarães.

A delegação de estudo foi recebida por Gunther Mittag, membro do Bureau Político e secretário do Comité Central.

A delegação de estudo foi recebida pelo ministro da Indústria Ligeira e teve um encontro com a presidente dos Sindicatos Centrais para a Indústria Têxtil, Vestuário e Couros.

A delegação de estudo visitou Berlim, Cottubs, Karl Marx Stadt onde visitou vários complexos industriais do sector têxtil e vestuário e ainda uma fábrica de cervejas e uma Cooperativa de Produção Agrícola.

A visita contribuiu para um melhor conhecimento da realidade socialista da RDA e para estreitar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PSUA.

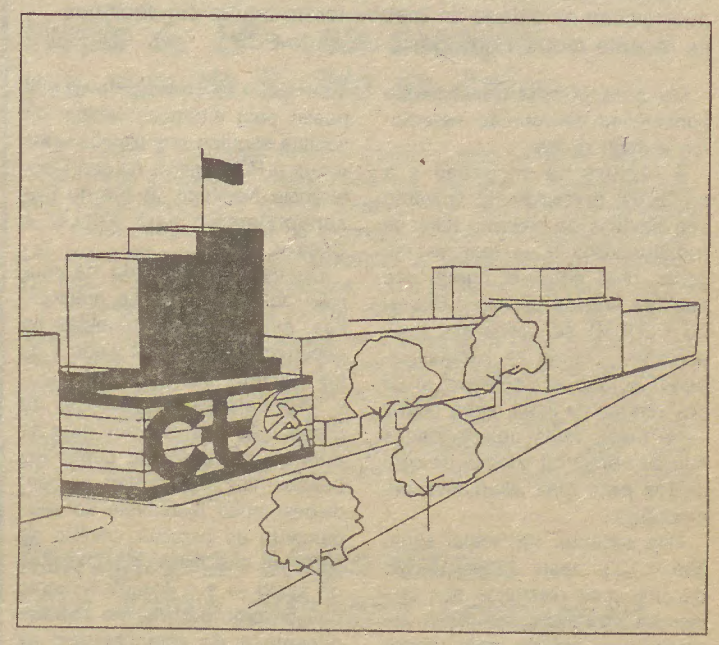
revista internacional
problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários

Novo CT da DORS

Atingidos os 12 mil contos

• Espectáculo itinerante arranca amanhã

Ao espírito de iniciativa junta-se o esforço e o empenhamento. Acrescenta-se a imaginação criativa e a solidariedade das populações. E depois... Bem, depois é ver uma campanha a crescer, aproximando cada vez mais o «sonho-projecto» da realidade: o novo Centro de Trabalho do PCP em **Setúbal**, que brevemente será erguido na capital do Sado para servir e apoiar a luta dos trabalhadores e dos democratas; para garantir, finalmente, condições à combativa Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP.



A notícia desta semana aponta para a passagem dos **12 mil contos**, verba já significativa, resultante da dedicação e do carinho com que a campanha está a decorrer no distrito de Setúbal, com grandes e pequenas iniciativas, com acções de âmbito local ou concelhio, com festas, convívios, espectáculos, com um pouco de tudo, ao fim e ao cabo.

E numa campanha como esta o peso e a importância comparativa das iniciativas não é fácil de avaliar. Se por um lado, é significativo que uma célula de empresa (caso da **Convex**, no concelho da Moita) esteja a sortear um fato completo ou a apanhar caracóis para vender, que dizer, por exemplo, da oferta de bolos em **Sines** ou da recente excursão a Espanha organizada pela Concelhia? Ou ainda das jornadas de convívio realizadas no **Montijo**, não esquecendo naturalmente as belas festas — acções de maior envergadura — como a da Amizade, no Laranjeiro, ou o **Barreiro Trabalho em Festa**. E já que se fala de festas, atenção à **Festa Amiga**, no **Pinhal Novo**, a 5, 6 e 7 de Julho; e mais proximamente à **Festa do Sado** em **Alcácer do Sal**, em 29 e 30 de Junho.

Emblema especial e espectáculo itinerante

A campanha para o novo CT da DORS vive das iniciativas locais das organizações, é verdade. Mas não se pode esquecer o entusiasmo que suscitam as acções programadas a nível central. Dois destaques: a iniciativa dos **mil escudos por militante** e o **espectáculo itinerante**.

Quanto à primeira, podemos adiantar que mobilizou o interesse de muitos camaradas e amigos. E o modo de participar é muito simples: vai-se completando a quantia de mil escudos, em 10 suaves prestações (de 100 escudos cada) e no fim tem-se direito a um belo emblema metálico, de qualidade, que ficará como recordação da campanha. Refira-se a propósito que os emblemas estão a chegar. Não falta muito para que os rectângulos com o símbolo da campanha circulem nas lapelas de muitos camaradas e amigos, no distrito de Setúbal.

Por seu turno, o **espectáculo itinerante** — alegres momentos de revista à portuguesa pelo grupo cénico da Incrível Almadense — arranca já amanhã, às 21 e 30, no cine-parque da Baixa da Banheira, prosseguindo no sábado no Luísa Todi em Setúbal à mesma hora, no domingo no Barreiro e no dia 5 de Julho na Moita. **Carlos do Carmo** é também um dos animadores do espectáculo itinerante.

O Trabalho esteve em Festa no Barreiro

De 6 a 16 de Junho, o Barreiro retomou uma já longa tradição de convívio e festa. Durante este espaço de tempo, a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP promoveu aquela que foi uma iniciativa cultural, de recreio, de convívio e de debate.

«Trabalho em Festa» fez da zona antiga desta nova cidade mais um espaço de convívio. Durante os quatro dias da Festa da Comissão Concelhia local, de toda a população do Barreiro, que participou activamente, e de todos os forasteiros que aí se deslocaram expressamente, fez-se a parte velha da vila uma nova cidade da música e do desporto, da juventude e da infância.

Além do convívio tradicional, realizaram-se diversas exposições, houve espectáculos e promoveram-se encontros desportivos, como foi o caso do torneio de futebol feminino.

O Poder Local Democrático, a Comunicação Social e o Momento Político, o Barreiro e a sua História e o Teatro no Barreiro estiveram em debate ao longo da festa.

Estendendo-se do Pátio dos Bicos ao Largo do Casal, passando pela rua Aguiar, o «Trabalho em Festa» passou ainda pelo Estádio 13 de Agosto.

Exposições, gincanas, modelagem, pintura e filmes estiveram à disposição dos mais pequenos. Para os outros, os jovens, «Trabalho em Festa» foi tempo de discoteca de convívio e de filmes vídeo neste que é o Ano Internacional da Juventude.

Ainda para os menos jovens, e para os jovens mais jovens que gostam de uma música que, sendo antiga não é velha, a Adega do Fado funcionou durante os quatro dias no Pátio dos Bichos.

No Barreiro, cidade industrial, o Trabalho esteve em Festa por iniciativa da Comissão Concelhia local do PCP.

Camarate

• 1.ª Assembleia no domingo

O trabalho autárquico e as eleições deste ano serão temas destacados no debate da 1.ª Assembleia da Organização do PCP da freguesia de **Camarate**, no concelho de Loures, marcada para o próximo domingo (dia 16), a partir das 10 horas, no pavilhão gimnodesportivo do «Águias de Camarate», conhecida colectividade local.

A Assembleia decorrerá durante todo o dia, sob o lema **«com o Povo de Camarate, reforçar o Partido, continuar Abril»**, e, além dos delegados e de outros convidados, contará com a presença do camarada **Blanqui Teixeira**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido. O dirigente comunista usará da palavra no período de encerramento da Assembleia, ao fim da tarde.

Em contacto com o «Avante!», a actual Comissão de Freguesia do PCP — órgão cuja nova composição será eleita na Assembleia — recorda a discussão preparatória realizada no conjunto da organização com vista à iniciativa de domingo.

Teatro

• Reunião nacional de trabalhadores comunistas no dia 17

A situação do teatro e a política cultural do Governo e ainda a política alternativa e o papel do PCP são os temas em agenda para a reunião nacional dos trabalhadores comunistas do Teatro, que decorrerá na próxima segunda-feira, dia 27 entre as 11 e as 17 horas, no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade, 170 em Lisboa.

Participará neste encontro o camarada **Ângelo Veloso**, membro da Comissão Política do Partido.

PCP

Lisboa
CLL debateu situação política e autárquicas

A situação política e social e a preparação das eleições autárquicas na cidade de **Lisboa** foram temas em destaque na recente reunião do Comité Local do PCP.

Da nota com o resumo das conclusões da reunião salienta-se a dado passo:

A ruptura da coligação e a previsível demissão do Governo são motivos de regozijo para os trabalhadores e as massas em geral, pela possível queda dos pacotes legislativos que o Governo PS/PSD se preparava para aprovar — como os pacotes laboral, agrário e legislativo, a lei das rendas de casa, entre outras — e pelas reais possibilidades que se abrem na criação de condições para uma alternativa democrática.

«No entanto, na actual situação o CLL apela à continuação da luta, pela resolução dos problemas dos trabalhadores e população da cidade, pela reposição da legalidade democrática, pela demissão do Governo Mário Soares, pela dissolução da Assembleia da República e convocação de eleições antecipadas, e pela formação de um Governo de gestão que assegure de forma isenta os actos eleitorais que se avizinham.

E mais adiante, o Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP sublinha que «a situação na cidade, com a crescente degradação económica e social, exige que rapidamente se ponha fim à política de recuperação capitalista, e se passe à solução dos problemas nacionais.

«Existe uma política alternativa para a solução dos problemas do País e do nosso Povo que passe pela alteração radical da política seguida nos últimos anos e que o PCP definiu na sua Conferência Nacional "A Via do Desenvolvimento para Vencer a Crise»».

Do debate realizado na reunião do CLL sobre as autárquicas, as conclusões reunidas no documento que temos vindo a citar referem:

«No balanço ao trabalho da preparação das eleições para as autarquias, realça-se como aspectos mais importantes, as condições muito favoráveis ao alargamento do carácter unitário da APU — das listas e comissões de apoio — e o desenvolvimento de um largo trabalho de esclarecimento e de contacto com as populações. Dar um amplo carácter unitário e de massas à organização e ao desenvolvimento da campanha da APU, que afirmem a APU como a única alternativa séria e competente à actual gestão desastrosa do CDS/PSD/PS é o principal objectivo a prosseguir na actividade de preparação das eleições.

«O Encontro Concelhio da APU a realizar no final do mês de Junho constitui um acontecimento de grande importância na afirmação e desenvolvimento de todo o trabalho em torno das candidaturas da APU por uma nova gestão da cidade, que a defenda e recupere para quem nela vive e trabalha.»

Célula da Heska foi a Peniche

A célula dos trabalhadores comunistas da **Heska Portuguesa** promoveu uma excursão a Peniche, para visita ao Museu da Resistência instalado na antiga fortaleza. A iniciativa mobilizou dezenas de camaradas e amigos e seus familiares, tendo decorrido de princípio a fim numa atmosfera de animação e convívio. Dias Lourenço, membro da Comissão Política do PCP e director do nosso jornal, acompanhou a excursão, nomeadamente na visita ao forte, realizada na última quinta-feira.

Camarada Falecido

Joaquim dos Santos Caetano

Faleceu recentemente em Silves, de onde era natural, o nosso camarada Joaquim dos Santos Caetano, de 76 anos, antigo operário corticeiro, um dos participantes no movimento do 18 de Janeiro de 1934. Passou cerca de 13 anos nas prisões fascistas de Angra do Heroísmo, nos Açores, e do forte de Peniche, de onde se evadiu em 1947. Voltaria a ser preso durante alguns meses em 1972. Aos familiares, amigos e companheiros do militantes comunista falecido o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Concelho da Chamusca

Assembleia do Partido define objectivos do trabalho político

O debate vivo e a aprovação do relatório-resolução e de um outro documento com «os principais objectivos imediatos e até final de 1985», bem como a eleição da nova Comissão Concelhia do Partido, constituiram momentos destacados da 2.ª Assembleia da Organização dos comunistas da **Chamusca** (distrito de Santarém), realizada no último domingo, na Escola Preparatória daquela vila ribatejana, terra conhecida em todo o País, nomeadamente pela excelente qualidade dos vinhos que são produzidos no concelho.

A Assembleia — «acto de grande significado político» no conjunto das cinco freguesias que constituem este concelho de 7500 hectares de área e onde vivem cerca de 13 mil habitantes — cumpriu integralmente os objectivos que presidiram à sua convocação: foram prestadas contas do trabalho desenvolvido desde Fevereiro de 1982 (data da 1.ª Assembleia) até ao momento; fez-se uma análise crítica aos aspectos positivos e negativos da actividade; caracterizou-se a situação actual; foram definidas direcções de trabalho e de luta; elegeu-se, como já referimos, a nova Comissão Concelhia, constituída por 18 elementos, com uma média de idades de 36 anos e onde participam apenas duas mulheres. A CC inclui 11 operários industriais, 2 agrícolas, um pequeno industrial, um pequeno comerciante e dois trabalhadores de serviços. A composição da nova CC foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Depois de uma breve nota introdutória, o texto do relatório-resolução da Assembleia — iniciativa que evidenciou uma profunda ligação aos problemas locais — apresenta uma «caracterização sumária do concelho», onde se refere a dado passo que está prevista a criação de duas novas freguesias (Carregueira e Parreira), processo a que os comunistas dão o seu vivo apoio.

Após alguns elementos de ordem demográfica, o documento salienta em dois curtos parágrafos o fundamental da «estrutura económica e social». Aí se recorda que 60 por cento da população do concelho trabalha na agricultura, criando riqueza e qualidade nos pomares e vinhas, não esquecendo o tomate e o trigo.

A «organização de massas e o movimento sindical» é o tema que se segue. Mais adiante, fala-se da juventude, dos Pioneiros, do movimento cooperativo, das empresas, dos camponeses, das autarquias, do trabalho de mulheres e das colectividades. O Partido — organismos, trabalho de direcção, tarefas, etc. — é o último tema desenvolvido no relatório-resolução aprovado pelos delegados comunistas presentes na Assembleia.

Objectivos até ao fim deste ano

No concelho da Chamusca (maioria absoluta APU na CM) o Partido conta com 519 militantes. «Programar o recrutamento como tarefa constante de todo o Partido de maneira a que possamos atingir os 550 militantes no final do ano de 1985» é um dos objectivos definidos no outro documento aprovado pela Assembleia, de onde destacamos ainda as seguintes perspectivas:

- Dinamizar o funcionamento das células de empresa da «Persistente» e Câmara Municipal;
- Pôr a funcionar as células dos operários agrícolas, construção civil e mulheres;
- Melhorar o funcionamento da Comissão de Freguesia do Pinheiro Grande e ver como acompanhar os membros do Partido na Parreira, Marmeleiro, Chouto, Semideiro e Ulme;
- Dinamizar o trabalho das Comissões Específicas de Fundos, Autarquias, Sindical, SIP e Bar;
- Criar as Comissões para o trabalho Camponês e das Colectividades;
- Criar Comissões para a Reforma Agrária, pondo a funcionar de imediato as células das UCPs/Cooperativas «A Luta dos Trabalhadores» e «21 de Maio», além do acompanhamento das restantes;
- Aumentar as receitas do Partido, particularmente na quotização (quer através do aumento, quer no pagamento regular), na dinamização do local de convívio, nas iniciativas e contribuições e no aumento da venda da imprensa do Partido «Avante!» e «O Militante».

Quanto a intervenções, a Assembleia registou um debate com a participação de representantes das organizações de freguesia, de células de empresa e de camaradas que falaram de tarefas em curso.

No período de encerramento da Assembleia usou da palavra o camarada **Jaime Félix**, do Secretariado do Comité Central. A situação política actual esteve em foco na intervenção do dirigente comunista.

***A Assembleia** dos comunistas da Chamusca evidenciou uma profunda ligação à vida do concelho*

Atenção, naturais do distrito da Guarda!

Está marcada para 21 de Junho (sexta-feira), às 21 horas, no Vitória, uma reunião de camaradas naturais do distrito da Guarda, residentes na área da Grande Lisboa. Em foco estarão aspectos relacionados com a preparação das eleições autárquicas. Participa o camarada Oliveira, da Direcção Regional da Beira Interior (DORBI) do PCP.

Ex-emigrantes reúnem-se no Vitória

Este sábado, dia 15, realiza-se no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma reunião de camaradas que habitam no distrito e sejam ex-emigrantes.

A reunião tem como objectivo contribuir para a intervenção da Organização Regional de Lisboa no Encontro do PCP sobre os problemas da Emigração que se realiza na Incrível Almadense nos próximos dias 10 e 11 de Agosto.

Participam na reunião, que se destina a analisar as causas e consequências da emigração e regresso a reinserção dos emigrantes, o camarada Joaquim Judas, membro do Comité Central do PCP e responsável pelo trabalho na emigração, e a camarada Fernanda Barroso, membro do Comité Central e da DORL do Partido.

Plenário distrital em Setúbal

• As freguesias e as eleições

Com início às 10 horas, vai realizar-se no próximo sábado, dia 15, no salão nobre da Câmara Municipal de Setúbal, um plenário de quadros da Organização Regional do PCP subordinado ao tema **«as freguesias e as próximas eleições autárquicas».**

Prevê-se a participação de 250 camaradas de todas as freguesias dos concelhos de Setúbal, que irão aprofundar as linhas de orientação e de trabalho para as eleições do fim do ano, na base das conclusões da Conferência Nacional sobre o Poder Local e de anteriores plenários e reuniões distritais.

A intervenção de encerramento deste plenário será feita pelo camarada **Carlos Ramildes,** da Comissão Política do PCP.

PCP

Porto

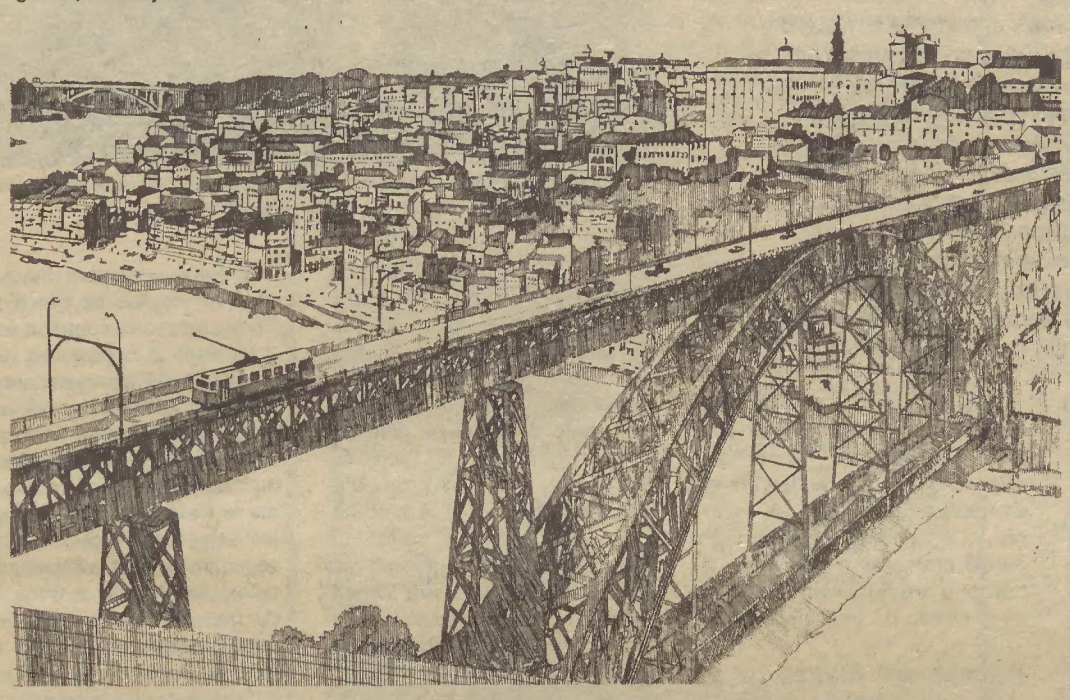
Listas APU nos 17 concelhos e 383 freguesias do distrito

• DORP do PCP: intensificar o diálogo e os contactos unitários

Apresentar listas nos 17 concelhos e 383 freguesias do distrito, aumentar o número de vereadores nas Câmaras e o número de Câmaras com vereadores APU, reforçar as posições em todos os órgãos autárquicos, ganhar a CM de Gondomar e aumentar substancialmente o número de freguesias APU são, em traços gerais, os objectivos dos comunistas do distrito do Porto para as eleições deste ano, reafirmados na reunião da DORP do PCP, efectuada no passado dia 30 na cidade Invicta.

No documento com as conclusões dessa reunião, que abordou aspectos da luta de massas contra a política de direita, tendo denunciado a **demagogia** e as **mentiras** dos que promovem tal política, a Direcção Regional do PCP considera como direcção fundamental, no quadro das tarefas de preparação das eleições autárquicas, **a intensificação do diálogo e dos contactos unitários visando a congregação de todos os democratas e de todos os homens e mulheres verdadeiramente empenhados na defesa dos interesses das populações.**

Centenas de socialistas (incluindo eleitos autárquicos) — pormenoriza a DORP — **e dezenas de elementos de outras forças políticas integram hoje a Aliança Povo Unido lado a lado com milhares de homens e mulheres independentes e sem partido**, dos comunistas e dos membros do MDP.



Abastecimento de água

Noutra passagem das conclusões da reunião, «a DORP denuncia vivamente a inqualificável actuação do Governo de Mário Soares e dos seus agentes nas autarquias da região que procuram a todo o custo impedir o abastecimento de água — em qualidade e quantidade — a cerca de um milhão de habitantes. Cegos pelo combate à APU, movidos por estreitos objectivos partidários e eleitoralistas, desprezando inteiramente os interesses vitais das populações, alguns eleitos do PS e do PSD não hesitam em recorrer à descarada mentira para impedir que a população da região do Porto beneficie do trabalho honesto, competente e eficaz dos eleitos da APU e de outras forças políticas que se têm esforçadamente empenhado na resolução de um dos mais importantes problemas da região».

As «mexidas» na Comunicação Social

Um *escândalo* com todas as letras!

«Colocar em **pontos-chave** homens de mão, inteiramente subservientes a dirigentes dos partidos da (extinta) coligação, prontos aos fretes mais baixos nas campanhas de promoção pessoal ou eleitoral e, em geral, na manipulação da informação» — esta a perspectiva dos que promovem e dirigem na comunicação social do Porto uma sucessão cada vez mais frequente das «mudanças nas chefias, bem como promoções, alterações de responsabilidade e de tarefas cujo objectivo essencial é o completo controlo partidário dos lugares decisórios».

É nestes termos que a Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP, em comunicado aprovado na sua reunião de 29 de Maio, alerta a opinião pública para a gravidade da situação, apelando ao reforço das acções de protesto e de luta de todos os democratas, antifascistas, do movimento operário e popular.

Acrescenta a DORP do PCP:

«Mesmo jornalistas politicamente filiados ou próximos de partidos da direita ou do PS são removidos e atirados para prateleiras, se se mantêm fiéis a um mínino de independência, de objectividade e de dignidade profissionais. Em numerosos casos são substituídos por outros elementos da mesma área política, quase sempre profissionalmente medíocres, mas que se revelam capazes do maior servilissimo e de **pressionarem** e **meterem na ordem** e até sanearem os jornalistas dos seus próprios partidos que mantenham quaisquer laivos de independência e de dignidade.

«É o que hoje está a suceder na **Radiotelevisão Portuguesa** e na **Radiodifusão Portuguesa** do Porto, assim como no **Jornal de Notícias**, no **Primeiro de Janeiro** e no **Comércio do Porto**.».

«Mesmo jornalistas politicamente filiados ou próximos de partidos da direita ou do PS são removidos e atirados para prateleiras, se se mantêm fiéis a um mínimo de independência, de objectividade e de dignidade profissionais.»

A distribuição de benesses...

Salientando que a situação **ofende gravemente não apenas o povo português e a democracia portuguesa, mas ofende e ameaça todo o profissional da comunicação social que mantenha minimamente vivos os valores morais da dignidade profissional, qualquer que seja o quadrante político e ideológico em que se situe**, a DORP condena vigorosamente o quadro de imoralidade e o **ambiente em que se vulgarizam e generalizam as distribuições de benesses materiais, se fecham os olhos e se facilitam os pequenos e grandes rendimentos extracontratuais: subsídios, abonos, suprimentos, suplementos, ajudas, contratos, etc., etc., sem qualquer fundamentação válida e honesta, directa ou indirectamente recebidos, que multiplicam os vencimentos-base. É um ambiente de imoralidade consentida e fomentada, de todos conhecido, que visa comprometer, aliciar, abandalhar e corromper o profissional da comunicação social.**

Da pressão à censura

E conclui a Direcção Regional do Porto do PCP:

«Não são raros os casos de tentativas de aliciamento, de corrupção e até de promoção de profissionais tidos como democratas ou de esquerda com o fito de que se prestem a compor uma aparência de pluralismo político, mas que na prática profissional se deixem domesticar. E lamentavelmente existem alguns casos desses, embora poucos.

«Simultaneamente — como é natural — multiplicam-se os casos de interferência, de pressão, de censura por parte das chefias, das gestões ou administrações, e até por parte de elementos exteriores; contestam-se ou sugerem-se títulos, agendas e textos; apontam-se promoções; exigem-se saneamentos; fazem-se cortes. Multiplicam-se truques, expedientes e habilidades "técnicas", para cortar, seleccionar, censurar e manipular e mistificar a informação. As recentes atitudes do director do Jornal de Notícias são um exemplo que se somam aos das chefias da Radiotelevisão Portuguesa e Radiodifusão Portuguesa do Porto.

«Sempre com "cobertura legal", com justificação técnica, com despudorada argumentação de "independência", "objectividade", "critérios de chefia", "teorização ultramoderna", etc., etc. — **mas, na realidade, com a consciência generalizada duma imensa, corrupta e desavergonhada intoxicação da comunicação social, indignificada, prevertida, falsificadora, manipulada e desqualificada.**».

Venda da EP – um exemplo que vem de S. Iria da Azóia

Construir a Festa do Avante! implica, todos os anos, muito esforço, muita dedicação, muita militância. Embora realizada em Lisboa, – este ano a 6, 7 e 8 de Setembro de novo no Alto da Ajuda — a maior jornada festiva do Portugal de Abril faz «mexer» a iniciativa e o empenhamento dos militantes e das organizações do PCP em todo o país. Uma das tarefas, como se sabe, é a venda da EP – o ingresso que dá para os três dias da Festa. Todos os anos se registam exemplos significativos de dedicação a essa tarefa de extraordinária importância para a promoção e dinamização das actividades da Festa. Hoje temos já um desses exemplos. Vem de ***S.ª Iria de Azóia****, freguesia do concelho de Loures, onde a camarada* ***Ludovina****, da célula dos trabalhadores comunistas da* ***MEC, num só dia*** *vendeu qualquer coisa como 71 EPs. Aguardamos outros exemplos deste calibre!*

Carregueira: Sérgio Ribeiro fala sobre situação económica e CEE

A situação económica em Portugal e a anunciada adesão ao Mercado Comum serão temas em foco na sessão pública promovida pela organização do PCP da ***Carregueira****, a qual decorrerá amanhã (sexta-feira), a partir das 21 e 30 horas, na Sociedade Filarmónica Vitória. O economista e professor universitário Sérgio Ribeiro participa nesta iniciativa de reflexão, debate e esclarecimento.*

Deputados contactam ao vivo problemas de Almeirim

No cumprimento do seu mandato e de acordo com os compromissos assumidos com o seu eleitorado, os deputados do PCP eleitos por Santarém visitaram recentemente várias empresas do concelho de Almeirim.

Foram 4 as unidades visitadas – Adega Cooperativa de Almeirim, Adega Cooperativa da Gouxa, a COMPAL e a SOPEDOR e ainda a Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim.

Durante a visita verificaram as sérias e graves preocupações dos seus gestores, nomeadamente na parte económica e financeira daquelas empresas.

Os vitivinicultores estão apreensivos com a anunciada integração na CEE.

Naturais de Mação e Sardoal

Está marcada para amanhã (sexta-feira) à noite, no CT Vitória, uma reunião com naturais dos concelhos de **Mação** e **Sardoal** (distrito de Santarém). O encontro começa às 21 e 30 horas, com a participação de **Américo Abalada**, da Direcção Regional de Santarém (DORSA) e do Comité Central.

As condições de trabalho em S. João da Madeira

«Degradam-se no dia-a-dia as condições de trabalho e de vida da população de S. João da Madeira. Proliferam os contratos a prazo, aumenta a repressão, tenta-se limitar e mesmo impedir a actividade sindical, como acontece na **Oliva**, na **EIC** e nos **CTT**», alerta a Comissão Concelhia local, do PCP, em nota divulgada há dias a propósito das «maiores dificuldades» que a política de direita e a extinta coligação PS/PSD trouxe ao povo, aos trabalhadores e a todas as outras camadas laboriosas. O escândalo dos salários em atraso alastra, como são exemplo a **Maliz**, a **Nicolex** e a empresa metalúrgica **Machado**. As discriminações de toda a ordem, principalmente salariais, acentuam-se, sendo principais vítimas as mulheres e os jovens. Na **Oliva**, a multinacional ITT tenta a todo o custo concretizar o despedimento de mais de 300 trabalhadores» — refere outra passagem do comunicado. O aumento do número de desempregados, principalmente jovens, a diminuição do poder de compra e mesmo situações de fome e miséria que «já se verificam na nossa cidade» são — recorda a C. Concelhia do PCP — reflexos da situação que se vivas nas empresas e de uma forma geral nos meios laborais de S. João da Madeira.

Trabalhadores

Jornada do dia 4

«Não houve região onde não se fizessem sentir os efeitos do protesto» — *afirma a CGTG-IN*

● Mais de um milhão de trabalhadores envolvidos na acção nacional que coincidiu com a ruptura da coligação

No primeiro balanço que fez da acção nacional de protesto de terça-feira da semana passada, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN «mantém a sua exigência de demissão imediata do actual Governo e exorta os trabalhadores a continuar e intensificar as acções de luta pela resolução dos seus problemas concretos, no sentido de encontrar uma solução que rapidamente viabilize não só um outro governo, mas uma prática política de acordo com o 25 de Abril». Depois de referir que «não houve região do País ou sector de actividade onde não se fizessem sentir os efeitos da acção nacional de protesto», a direcção da Central sublinha que se trata, sem dúvida, da «mais importante jornada de trabalhadores portugueses depois das greves gerais de 1982», e que «a ruptura da coligação PS/PSD, assim como a inevitável queda do Governo não podem ser desligadas, como resultado maior, das inumeráveis lutas travadas diariamente pelos trabalhadores e das grandes acções de massas promovidas pelo movimento sindical unitário nos últimos dois anos contra os salários em atraso e o desemprego, contra o pacote laboral, a miséria e a fome, contra a lei das rendas de casa, pela defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, pela independência nacional, uma nova política e um novo Governo».

De todas as lutas que convergiram no dia 4 para a acção nacional de protesto (flagrante da manifestação junto a São Bento) muito há ainda a esperar

Assinala ainda a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN que «as paralisações e greves realizaram-se em praticamente todos os sectores de actividade, atingiram mais de mil empresas e locais de trabalho e envolveram mais de meio milhão de trabalhadores».

Adesão em massa nos sectores de maior implantação operária

Segundo a CGTP-IN «a adesão foi massiva nos sectores metalúrgico; agrícola; químico; cerâmica, cimento e vidro; indústrias eléctricas; corticeiro; têxtil; gráfico; administração local; alimentação e bebidas; e em algumas empresas do sector de comércio e serviços». Por seu turno, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, fornecendo alguns «índices de paralisação nas empresas do sector», no próprio dia 4, indicava para o **distrito do Porto: Timoco** (100%); **Secca** (75%); **Inapal** (40%); **Barbosa de Castro** (100%); **Companhia Portuguesa do Cobre** (65%); **Santos e Barreto** (40%); **Ormis** (100%); **Rotor** (50%); **Francisco Barbosa Castro** (100%); **Matomeca** (65%); **Sepsa** (50%); **Utic** (50%); **Vilar** (50%); **Sonafi** (45%); **Siderurgia Nacional** (100%); e para o **distrito de Lisboa: MEC** (80%); **Renault** (40%); **Indep-Braço de Prata** (50%); **Indep-Moscavide** (20%); **Mercauto** (50%); **A.M. Almeida-Campolide** (50%); **Vitálica** (85%); **Utic** (35%); **Grupo Previdente** (80%); **Presmalte** (40%); **Van Leer** (50%); **Sermague** (50%); **J.B. Cardoso** (30%); **S.P. Construções Mecânicas** (75%); **Casa Hipólito** (75%); **Fundação Dois Portos** (100%); **Casa Damião** (60%); **Eugénio Severino** (80%); **Mague** (100%); **Ironfer** (100%); **Argibay** (70%); **Mevil** (100%).

Nos **transportes**, segundo a Inter, «apesar das diversas acções de repressão e intimidação, que o Governo promoveu, e do papel desmobilizador de uma Comunicação Social desfavorável aos trabalhadores», nas **cinco empresas** transportadoras, que «abrangem mais de 60 mil trabalhadores, a maioria aderiu às greves convocadas, com especial significado nos sectores oficinais e, em muitas localidades e empresas, com a paralisação completa dos meios de transporte e outros serviços das empresas». As ligações Lisboa-Margem Sul, bem como as carreiras da **RN** nos distritos de Braga, de Setúbal, do Alentejo, do Algarve são expressamente citadas pela Central.

Resultados imediatos: algumas empresas pagam salários

Segundo o comunicado da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, reunida no passado dia 5 para analisar os resultados da jornada do dia anterior, «é de assinalar, como resultado imediato da acção nacional de protesto, que, em várias regiões do País, empresas diversas anunciaram que pagariam, ou pagaram mesmo, os salários em atraso».

A Comissão Executiva da Inter refere, como incluídas, nos casos que apontou, as empresas **Handy, Machado & Ca., Asa** e **Francisco Carapuchinha.**

O próprio Governo, ainda segundo a direcção da Central, «se sentiu obrigado a prometer, na véspera (da acção nacional) a resolução dos problemas dos trabalhadores da **Administração Local**, da **CP**, das oficinas da **Carris**, numa clara tentativa de desmobilização».

Além das grandes unidades de produção do sector empresarial do Estado, onde a acção nacional de protesto revestiu várias formas de luta, são de referir, entre as regiões onde a jornada teve forte repercussão, designadamente nas empresas do sector metalúrgico e metalomecânico, os distritos de **Coimbra, Santarém, Viseu, Castelo Branco, Guarda, Aveiro** e **Viana do Castelo**, bem como os plenários nas **Minas da Borralha, Panasqueira, Urgeiriça, Arcozelo** e sector de **Valongo.**

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, ao contrário do que o Governo e o conselho de gerência da **CP** puseram a correr, afirmava, entretanto, que o balanço da greve foi «altamente positivo», com uma adesão geral da ordem dos 88 por cento. Afirma a Federação que, «em muitas estações, as chefias só conseguiram colocar comboios a circular, recorrendo à troca ilegal de trabalhadores em greve por outros, pertencendo a outros locais de trabalho»; e que as circulações foram alteradas «em muitos casos à custa de atropelos às normas de segurança» e aos respectivos regulamentos.

Protesto pela cobertura do Telejornal

Anunciava entretanto a CGTP-IN que exigirá o «direito de resposta à posição do Governo sobre a acção nacional de protesto», designadamente por aquilo que o Telejornal das 20 horas do dia 4 transmitiu «pelo porta-voz do Conselho de Ministros». A Inter considera que «as afirmações produzidas em nome do Governo são caluniosas e falsas», revelando «visivelmente o desespero e o fracasso da coligação». Por outro lado, o tipo de cobertura da acção nacional de protesto, divulgada no mesmo Telejornal das 20 horas pela RTP, revela «subestimação e manipulação», posições contra as quais a CGTP-IN «protesta publicamente», pois apenas foram divulgados «aspectos muito parcelares da jornada, limitando-se regionalmente a acção nacional de protesto aos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, ignorando-se pura e simplesmente as acções nos restantes distritos, e empolando-se os efeitos da acção apenas no sector dos transportes **(entre os quais 25 que estiveram envolvidos)**» e, mesmo neste, apenas dando atenção ao tráfego, quando, como se sabe, este apenas cobre parte dos trabalhadores das respectivas empresas.

LUTAS E TAREFAS

● **Duas semanas depois de concluída a portaria de regulamentação de trabalho (PRT) para o sector da panificação, a Comissão Negociadora Sindical (CNS) continuava a reclamar a sua publicação.** Numa nota de 31 de Maio findo, a CNS dirigia-se ao secretário de Estado do Trabalho, lembrando que no Norte e no Centro o contrato colectivo de trabalho, negociado entre a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e as respectivas associações patronais, «estabelece salários e outras regalias que, em média, e por trabalhador, são superiores em dois mil escudos mensais aos que o patronato do Sul está a praticar». A CNS acentuava que, entretanto, «o patronato vai embolsando uns milhares de contos por cada mês que passa», já que a PRT, certamente encalhada em alguma gaveta, serviria para aplicar no Sul as condições de trabalho negociadas no Norte e no Centro de País.

● **Aumentam as lutas no Porto.** Pelos salários em atraso, contra a carestia, pela contratação colectiva, contra o pacote laboral, a repressão e os despedimentos têm decorrido, no distrito do Porto, greves, paralisações e impedimentos à saída de produtos acabados em empresas como as do **grupo Wandschneider, na Mariani, Afonso e Sousa, Varandas, CIF, Vilar, Jotocar, Francisco Barbosa de Castro, António Jesus de Sousa, Grupo Mondego** (Mellos), **Vibrapaque, Fabriltex** e **Desco** (impediu-se aqui o despedimento de 26 trabalhadores). Em sectores de actividade, são de salientar as lutas na administração local, material eléctrico, ramo automóvel, transportes, professores, técnicos paramédicos, e informática da Segurança Social.

● **Como aconteceu ainda recentemente na Siemens de Évora e em outras empresas, que esperam poder recorrer ainda mais aos contratos a prazo, ao aluguer de mão-de-obra, e outras ao encerramento a administração da Comportel (elevadores) acaba de enviar cartas a mais de 100 trabalhadores, pressionando-os para que rescindam os contratos.**

O SIESI — Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, que considera essa atitude um «autêntico despedimento colectivo», que considera essa atitude um «autêntico despedimento colectivo», revela que «a administração (da Cometna) ameaça passar ao regime de disponibilidade, **sem garantia de pagamento de salários**, os trabalhadores que se recusem a rescindir os contratos». Com sede em Mem Martins, empregando actualmente 500 trabalhadores, a **Comportel** prepara-se, segundo o SIESI, para fechar as portas, «facilitando a penetração da multinacional norte-americana **Otis** no mercado nacional de elevadores».

● **Professores não abdicam do direito de negociação.** A propósito de dois projectos de diploma do Ministério da Educação sobre um «novo regime de contratação do pessoal docente não efectivo dos ensinos preparatório, secundário e médio», e sobre a «regulamentação da segunda fase do concurso a que se refere o decreto-lei 75/85, de 25 de Março», a Federação Nacional dos Professores (FENPROF), em carta para o Ministério, adianta «a necessidade da marcação de reuniões em tempo útil», para negociar o conteúdo desses textos, e recusa «liminarmente qualquer hipótese de publicar os diplomas sem prévia negociação com a FENPROF». A Federação reclama, além disso, a negociação de outras questões, designadamente as relacionadas com os decretos-leis 150-A/85 e 75/85, que, juntamente com os projectos agora elaborados, devem constituir «um todo claro e coerente, capaz de enquadrar o universo das situações». Sabia-se, entretanto, que os professores e outro pessoal do **Externado da Madalena**, na Ilha do **Pico (Açores)** tinham dois meses e meio de **salários em atraso** no princípio deste mês.

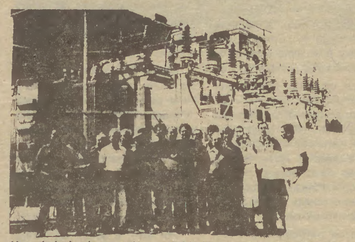
● **«Periodicamente com salários em atraso» é também a situação dos mais de 700 trabalhadores da empresa Sointal que explora os casinos do Alvor, Vilamoura e Monte-Gordo, no Algarve.** O Sindicato da Indústria de Hotelaria e Turismo daquela região e a Comissão Sindical da **Sointal** protestam e pedem «a intevenção das autoridades competentes contra esta situação ilegal e insustentável».

Querem «os trabalhadores dóceis e passivos» — o que não acontecerá, garantem as organizações sindicais.

Formada comissão para defesa da EDP

● Admitido o recurso à greve enquanto Veiga Simão recebe um troféu

Designada por **Comissão Coordenadora para a Defesa da EDP, dos Direitos dos Trabalhadores e dos Postos de Trabalho**, esta organização criada durante a preparação da jornada do dia 4 pelas associações sindicais representativas da **Electricidade de Portugal** apresentou «aos órgãos do poder e ao conselho de gerência uma Carta Reivindicativa» para a qual é exigida «uma resposta objectiva e global durante o mês de Junho». Segundo documento do passado dia 4, que divulga o teor da Carta, «caso o Governo e o CG ignorem as reivindicações apresentadas», as organizações integrantes da Comissão Coordenadora propõem-se discutir, com os trabalhadores, formas superiores de luta a terem lugar em fins de Junho, e nomeadamente o recurso à greve. A Coordenadora, depois de responsabilizar o Governo pela situação «degradada» da EDP, acusa o conselho de gerência (CG) de ter pautado «a sua actuação tendo em conta os interesses políticos do Governo e não os da empresa» seriamente ameaçada de desmembramento e destruição. Integram a Comissão Coordenadora para a Defesa da EDP, dos Direitos dos Trabalhadores e dos Postos de Trabalho a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas (FSTIE), a Comissão de Trabalhadores (CT/EDP), a Comissão Intersindical (CIS/EDP), o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte (STIEN), Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro (SIEC), Sindicato dos Técnicos de Desenho (STD), e o Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte (SETN). A Carta Reivindicativa em quatro pontos opõe-se num deles «**aos recém-conhecidos propósitos de constituição de uma empresa para distribuição de electricidade no Porto (DEP, SARL) e de uma empresa para distribuição de gás na cidade de Lisboa**». Recorde-se que o ministro da tutela (Indústria e Energia) é Veiga Simão, destacada figura do PS e antigo ministro fascista, que ultimamente foi galardoado em Lisboa com o troféu da **Gold Mercury International**, destinado aos bons servidores do capitalismo internacional, designadamente em governos como este, talvez único no mundo, que mantém uma política de **salários em atraso** — facto sem dúvida digno de um troféu.



Um símbolo de energia em unidade

Portugal/CEE

CGTP-IN rebate argumentos da integração

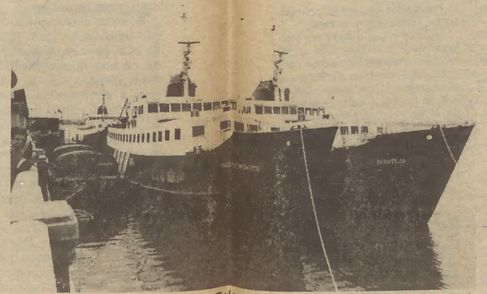
Anteontem, em conferência de Imprensa, a CGTP-IN rebateu os três argumentos que, basicamente, são apresentados pelo Ministério soarista para a integração de Portugal na CEE.

Quanto às **ajudas financeiras substanciais**, «os próprios responsáveis governamentais reconhecem», que não haverá «capacidade técnica para as esgotar, «dada a natureza excessivamente complexa e burocrática» da sua concessão; por outro lado, frisa a Inter, «o que interessa é o saldo entre o que vamos receber» e o que vamos pagar: «os estudos feitos — recorda a Central — indicam que o saldo vai ser desfavorável a Portugal, depois do período transitório de sete anos»; e esse «saldo» é, para já, «eminentemente político e não fundamentado em critérios de ordem económica e social».

O segundo argumento é o **investimento estrangeiro**: os «grandes volumes» dele, etc. carecem, por sua vez, de validade, porque o tipo de indústrias a exportar pelo Norte da Europa é o que as multinacionais lá não querem; «em nada contribuiriam para a alteração do papel de Portugal na divisão internacional do trabalho»; tão-pouco ajudariam o desenvolvimento do nosso país. «Defender esta estratégia é, pois, o mesmo que defender a reprodução do nosso atraso e a dependência do capitalismo internacional; é colocar ainda mais os centros de decisão da economia portuguesa no exterior». O terceiro argumento, resumido no **choque modernizador**: a este propósito convirá recordar, como faz a CGTP-IN, que «a História portuguesa só regista períodos de progresso económico-social e cultural quando as forças sociais mais dinâmicas afirmam a sua independência face às imposições e condicionamentos externos, e se empenham conscientemente em grandes projectos colectivos de transformação. Não acreditamos em efeitos automáticos de decisões tomadas fora do País para servir interesses que não são os nossos. Acreditamos, sim, na cooperação com todos os povos» — reafirma a CGTP/Intersindical Nacional.

Reforço sindical nas Pescas

I Congresso no sector



Os barcos do transporte fluvial do Tejo parados no dia 4 (sector onde a adesão à jornada foi total) recordavam, em breve associação de ideias, as alarmantes necessidades da nossa frota, numa altura em que os pescadores organizavam com êxito o seu I Congresso sindical

O 1.º Congresso da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, que se reuniu em Lisboa no domingo passado, com 129 delegados em representação dos sindicatos do Continente e das Regiões Autónomas, incluindo uma representação convidada do distrito de Aveiro (única direcção divisionista do sector) elegeu um Conselho Nacional de 32 elementos, procedeu a uma análise com debate sobre a situação do sector, aprovando alterações aos estatutos e um programa de acção. Os delegados de 15 dos 16 sindicatos existentes nas Pescas, incluindo o Sindicato Livre dos Pescadores e Profissões Afins (de Lisboa), que se filiou na Federação durante os trabalhos do Congresso, manifestaram-se unanimemente contra a integração de Portugal na CEE e, designadamente, contra os ataques às empresas nacionalizadas do sector, que tem sido acompanhado pela degradação das condições de vida e de trabalho. Uma das necessidades mais referidas no Congresso, que decorreu bem participado, ouvindo-se e debatendo-se todas as opiniões, foi a de um regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações, pois actualmente mais de sessenta por cento dos pescadores trabalham sem qualquer contrato e não estão abrangidos sequer pela Lei Geral do Trabalho. Noutra oportunidade se voltará aqui a este assunto, sobre o qual o grupo parlamentar do PCP apresentou uma proposta na Assembleia da República.

Acções no ensino

Novas lutas ainda este mês

A Comissão Executiva do Secretariado Nacional da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), que se reunirá em 18 deste mês para decidir sobre novas acções de luta, em «finais de Junho ou na primeira semana de Julho», que poderão assumir «a forma de manifestação, ou de concentrações e greve, em dias coincidentes com exames e provas de avaliação», fez no passado dia 5, em reunião de todo o Secretariado da Federação, uma análise dos termos em que se apresenta actualmente o quadro das opções a tomar para conseguir «uma profissão mais gratificante e uma escola renovada» – motivos centrais das lutas dos últimos dois anos. A análise do executivo da FENPROF incidiu especialmente «no processo de luta que culminou com a greve nacional do dia 24 de Maio». Uma das conclusões sublinhadas pelo Scretariado é a de que «o Ministério J.D. Pinheiro deixa o sector da Educação em piores condições do que aquelas que tinha quando começou a governar». O Ministério J. A. Seabra, acrescenta o Secretariado, «nada ou pouco fez, conduzindo o aparelho do Ministério à beira do bloqueamento. O Ministério J. D. Pinheiro destruiu muito em pouco tempo, sem que nada de válido fosse criado, o que conduziu à perigosa situação de impasse actual». Continua em risco «a colocação de professores para o próximo ano lectivo, se não forem rapidamente suspensas algumas medidas tomadas, ou minorados os seus efeitos», sublinham os dirigentes da FENPROF, que decidiram permanecer, pelo tempo que seja necessário, nas instalações do Ministério da Educação em Lisboa e na delegação do Porto, no passado dia 11, «até à resolução dos problemas decorrentes do decreto-lei 150-A/85, que extingue a profissionalização em exercício e cria novas regras contratuais, com inúmeras omissões e vários absurdos técnicos». No dia 18, serão definidas «com precisão as acções a desenvolver pelos professores ainda no presente ano lectivo».

Função Pública: carreiras aprovadas sem participação sindical

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública avistava-se, entretanto, com o secretário de Estado da Administração Pública para lhe manifestar «o repúdio pela forma como o Governo aprovou o decreto de alteração de carreiras da Função Pública, sem qualquer participação dos sindicatos representativos do sector». Em reunião do passado dia 5, aquele membro do Governo, São Bento Menezes (PS), «asclareceu alguns aspectos do decreto agora aprovado pelo Conselho de Ministros, confirmando as apreensões e reservas há muito colocadas pelos sindicatos». Segundo a Federação, o documento aprovado pelo Governo «continua muito aquém das expectativas dos trabalhadores» limita-se a garantir o «recrutamento preferencial dos chefes de secção entre os oficiais administrativos e os tesoureiros»; cria apenas «algumas posições de topo», naturalmente de acesso difícil; não contém normas para o alargamento dos quadros. Para uma verdadeira alteração de carreiras, a Federação continua a propor, entre outros pontos, a «reclassificação dos trabalhadores, de acordo com as funções efectivamente exercidas», bem como a «análise e qualificação de funções das principais carreiras da Função Pública».

Terra

Toneladas de batatas por escoar

● Lavoura de Trás-os-Montes reclama medidas

«Que esperam o Governo e a Junta Nacional das Frutas (JNF) para intervirem? Estarão à espera que vendamos a batata aos intermediários por baixo preço para eles poderem fazer as costumadas negociatas? Ou esperam que as batatas apodreçam?»

Com estas interrogações vivem actualmente os agricultores transmontanos a braços com o escoamento daquele produto, situação que uma vez mais se repete este ano e que deriva fundamentalmente da deficiente intervenção do competente organismo de coordenação económica, neste caso a JNF.

Com efeito, os agricultores encontram-se numa situação aflitiva, sujeitos ou a ter de ficar com a batata de consumo em armazém ou a vendê-la a preços de ruína (6$00 a 9$00 por quilo), valor muito abaixo do preço de intervenção decretado pelo Governo.

Os produtores não compreendem, por outro lado, por que razão o ministro da Agricultura não cumpriu os compromissos anteriormente assumidos em Vila Real, ocasião em que declarou que a JNF iria proceder ao escoamento da batata a 12$00/quilo, preço que não paga os custos de produção mas que, nem mesmo assim, permitiu accionar os mecanismos que conduzissem ao escoamento.

Em face desta situação, os agricultores decidiram, na sequência de uma reunião realizada na Câmara de Bragança, estabelecer contactos com o ministro da Agricultura e com o Governador Civil, entidades que ou se limitaram a deixar promessas vagas ou, como no caso do titular da pasta da Agricultura, nem sequer se dignou responder à exposição.

Desprezo pelos problemas

Este comportamento do Executivo — revelando desprezo e desinteresse pelos problemas da região — tem merecido o vivo repúdio da lavoura a quem não passa despercebido, por outro lado, o escandaloso contrabando da batata a que o Governo fecha os olhos, bem como a permissão de entrada no País de batata estrangeira a baixos preços.

Os agricultores de Trás-os-Montes não entendem também como é possível o Governo autorizar a importação de cerca de 100 mil toneladas de batata de semente — quantidade muito superior à necessária — a qual impediu o escoamento da produção nacional e obrigou os produtores a vendê-la como de consumo, agravando ainda mais a débil situação existente.

A lavoura da região acusa ainda a defunta coligação de não ter tomado as medidas que se impunham através da JNF para que se procedesse ao escoamento de 1 280 000 quilos de batata de consumo e 400 mil quilos de batata de semente existentes no concelho de Bragança, ao mesmo tempo que continua a justificar os preços de miséria à produção com o argumento dos baixos preços da batata nos países do Mercado Comum.

Nacional

Delegação do Soviete Supremo da URSS em Portugal

A convite da Assembleia da República, encontra-se em Portugal uma delegação do Soviete Supremo da URSS chefiada por Arnold Ruitel, vice-presidente do Presidium do Soviete Supremo e presidente do Soviete Supremo da República Socialista da Estónia.

A delegação, que vem retribuir a visita à União Soviética feita por uma delegação da Assembleia da República, manterá, durante a sua estada, contactos com o Presidente da República, com o Presidente da Assembleia da República e presidentes dos grupos e agrupamentos parlamentares, com o ministro dos Negócios Estrangeiros e com o Primeiro-Ministro.

Os deputados soviéticos deslocar-se-ão ao Porto, a Coimbra e a Viana do Castelo, onde visitarão os estaleiros navais.

A delegação, que regressa à URSS no domingo, é composta ainda pela presidente do Presidium da União das Associações Soviéticas de Amizade e Laços Culturais com os Países Estrangeiros, Zinaida Kruglova, pelo presidente do Supremo Tribunal da URSS, Vladimir Terebilov, pelo secretário da Comissão para o Ensino Popular e Cultural do Soviete das Nacionalidades e secretário da Direcção da União de Escritores da URSS, Alexandr Gontchar, e pelo secretário da Comissão para a Construção e Indústria de Materiais de Construção do Soviete da União e chefe da Equipa Mista da Empresa «Monolitstroi» de Kichinev, Ivan Rochka.

Sacerdotes portugueses na URSS

Regressa hoje a Lisboa uma delegação de sacerdotes portugueses que, a convite da Associação de Amizade Portugal-URSS, se deslocou, durante dez dias, à União Soviética.

A delegação teve a possibilidade de contactar com a realidade económica e religiosa da União Soviética, pelo que teve encontros com os responsáveis das igrejas Ortodoxa Católica, Evangelista e Baptista, com a Comissão dos Assuntos Religiosos do Conselho de Ministros, com o Patriarcado de Moscovo, com o Conselho da Paz, com o vice-ministro da Cultura e com a União das Associações Soviéticas de Amizade.

Além de Moscovo, a delegação de sacerdotes portugueses visitou ainda o Grande Seminário de Zagorsk e a República Socialista Soviética da Arménia, onde se deslocou a unidades industriais e agrícolas e a diversos serviços sociais.

Desenvolvimento agrícola não passa pela CEE

Qual vai ser o futuro dos agricultores depois da anunciada adesão à CEE? Como salvaguarda o Governo os interesses da agricultura portuguesa face à concorrência do Mercado Comum? Estas, duas interrogações que entraram no quotidiano dos agricultores portugueses e que reflectem o clima de crescente apreensão com que encaram a forma irresponsável como o Governo tem conduzido toda esta operação e as desastrosas e inevitáveis consequências que advirão para a produção agrícola e para a economia nacional.

A propósito desta matéria ainda recentemente a Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém afirmava que a ser verdade o conteúdo já divulgado das negociações com a CEE tal significará na agricultura da região a destruição das explorações dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros; a falência (na sequência aliás do que já se verifica) dos produtores de suíno; o encerramento dos estábulos de bovino; o prejuízo para os produtores de vinho e suas Adegas Cooperativas que se verão na contingência de ter de queimar grande parte da produção.

Potencialidades por aproveitar

Descrevendo as características da agricultura da região de Santarém, refere a Federação que naquele distrito 81 por cento das explorações agrícolas têm menos de quatro hectares, sendo as explorações por conta própria 82 por cento do total. O trabalho familiar constitui 93 por cento da mão-de-obra agrícola e a população activa na agricultura eleva-se a 44 906 pessoas.

No campo da produção, como refere o comunicado daquela estrutura representativa dos agricultores de Santarém, tem grande peso a de arroz (37 por cento da produção nacional) o tomate (42 por cento do total nacional), as produções de azeite e vinho, respectivamente 15 e 16 por cento das produções nacionais.

Na produção animal os bovinos, ovinos, caprinos e suínos são as espécies mais representativas, atingindo o total de cabeças um número que anda na ordem das 240 mil cabeças.

Como se pode inferir as potencialidades agrícolas da região são enormes, tendo a agricultura da região desde que apoiada e estimulada — a regularização do Tejo e o seu aproveitamento daria uma boa achega — condições para produzir mais e melhor e introduzir inclusivé novas culturas.

Outra visão do problema parecem ter, todavia, os dirigentes da defunta coligação que tantos males provocou ao País. Com efeito, se a execução desta política de submissão aos interesses dos monopólios da CEE fosse por diante os produtores de figo deixariam de existir, os produtores de tomate e melão iriam atravessar grandes dificuldades, aquele distrito ribatejano seria transformado num grande produtor de eucaliptos e o projecto de regularização do rio Tejo continuaria nas gavetas.

Daí a convicção que se generaliza entre os homens do campo de que o caminho do progresso e do desenvolvimento não está na adesão à CEE mas em medidas concretas de apoio e estímulo aos nossos agricultores.

Comboio para a Paz com paragem em Coimbra

Por iniciativa do MDM, milhares de democratas reúnem-se este domingo em Coimbra, naquela que é a última estação do Comboio da Paz e da Amizade.

Vindos do Porto, Leiria, Setúbal, Lisboa, Faro, Braga e do Alentejo, as muitas pessoas que se integraram neste Comboio da Paz e Amizade chegarão a Coimbra pelas 11 horas, farão o percurso do quebra-costas e, como com todas as subidas e descidas o apetite estará à porta, farão um *pic-nic*.

Para os participantes nesta jornada promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres, «não se trata apenas de prestar homenagem à memória dos mártires, dos resistentes, dos lutadores.

Comemorar o 40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo é lutar pela paz, contra a corrida aos armamentos que nos está a conduzir para um ponto que poderá não ter recuo. É assinalar também Hiroxima e Nagasaki. Recordar hoje a guerra é dizer não às armas nucleares em Portugal, no nosso país libertado do fascismo».

Por isso, a seguir ao *pic-nic* haverá um convívio com danças, cantares e teatro, e onde participarão o Grupo de Fados de Coimbra, o Rancho de Coimbra, Vieira da Silva baladista, João Queirós e José Baloca (que cantarão Zeca Afonso e Adriano Correia de Oliveira), e o grupo coral «Os Malteses, Cega-Rega e o grupo coral feminino de Alcáçovas.

O Comboio da Paz e Amizade comemora também o 40.º aniversário da fundação da Federação Democrática Internacional de Mulheres – da qual o MDM é vice-presidente.

Do norte e do sul, até Coimbra, mais uma etapa da luta pela paz em Portugal, este domingo, por iniciativa do MDM.

Delegação da juventude polaca em Portugal

A convite da Juventude Comunista Portuguesa, visitou Portugal uma delegação da União da Juventude Socialista Polaca — ZSMP — chefiada pelo presidente da Direcção Central, camarada Jerzy Szmajdzinski. A delegação da juventude polaca teve oportunidade de contactar com a realidade juvenil portuguesa nos seus aspectos político, social, desportivo e cultural.

Durante a sua estada em Portugal, de 3 a 7 deste mês, a delegação manteve contactos com o PCP — em que participou o camarada Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável pela secção Internacional do Partido —, com a Direcção Nacional da JCP, com os Pioneiros de Portugal e com o Comité Nacional Preparatório do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

A delegação, integrada também por Jan Chaladaj, membro do Bureau Executivo da ZSMP e director da «Juventur», e por Jolanta Bulinska, chefe-adjunto da Secção Internacional da ZSMP, deslocou-se ainda ao distrito de Setúbal onde se encontrou com a Associação de Munícipios do Sul e com a Comissão de Juventude da Quimigal.

Fim aos desmandos nos campos do Sul

— exigem UCP's/Cooperativas

A suspensão imediata de todas as operações em curso visando o roubo de terras e outros bens à Reforma Agrária constitui uma exigência dos Secretariados das UCP's/Cooperativas dos distritos de Beja, Évora e Portalegre, tornada pública na sequência do rompimento da coligação PS/PSD.

No entender dos trabalhadores, esta posição afigura-se tanto mais justa quanto, «agora mais do que nunca, não reconhecem qualquer legitimidade constitucional ou moral ao Governo e ao MAP» para prosseguirem a sua política de saque e violência em terras da Reforma Agrária.

No documento onde dão conta da sua exigência, as UCP's/Cooperativas chamam por outro lado a atenção da GNR para a «sua utilização na cobertura de actos manifestamente ilegais» e responsabilizam o Governo e os serviços regionais ligados à agricultura por eventuais acções que venham a desencadear contra a Reforma Agrária.

Depois de apelarem ao Presidente da República para que «intervenha de imediato, impedindo a concretização de novos roubos de terras», aquelas estruturas representativas da Reforma Agrária salientam que a ruptura da coligação e o fim do respectivo Governo correspondem a «uma aspiração e reclamação nacional e é o resultado fundamental da luta dos trabalhadores, designadamente contra o pacote agrícola e a nova lei do latifúndio e contra o pacote laboral».

Poder Local

O PCP e a APU nas autarquias

Em 1976 a APU obteve a presidência de 37 municípios e 171 freguesias. Em 1979 passou para 50 municípios e 299 freguesias e em 1982 para 55 municípios e 335 freguesias. Nos municípios em cuja Câmara a APU detinha a presidência viviam entre 1976 e 1979, 970 000 habitantes. Nos actuais 55 municípios de maioria APU vivem hoje 1 750 000 pessoas, isto é, mais 84% do que em 1976. A área dos municípios de maioria APU era, entre 1976 e 1979, de 23,5% do total do País; actualmente é de 30,6%. Os municípios de maioria APU administram em 1985 mais de 15 milhões de contos e empregam cerca de 16 mil trabalhadores. Possuem mais de 2000 viaturas, máquinas e equipamentos para obras, das quais 385 são máquinas e equipamentos pesados de movimentação e compactação de terras e 455 são outras viaturas pesadas. É hoje impossível visitar um município de maioria APU sem ver um pouco por todo o lado uma grande actividade das máquinas e viaturas municipais a realizar as mais variadas obras.

Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas

***APU** — Muitos milhares de eleitos; milhares de máquinas e de equipamento diverso. Homens e material ao serviço das populações, modificam a paisagem, criam novas condições de vida. Sempre em maior número de autarquias, nas quais a confiança popular nas conquistas e nos seus aliados os leva a assumir responsabilidades no Poder Local*

Há freguesias de maioria APU em todos os distritos do continente com excepção de Bragança. Os nossos camaradas e activistas da APU trabalham para que, a partir das próximas eleições suplementares de 23 de Junho que se realizarão na freguesia de Carvalhais, concelho de Mirandela, também neste distrito exista uma freguesia de maioria APU, a que outras se poderão juntar no final do ano. Nas 78 freguesias de maioria APU situadas em municípios com maioria de outras forças políticas vivem actualmente cerca de 400 000 habitantes. A APU é a força política que tem a presidência de mais Juntas de Freguesia com mais de 20 000 eleitores (42% do total).

Em 5 freguesias a presidência da Junta cabe a outras forças políticas, mas a maioria é de eleitos da APU, por a respectiva Assembleia de Freguesia ter votado maioritariamente nos nossos eleitos para o Executivo. Isto significa que os eleitos de outros partidos votaram na APU para a Junta porque nela confiam. É o caso das freguesias de Antuzede e Santa Cruz, em Coimbra, de Valadares, em Vila Nova de Gaia, de Soajo e Ponte de Lima, em Viana do Castelo. Este é mais um facto que mostra como a vida coloca problemas novos e cria possibilidades de trabalho inesperadas; reflecte, por outro lado, o prestígio dos eleitos da APU, a sua disponibilidade para trabalhar pelos interesses das populações e, por vezes, o demissionismo, desinteresse e fuga ao trabalho dos eleitos das outras forças políticas.

São também da maior importância as posições da APU em situações de minoria. A APU está representada num total de 129 Câmaras, em 250 Assembleias Municipais que correspondem a 94% da população e em largas centenas de freguesias.

Existem cerca de 9000 eleitos directos da APU. Participam igualmente no exercício do Poder Local muitos outros quadros do PCP e activistas da APU que têm assento nas Assembleias de Freguesia em representação das Comissões de Moradores e nos Conselhos Municipais em representação dessa e doutras organizações populares. (...)

O próximo mandato

No mandato dos órgãos autárquicos que se vai iniciar em Janeiro de 1986 vão colocar-se alguns problemas novos. As autarquias não são ilhas isoladas na sociedade. Os seus recursos, as suas atribuições, as competências dos seus órgãos, a sua capacidade de actuação dependem em grande parte de quem está no Governo, das maiorias que se formam na Assembleia da República, de quem detém os postos-chave da Administração Central. A actuação dos sucessivos governos de direita, com ou sem o PS, têm agravado essa dependência.

Nestas condições, as grandes linhas de orientação da APU no próximo mandato não podem deixar de depender da evolução da situação política, em especial da medida em que for travada a ofensiva contra o Poder Local, e do nosso entusiasmo e confiança.

As grandes orientações políticas do trabalho nas autarquias constam do Relatório de Abertura do camarada Carlos Costa e do Documento-Síntese. Algumas preocupações, entretanto, serão de ter especialmente em conta no próximo mandato em relação à gestão das autarquias.

Em primeiro lugar, é possível e necessário melhorar o planeamento e programação da actividade autárquica garantindo uma gestão mais integrada dos vários sectores e acentuando a colegialidade da gestão.

Em segundo lugar, é necessário continuar a prestar a maior atenção à cobertura dos municípios em infra-estruturas de saneamento básico, rede viária e equipamentos sociais. Nos municípios em que a cobertura está mais avançada, o problema central será o de resolver a situação dos pequenos aglomerados urbanos, de pequenas povoações isoladas, o que nos vai exigir o desenvolvimento de soluções especiais. Vai ser necessário igualmente prestar uma especial atenção à conservação e manutenção das redes de equipamentos e continuar a procura das soluções mais económicas.

Em terceiro lugar, é necessário melhorar a administração urbanística e a política de solos, na base dos planos já aprovados ou em elaboração e trabalhar para a sua articulação e compatibilização e com os dos municípios vizinhos.

Em quarto lugar, é possível e necessário aprofundar o trabalho do domínio das actividades culturais e de cultura física e desporto, da defesa e valorização do património cultural e natural e de ocupação dos tempos livres, e contribuir para a melhoria da saúde e segurança social na esfera das competências das autarquias, aproveitando assim as condições mais favoráveis criadas em muitas autarquias pelo facto de se terem registado espectaculares avanços no domínio da construção de infra-estruturas e equipamentos.

Em quinto lugar, é necessário prosseguir e intensificar a organização racional de serviços, a adopção de métodos avançados de gestão, a formação profissional dos trabalhadores das autarquias e a sua participação e mobilização para a gestão autárquica, a realização de obras directamente pelos municípios, rentabilizando os recursos, em particular os parques de máquinas e outros equipamentos, na base da cooperação intermunicipal.

É necessário ainda dar maior atenção ao embelezamento das cidades, vilas e aldeias, à conservação da arquitectura tradicional, ao «mobiliário urbano», aos parques, jardins e zonas verdes.

Finalmente, impõe-se reforçar a luta pelo desenvolvimento económico do País, da região, do município e freguesia, prestando particular atenção à situação social, aos problemas dos trabalhadores e das empresas, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais. (...)

Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas

«Os eleitos comunistas e outros eleitos da APU prescindem da remuneração excedente que recebem pelo exercício de cargos nas autarquias em relação ao que receberiam no exercício da sua actividade profissional.

Esta é uma expressão nítida da superioridade moral dos eleitos comunistas, da sua dedicação ao povo, do espírito isento e abnegado com que exercem os cargos públicos.»

A «Poder Local — Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas»

Os eleitos comunistas e outros eleitos da APU prescindem da remuneração excedente que recebem pelo exercício de cargos nas autarquias em relação ao que receberiam no exercício da sua actividade profissional.

Esta é uma expressão nítida da superioridade moral dos eleitos comunistas, da sua dedicação ao povo, do espírito isento e abnegado com que exercem os cargos públicos. As verbas a que este facto dá origem são administradas por uma organização, a «Poder Local — Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas», que as utiliza para subsidiar obras e realizações de autarquias e actividades das organizações populares.

De um balanço incompleto recentemente realizado conclui-se que as verbas da PL-ARCOD já permitiram financiar mais de 80 parques infantis, um parque desportivo, 57 obras diversas (electrificação, abastecimento de água, pavimentação de caminhos, arruamentos, esgotos, embelezamento de locais), 12 abrigos para passageiros e três balneários públicos.

Foram ainda subsidiadas organizações populares e sociais. Em 1984, por exemplo, só no distrito de Lisboa, foram subsidiadas 55 corporações de bombeiros e cinco centros de dia para idosos; em 1983/84, nove colectividades e bandas de música no distrito do Porto e mais de 60 colectividades, bandas de música, ranchos e outras organizações no distrito de Santarém.

Tem assumido um particular destaque o apoio às Juntas de Freguesia de maioria APU no Norte e Centro, muitas vezes alvo de boicotes e discriminações das respectivas Câmaras Municipais. Já depois do balanço referido, por exemplo, a delegação de Beja já financiou um parque infantil e deu 200 contos para balneários e infra-estruturas no campo de futebol para a freguesia de Paçô (Viseu), 200 contos à freguesia de Oledo (Idanha-a-Nova), 200 contos para reparar ruas em Unhais da Serra (Covilhã); a delegação de Évora financiou parques infantis em Malpica do Tejo (Castelo Branco), Riba d'Ave (Famalicão) e Ponte de Lima, além de balneários nesta vila e um lavadouro, reparação da igreja e capela mortuária em Pinhel; a delegação de Lisboa financiou um lavadouro em Tortosendo e ajudou à construção da Casa do Povo em Santo André, freguesia de Trás-os-Montes em que vencemos nas eleições suplementares realizadas o ano passado; a delegação de Setúbal financiou dois parques infantis em Antuzede (Coimbra), um parque infantil em Gondar e outro em Gandarela, ambas freguesias de Guimarães.

Só um Partido dos trabalhadores, um Partido cuja razão de ser e de lutar são os interesses do Povo e do País poderia adoptar esta prática. Garantir uma melhor aplicação desta orientação, valorizá-la e divulgar as obras e realizações que permitiu é uma das tarefas mais importantes da frente de trabalho nas autarquias. (...)

(Excertos da intervenção do camarada Luís Sá, suplente do CC e Director da Revista «Poder Local», produzida durante a Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e as Eleições Autárquicas.)

Nacional

Encontros da APU

Com as mulheres do Porto

Realiza-se no próximo domingo, pelas 15 horas, na Junta de Freguesia do Bonfim, um Encontro da APU com as mulheres da cidade do Porto.

Este Encontro — onde estarão presentes os vereadores e deputados municipais, o presidente da Junta de Miragaia e os eleitos da APU nas Juntas e Assembleias de Freguesia — realiza-se com o objectivo de definir os principais problemas que há a resolver, por forma a que possa sair do Encontro um caderno de acção e de luta das mulheres do Porto, para cuja concretização a APU se compromete desde já a trabalhar e a lutar.

Como se diz no documento convocatório do Encontro «as mulheres desempenham um importante papel em toda a vida da cidade do Porto. Nos bairros camarários, nas "ilhas" e zonas degradadas, nas freguesias ribeirinhas, em geral nos locais de residência e de trabalho, as mulheres têm dado contributo fundamental na luta por uma habitação condigna, por estruturas de apoio aos filhos, pela resolução de inúmeros problemas locais, desde lavadouros e estendais, limpeza e abastecimento de água, na luta, até agora vitoriosa, contra os aumentos brutais da energia eléctrica.»

No final do Encontro terá lugar uma festa com a intervenção artística de Samuel. Durante toda a tarde haverá um local para ocupação das crianças, com jogos, pintura, etc., pelo que as mulheres poderão levar consigo os filhos mais pequenos.

No concelho de Cascais

Sob o lema **«Com a APU, um Futuro Melhor»**, realiza-se no próximo domingo, no salão dos Bombeiros da Parede, um Encontro da APU do concelho de Cascais, que terá início às 10 horas. Participa o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP, que fará a intervenção de encerramento, prevista para as 18 horas.

Este Encontro culmina um profundo trabalho de discussão e análise realizado em reuniões APU em cada freguesia do concelho, onde participaram cerca de 250 activistas e apoiantes, e propõe-se definir os objectivos eleitorais da APU no concelho de Cascais para as próximas eleições gerais autárquicas, bem como as medidas a tomar para os alcançar.

Em Condeixa

Realizou-se no passado domingo, em Condeixa, um almoço-convívio promovido pela Comissão Coordenadora da APU local, que reuniu 200 pessoas em animada confraternização. O camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP, fez uma intervenção política a encerrar este encontro dos activistas e apoiantes da Aliança Povo Unido.

Barreiro vai fazer festa

Com quinhentos anos de história — recorde-se que, recentemente, uma exposição mostrou a evolução concelhia nos seus variados aspectos — o Barreiro prepara-se para comemorar o seu primeiro aniversário... como cidade. Terras velhas e antigas gentes — conhecem-se os censos desde 1532 —, num concelho onde os barreirenses eram outrora camponeses, moleiros, calafates, ferreiros, corticeiros, cordoeiros, salineiros, tanoeiros e, mais tarde, se lançaram, sob a exploração capitalista, na aventura da indústria, o Barreiro é outro. E isso comemora-se com festa!

É já no próximo dia 28 de Junho que passa um ano sobre a elevação do Barreiro a cidade. Data promovida a feriado municipal. De 27 deste mês até 7 do próximo são as Festas da Cidade — importante iniciativa em que a população e os muitos milhares de visitantes que se esperam encontrarão motivo de recreio, convívio, contacto com mostras do património cultural, etnográfico e desportivo. Decorrerá também nessse período a já tradicional Exposição Industrial e Comercial do Barreiro, a Barrind/85.

Visitar o Barreiro, no seu dia de anos, será portanto, para quem é de fora, oportunidade de contacto com uma cidade e um concelho renovados, ano a ano, por iniciativa da administração APU que, ao longo dos anos de poder local democrático não tem poupado esforços para, em conjunto com a população, tornar melhor a vida, muitas vezes mobilizando-se contra os desígnios de um poder central que se tem caracterizado pelas tentativas de asfixiamento das autarquias. Numa dessas jornadas, a população inaugurou simbolicamente o Hospital Novo, que aguarda o apetrechamento necessário para funcionar. E deu-lhe um nome, «25 de Abril», homenagem a uma data para a qual os barreirenses, trabalhadores e democratas, tanto contribuiram lutando sem desarmar contra o fascismo.

Preparando-se para festejar a cidade nova, os barreirenses têm consciência da intensa actividade levada a cabo pelas autarquias que a compõem — freguesias e município — e que chegam nos dias de hoje com «as grandes questões municipais solucionadas», como concluiu recentemente o «ponto da situação» feito sobre o programa de actividades para o triénio de 1983/85. As referidas questões — Via Rápida, Terminal Rodo-Ferro-Fluvial, Passagem Desnivelada, novo Quartel dos Bombeiros, novo Hospital Distrital, Rede Ferroviária, Barreiro Cidade e Novas Freguesias — estão concluídas ou em vias de o serem até final do mandato.

Globalmente, a Via Rápida é assunto resolvido e está aberta ao tráfego; as obras da Passagem Desnivelada, com custos avaliados em 140 mil contos, serão concluídas até final do ano. Barreiro é Cidade e prepara-se para festejar o primeiro aniversário, enquanto que as novas freguesias apenas dependem da Assembleia da República. O Novo Hospital — cujas infra-estruturas e espaços envolventes atingiram o custo de 150 mil contos — está concluído no que toca à responsabilidade autárquica.

Quanto ao Terminal, aguarda-se ainda para este ano o início dos trabalhos. As questões da rede ferroviária, cujos objectivos, por parte da autarquia, são o aprofundamento das conversações com a Quimigal e a CP, continuam a ser apreciadas. Finalmente, o problema do Quartel dos Bombeiros, fica solucionado com a compra, já efectuada, de um terreno, por 33 mil contos.

Os planos de actividades, como o tempo e o trabalho se encarregou de provar, não eram promessas. Eram objectivos e foram alcançados. O Barreiro tem razão para fazer a festa.

Viana, M. Grande e Alverca

— convívio e esclarecimento

Viana do Castelo, Marinha Grande e Alverca viveram no último fim-de-semana festas de unidade e convívio popular organizadas pelo PCP.

Caracterizadas pelo ambiente comum de viva confraternização democrática, incluindo nos seus programas bons momentos musicais, com destaque para a música popular portuguesa, estas festas proporcionaram também o esclarecimento político, salientando-se pela voz de dirigentes do Partido a análise e as propostas do PCP no actual momento da vida portuguesa.

José Casanova, da Comissão Política, falou na Festa Popular de Alverca. **Luísa Araújo**, do Secretariado do CC, na Festa da Amizade em Viana. E **Raimundo Cabral**, da C. Política, na Festa-85, na Marinha Grande.

Nota comum destas intervenções, seguidas com vivo interesse por milhares de pessoas, foi a apreciação do Partido ao momento actual, destacando-se que o fim da coligação PS/PSD deve significar a demissão do Governo, a dissolução da AR e a realização de eleições legislativas antecipadas.

É agora necessário, como sublinhou José Casanova em Alverca, um **Governo isento, sério, que assegure a gestão dos assuntos correntes do País e que garanta a realização de eleições democráticas sem as fraudes e as golpaças que o Governo de Mário Soares se preparava para levar à prática.**

Problemas como a situação económica e social, a adesão à CEE, as eleições autárquicas e o reforço do PCP foram analisados nas intervenções dos dirigentes comunistas.

Assembleia da República

Assinar depressa...

Ao aproximar-se o fim — o fim? — desta sessão legislativa, os dias, entremeados de feriados, não contiveram muito trabalho parlamentar. Mas contaram com notáveis discursos. Uns, mostrando a preocupação resultante da ruptura da coligação, com o PS e o PSD a botar as culpas, reciprocamente, no parceiro traidor. Outros, coincidindo a semana com a data da assinatura do acordo de adesão à CEE, levaram a Assembleia a debruçar-se sobre a questão. Com diferentes pontos de vista, é claro.

Sobre a zanga de comadres, as acusações mútuas e o desvendar de segredos, debruça-se o nosso jornal esta semana, no «Em Foco». Sobre o resto que aconteceu, em traços muito gerais, apontamos aqui algumas notas.

Jerónimo de Sousa, do PCP, ainda na passada semana, e a propósito da crise que levou à ruptura da coligação, interveio afirmando que os factos desmentem ter-se tratado de um acidente. «São fundamentalmente», disse o deputado comunista, «o resultado do rotundo fracasso na política governamental e a sua gritante incapacidade para dar resposta aos problemas nacionais».

«Enquanto negociavam entre si», recordou, «enquanto escondiam as suas mazelas ao país real, o país real continuava confrontado com problemas cada vez mais graves».

O deputado abordou ainda o processo de adesão à CEE, chamando a atenção para o facto de, em tal processo, a Assembleia ter sido «maltratada e menorizada», enquanto que o povo português era mantido no desconhecimento do conteúdo das negociações.

Anteontem, antes da Ordem do Dia — a qual seria preenchida com a ratificação (CDS) do decreto que aprovou o IVA —, a camarada Ilda Figueiredo tornou à questão da CEE.

Na véspera da pompa e circunstância que rodearia a assinatura do Acordo, a deputada comunista, acusando os governos de não terem cuidado do interesse nacional, preocupados apenas com a pompa, salientou a «ilegitimidade de um governo, praticamente demissionário, para alterar e encerrar os principais *dossiers* em questões fulcrais sem qualquer contacto ou conhecimento, quer dos deputados da Assembleia da República, quer das associações e organizações representativas económicas e dos trabalhadores».

«Com um governo a cair, quem vai responder pelos pontos em aberto? Quem é o responsável amanhã pelos compromissos assumidos?», interrogou Ilda Figueiredo, lembrando que «novos sectores reclamam hoje a suspensão imediata do processo de adesão que um governo com as horas contadas não tem autoridade nem legitimidade para assinar.»

«As condições e os termos em que vai ser assinado» o acordo de adesão, sublinhou a terminar a deputada do PCP, «confirmam a análise feita pelo PCP: é urgente a demissão do Primeiro-Ministro e do que resta do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas nos termos da Constituição».

Grande Jornada da Paz passou por Portugal

Durante todo o mês de Maio realizou-se, um pouco por todo o lado, a Grande Jornada da Paz. Trata-se de uma iniciativa promovida por movimentos de mulheres, movimentos pacifistas e movimentos religiosos pela Paz, que percorreu o continente europeu com o sentido de perguntar aos governos que subscreveram a Carta das Nações Unidas até que ponto a têm cumprido e até que ponto estão dispostos a alterar a realidade.

Um dos cinco grupos que percorreu a Europa deslocou-se também a Portugal, onde foi recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Presidência da Assembleia da República e na Comissão da Condição Feminana na Assembleia da República.

A delegação — presidida pela chefe pastora da igreja luterana da Suécia, Elizabeth Gerle, e de que fazia parte Luísa Amorim, do Secretariado Nacional do Movimento Democrático de Mulheres — foi ainda recebida pelo Cardeal Patriarca de Lisboa e pelo Conselho Ecuménico Português.

Estariam dispostos?

Os participantes na Grande Jornada da Paz levavam consigo um lote de perguntas para fazer aos governantes dos diversos países que visitaram.

Além de, com esta sua acção, salientarem a importância dos movimentos pacifistas e a verdadeira vontade de paz dos povos de todo o mundo, independentemente da sua ideologia ou culto religioso, os participantes da Grande Jornada da Paz perguntaram aos governos europeus se estariam dispostos a proibir as suas Forças Armadas de deixar o seu próprio território, a proibir as armas nucleares e outras armas de destruição de massas, a proibir a exportação de armas para outros países e a cooperar e participar em acções para que a água potável, os alimentos, os cuidados primários de saúde e a educação escolar fossem garantidos aos povos de todo o mundo e, finalmente, se estariam dispostos a resolver futuros conflitos com outras nações através de meios pacíficos e não através de acções militares e ameaças.

Em todos os países por onde passou, a Grande Jornada da Paz — em que participou também o jornalista Fernando Semedo, pelo Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal — recebeu, de uma maneira geral, resposta positivas.

Segunda etapa

A Grande Jornada da Paz teve já a sua primeira etapa neste ano em que se comemora o 40.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo. Em 1986 — proclamado pelas Nações Unidas Ano Internacional da Paz — a Grande Jornada da Paz prolongar-se-á pelos outros continentes e ainda pela URSS, Canadá, China e Estados Unidos, abrangendo assim todos os países que assinaram a Carta da ONU.

Nacional

NATO reúne em Lisboa

Um abismo entre palavras e actos

Pela primeira vez depois do 25 de Abril, realizou-se em Portugal uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO. Um facto a que haverá que somar — sublinhando — um outro: no conjunto de ambiguidades, contradições (quanto à forma ou aos meios) de parceiros que defendem interesses de uma mesma classe, as posições assumidas pelo governo português (com que representatividade?) distinguem-se pelo mais declarado alinhamento com as mais agressivas posições expressas no seio da NATO.

Alguns factos

Antes das palavras, importa referir os factos: alguns factos apenas.

«Desde as interrupções e cortes de trânsito, ao aparato intimidatório de centenas de polícias de choque de G-3 aperradas, passando por ilegais proibições do livre acesso e circulação de dirigentes sindicais que procuravam contactar trabalhadores do Estoril-Sol em luta no passado dia 4 (...) até às detenções e prisões de activistas da Paz, passou-se um pouco de tudo nestes últimos dias no concelho de Cascais», denuncia a Comissão de Paz do Concelho de Cascais, que afirma ainda, que de acordo com palavras de um graduado da PSP, tal actuação se deve a «ordens expressas do governo, que lhes ordenou evitarem acções de protesto contra a realização da reunião da NATO».

Em perfeita sintonia com tais ordens, estão as palavras do ainda primeiro-ministro Mário Soares, na abertura dos trabalhos no Casino Estoril.

Aí foi afirmado — antes do debate — que «as propostas norte-americanas contam com o apoio da generalidade dos Aliados».

O tom estava dado. Segue-se o realçar da posição estratégica do país (e para a NATO Portugal não é mesmo mais do que isso): «Pelo que respeita ao nosso País, **é bem conhecida de todos a importância do triângulo estratégico português para um possível reforço rápido da Europa por forças norte-americanas**, em caso de crise ou de conflito, o que constitui uma das mais importantes componentes do actual conceito de dissuasão.

Para completar, temos o elogio da corrida aos armamentos, a aposta no desenvolvimento de todo o tipo de armas (que na verdade é a aposta do Pentágono e da NATO, passem as múltiplas tentativas de o encobrir). Sublinhando a importância das novas tecnologias (ou seja, do desenvolvimento da militarização do Cosmos), Mário Soares declara simultaneamente que «seria perigosamente irrealista supôr» que elas «possam vir a substituir, nos tempos mais próximos, a função dissuasora que as armas nucleares, **desde a origem**, vêm desempenhando na estratégia da NATO». Um «desde a origem» que só pode constituir referência, elogiosa, ao crime de Hiroshima e Nagasaki.

Palavras que não podem surpreender, quando simultaneamente se expressa a adesão (em princípio) à iniciativa de militarização do Cosmos por parte dos EUA (IDS) e ao projecto «Eureka» que, como se refere, noutra parte do nosso jornal, se traduz contradições inerentes ao próprio capital, engloba um objectivo comum.

Ou ainda — entre as múltiplas cedências de «facilidades» à NATO em geral e aos Estados Unidos em particular — se incui a projectada estação de rastreio de Almodôvar que, como também referimos no nosso jornal, constitui uma forma directa de participação na militarização do Cosmos.

Encontros e desencontros

Nem tudo foi pacífico no Estoril. Mas que não haja ilusões. O que prevalece são os objectivos comuns. Os desencontros estão na luta de interesses do grande capital dos EUA, da França ou da Alemanha. E também na necessidade de justificação face à exigência de paz, à batalha pelo desarmamento, dos povos da Europa e dos Estados Unidos, para referirmos só os directamente abrangidos pela NATO.

Disso mesmo é exemplo o próprio comunicado final, que poderíamos considerar um modelo de cinismo político. Tanto se fala de Paz, justificando preparativos de guerra.

Não será exagerado afirmar que o comunicado põe a realidade da cabeça para os pés.

Dois exemplos apenas.

● No primeiro ponto afirma-se taxativamente: «Somos uma Aliança Defensiva interessada em preservar a paz e defender a liberdade». Bom seria. Acontece que a NATO foi criada bem antes da formação do Tratado de Varsóvia, num momento em que a União Soviética e as Repúblicas Populares enfrentavam os graves problemas da reconstrução pós-guerra e os EUA detinham, juntamente com um acrescido potencial económico, reforçado com a própria guerra, o exclusivo da arma atómica (e planos elaborados para a utilizar contra a URSS). A resposta de tal «pacto defensivo» face à proposta, incialmente formulada pelos soviéticos, de adesão (na lógica da Aliança anti-nazi) foi-lhe respondido **não**.

● Em todo o comunicado a União Soviética surge como o obstáculo único ao desarmamento. E apesar de não haver uma palavra directa de adesão ao projecto norte-americano (nem ao francês) de militarização do Cosmos, afirma-se em referência a Genebra: «Apoiamos veementemente **as tentativas dos Estados Unidos nas três áreas de negociações** e apelamos à União Soviética que adopte uma atitude positiva» (!)

Em entrevista ao «Pravda», em Abril, o camarada Gorbachov propôs: «Já que nos sentámos à mesa para negociar a redução dos armamentos, o mínimo que se pode fazer é não os aumentar. Por isso, propomos que a URSS e os EUA, ao longo das negociações, declarem uma **moratória** sobre a criação (incluindo investigações científicas), ensaios e desenvolvimento dos armamentos espaciais ofensivos, e congelem os seus armamentos ofensivos estratégicos».

Não houve resposta. Ou melhor dizendo — a resposta é o prosseguimento do desenvolvimento de todos os tipos de armamentos, no espaço inclusivé, o que é também confirmado pelo próprio orçamento de «defesa».

É este o exemplo a seguir, como a NATO prpõe?

Juventude

O Porto foi jovem

Muitas centenas de jovens desfilaram, quinta-feira passada, pelas ruas da baixa portuense. O desfile foi o culminar de um vasto conjunto de iniciativas promovidas por mais de 120 estruturas juvenis que durante dois dias animaram a capital nortenha.

«Porto Jovem» terminou, já a noite de quinta-feira ia longa, com um espectáculo em que participou Carlos Mendes e a banda Triângulo do Mar, Fernando Luís, a Escola de Teatro da Seiva Trupe, Estrela Novais, Tupinho, e o Rancho Folclórico de Crestuma.

No entanto, o programa iniciou-se na noite do dia anterior, com a realização de um concerto *Rock*, em que participaram as bandas Nasr, Culto da Ira e Martinis.

No final do desfile de quinta-feira, os jovens presentes aprovaram um conjunto de reivindicações a serem entregues aos órgãos de poder. Na sua carta reivindicativa, os jovens exigem o salário mínimo aos 18 anos, o fim do desemprego e dos contratos a prazo, melhores condições de ensino e de aproveitamento escolar, o efectivo apoio à cultura, ao desporto, aos tempos livres, a defesa do meio ambiente, a defesa da paz, da Independência Nacional e a proibição do estacionamento, trânsito ou instalação de armas nucleares em Portugal.

Jovens vivem mal em Lisboa

O Organismo de Direcção do Comité Local de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa, reunido recentemente, repudia «a actuação do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, salientando o facto de as grandes promessas de obras para a juventude não terem sido cumpridas, assim como de o Plano aprovado pela CML não apresentar qualquer ponto especial relativo ao Ano Internacional da Juventude». A actuação da Câmara – sublinham – «tem vindo simplesmente a criar uma situação degradante para os jovens que habitam a cidade».

Na sua reunião, os jovens comunistas sublinharam ainda a importância da ruptura da coligação, salientando que «o objectivo agora alcançado e a associação imediata e constitucional da demissão do Governo, deve mobilizar ainda mais os jovens para a lua».

Derrota das organizações juvenis de direita

«Mais do que o resultado dos confrontos por ambições pessoais e das disputas internas nos respectivos partidos, a ruptura da coligação é uma consequência directa do rotundo fracasso da política de direita e da luta heróica dos trabalhadores portugueses e dos democratas, na qual a juventude teve uma participação activa com uma expressão particularmente significativa nas inúmeras acções específicas dos jovens trabalhadores e desempregados, dos estudantes do Ensino Secundário e dos Estudantes do Ensino Superior».

Esta é a leitura dos acontecimentos feita pelo Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, recentemente reunido para analisar a situação criada pelo anúncio da ruptura da coligação.

Para os jovens comunistas, este facto «constitui também uma derrota para a JS, JSD e JC que, colocando-se contra as mais elementares aspirações e direitos juvenis e contra a essência dos objectivos do Ano Internacional da Juventude, sempre apoiaram, apesar dos disfaces demagógicos, a manutenção deste Governo e a concretização da sua política».

A JCP, salientando que o movimento juvenil «sempre associou a concretização dos seus ideais ao fim de uma política e de um governo que teimosamente os negava», apela aos jovens e às suas organizações para que se mantenham mobilizados na denúncia das manobras que Mário Soares e a direita desenvolvem na tentativa de impedir a sua completa derrota. A JCP apela à juventude portuguesa para que exiga «a formação de um governo que assegure o respeito pela legalidade democrática, que assegure a preparação, em condições de estrita isenção e democraticidade, de eleições legislativas antecipadas».

CEE — o que parece não é!

Agora, que o circo montado nos claustros do mosteiro dos Jerónimos já deu a «adesão à CEE» que Mário Soares coreografou para a sua campanha presidencial, pergunta-se quem ganhou com o espectáculo.

Comecemos pelo próprio Mário Soares. Teria ele obtido os trunfos políticos que imaginou, ao protagonizar, na qualidade de primeiro-ministro de um Governo que não existe, um acto de tal responsabilidade e em nome de um País que nem o programa do espectáculo pôde conhecer? É duvidoso — e tanto mais duvidoso quanto Mário Soares acrescentou à irresponsabilidade política do acto o abuso da apropriação de uma autoridade pública que já não detém. Se a carreira política deste homem sem escrúpulos está condenada à indiferença da História, a sua actual e desmedida ambição galopa para o abismo. O que não aflige ninguém.

E o País, que ganhou ele com a farsa montada nos claustros dos Jerónimos? Apenas mais um insulto à sua História, à dignidade dos seus oito séculos de esforço nacional, à memória dos portugueses que construiram a Pátria que somos. E isso já aflige. E indigna.

Mas quem, de certeza, nada ganhou com a repugnante palhaçada dirigida por Mário Soares, foio Povo português. Foi-lhe atirada à cara, nos claustros de um mosteiro que é um memorial pátrio, a banha da cobra de uma exibição de feira. Mário Soares quis impingir-lhe, com o seu rosto no rótulo, o cura-tudo dum negócio pessoal que pretende contrabandear o País e os seus recursos, como panaceia para uma crise de que ele próprio foi um dos principais causadores. Para o secretário-geral do PS o que existe, no seu «tempo de CEE», é um País acometido por «um surto de progresso». Não vê (nem quer que nós vejamos) o País que somos com 600 000 desempregados, 160 000 trabalhadores com salários em atraso, uma juventude sem trabalho nem escola, bairros inteiros de barracas miseráveis, velhos, crianças e mesmo homens válidos pedindo esmola, e esse sintoma de miséria que é o proliferar da prostituição e da criminalidade.

Mas o que ele também não quer ver, — nem que nós vejamos —, são as consequências que tal adesão traria no aprofundamento da já gravíssima crise em que os seus e outros Governos da mesma família mergulharam o País.

É que, a levar-se à prática o espectáculo circense-soarista dos Jerónimos, a nossa agricultura entrará em completa ruína com a invasão das mercadorias da CEE no nosso mercado interno, serão atiradas para a falência (como bem o demonstra o recente exemplo da Grécia) milhares de pequenas e médias empresas comerciais e industriais, milhares de pequenos e médios agricultores não poderão subsistir perante a invasão dos cereais, dos vinhos, das frutas, do leite, da carne, vindos da CEE. Portugal deixaria de ter qualquer autonomia na sua política externa, em particular com os países africanos de expressão portuguesa; os nossos recursos — ferro, pirites e até urânio! — seriam entregues à voragem multinacional, os grandes projectos económicos nacionais definitivamente enterrados, a nossa indústria de base batida no próprio mercado interno pela indústria dos países desenvolvidos de alta tecnologia e pela indústria dos países subdesenvolvidos de baixos salários; as nossas águas saqueadas e as nossas pescas afundadas.

Quem ganhou com o espectáculo dos Jerónimos?

Só se for a independência nacional, com o estímulo à luta do povo português que tal desvergonha revigorou.

Internacional

A guerra das águas na política sionista

Desde a criação do Estado de Israel, em 1948, que a política dos sionistas se tem caracterizado por três vectores fundamentais: o alinhamento com o imperialismo, em particular norte-americano; as tendências expansionistas e hegemónicas; e a pilhagem do património árabe.
Muitos têm sido os métodos seguidos na concretização de uma tal política, e se é verdade que as guerras israelo-árabes são a sua expressão mais visível, não é menos certo que outros não tão conhecidos porque de incidências a longo prazo estão a contribuir para o mesmo fim. É o caso da ocupação de terras e da usurpação das águas. Com uma tal eficácia que é possível falar hoje, no que respeita àquele último aspecto, numa autêntica «guerra das águas.»

Os primeiros a sentirem os efeitos dessa política de usurpação foram os palestinianos, mas hoje o perigo da «guerra das águas» estende-se à Jordânia e ao Líbano, ameaçando não ficar por aí.

É fácil entender a importância que a água representa no desenvolvimento em geral e na expansão dos colonatos, que são a coluna vertebral do projecto sionista da Palestina e em toda a região. Não dispondo de recursos naturais à medida das suas pretensões expansionistas, Israel não olha a meios para atingir os seus fins.

Desde 1967 os sionistas apropriaram-se das nascentes do Rio Jordão e da maioria dos seus leitos, das águas subterrâneas da zona do monte «Chekh», dominam o Mar Morto e as águas da Margem Ocidental, os rios «Ouli» e «Litani», as nascentes e lençóis de água no sul do Líbano. Num total de 3,5 biliões de metros cúbicos por ano!

Cabe recordar aqui a insistência com que Israel, no seu projecto de retirada do Líbano, insiste na manutenção de tropas junto do rio «Litani», a pretexto de garantir uma dupla fronteira de segurança entre os dois países. A «coincidência» da escolha do local com a existência do rio é deveras elucidativa.

Um armazém natural

Restam hoje poucas dúvidas de que a edificação de colonatos na Margem Ocidental e na Faixa de Gaza foi feita tendo em conta as águas ali existentes, bem como no alto do rio Jordão. Isso mesmo foi demonstrado num estudo apresentado por Lizli Shamida, presidente da secção de estudos e investigação da instituição americana dos serviços de formação no Médio Oriente, durante um colóquio internacional subordinado ao tema «Israel e as águas árabes», realizado em Amã.

Segundo aquele estudo, **Israel explora agora 70% das águas da Margem Ocidental e os especialistas israelitas consideram esta zona como o armazém de água de Israel**. Um armazém tanto mais necessário quanto as previsões apontam que **o défice de Israel em água chegará, em 1990, a 400/500 milhões de metros cúbicos.**

O que leva à inevitável conclusão de que nos planos sionistas outras vítimas deverão constar, se nada for feito para o impedir.

Entretanto, Israel criou um sistema de controlo das fontes de água nos territórios ocupados, que vão desde a limitação de licenças de exploração de poços, às restrições no consumo de água por indivíduo, passando pela destruição de poços a fim de impedir a sua utilização pelos palestinianos.

Em Setembro de 1982 as autoridades de ocupação deram o controlo das fontes na Margem Ocidental e em Gaza à sociedade governamental israelita das águas, «Makorot», com o objectivo de serem aproveitadas tendo em vista o melhoramento dos projectos agrícolas dos colonatos e «Kibutzs» sionistas, dos projectos industriais e garantir o abastecimento ao exército.

As consequências desta política têm sido desastrosas para a população árabe.

«... Estamos convencidos que a continuação impune da política israelita contra os libaneses e os palestinianos expõe de forma real o conjunto dos povos do mundo ao perigo da guerra e não serve de modo algum os interesses do povo de Israel. Ele constitui mais um entrave à paz justa e duradoura no Médio Oriente».
(Comissão de inquérito aos crimes de Israel contra os povos libanês e palestiniano).

Outra forma de extermínio

A guerra multifacetada que os sionistas conduzem contra os seus vizinhos árabes, e em particular contra os palestinianos, visa ou o seu extermínio puro e simples ou a forçá-los a abandonar por completo as zonas ocupadas na sequência de conflitos armados.

A «guerra da água» insere-se dentro desta táctica. Os prejuízos provocados na agricultura dos habitantes palestinianos são significativos. Na Margem Ocidental a produção agrícola passou de 46% da produção total em 1966 para 23% em 1980, enquanto na Faixa de Gaza, no mesmo período, a produção diminuiu de 52% para 35%.

As estatísticas indicam ainda que os habitantes das cidades palestinianas na Margem Ocidental consomem apenas cerca de um terço de água consumida pelos colonos israelitas, enquanto nas zona rurais a proporção é de 7 metros cúbicos por ano e por pessoa no caso dos palestinianos, contra 22 metros cúbicos anuais, por pessoa, para os colonos.

Com a implantação de novos colonatos (até ao final do ano prevê-se que estejam instalados 100 mil colonos) e as crescentes necessidades de recursos para a agricultura e a indústria, prevê-se o agravamento substancial desta situação.

O facto consumado

Os planos israelitas de desenvolvimento nos territórios ocupados reflectem a preocupação de criar o mais rapidamente possível novas realidades no terreno, de modo a facilitar a integração total dos territórios e tornar cada vez mais longínqua a possibilidade de algum dia serem devolvidos ao povo palestiniano.

Crianças das zonas ocupadas

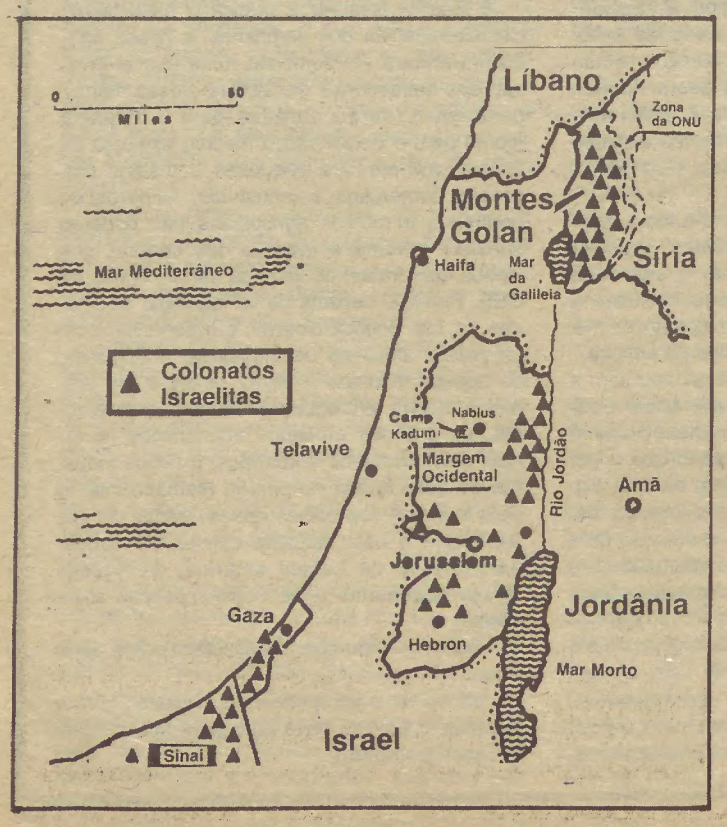
No seu afã em o conseguir, as autoridades sionistas arriscam mesmo, no caso das águas, a provocar uma catástrofe de consequências imprevisíveis. Trata-se da possível salinização das águas.

Segundo os especialistas, um dos peritos do alastramento da salinização nas águas subterrâneas da Margem Ocidental é constituído pelo projecto do canal dos dois mares, através do qual Israel se propõe ligar o Mediterrâneo ao Mar Morto, a fim de produzir energia e de explorar o deserto do Neguev.

Aquele projecto foi denunciado no referido colóquio de Amã, onde se afirmou que Israel pretende instalar colonatos no deserto de Neguev de modo a conseguir a diminuição demográfica na linha costeira. As consequências que daí possam advir para a população dos territórios ocupados não são irrelevantes para Israel; quanto mais negativas forem, maiores são as possibilidades de conseguir o seu afastamento, que é justamente o que os sionistas pretendem.

A ocupação e expropriação de terras, a colonização, o domínio dos recursos de água, a guerra económica sob todas as suas formas, repressão e terrorismo, tentativas de liquidação da identidade cultural, são métodos que os sionistas têm aplicado na sua luta contra o povo palestiniano.

Mas não só. Os libaneses, os jordanos e mesmo os sírios estão ameaçados porque constituem um obstáculo aos seus planos hegemónicos no Médio Oriente. Que acabará por ser levado a cabo se os povos árabes não encontrarem a unidade necessária para lhe fazer face.



Turquia critica deputados portugueses

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia que participou no Estoril na reunião da NATO aproveitou a sua passagem por Portugal para, num meio tom entre a crítica e o lamento, se queixar dos parlamentares portugueses no Conselho da Europa.

Afirmou o ministro turco que os deputados **nem sempre adoptam uma atitude benevolente com a Turquia no referido Conselho,** ao mesmo tempo que lamentava a atitude de **alguns contra a situação política turca, mesmo depois das eleições de Novembro de 1983 naquele país.**

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia não explicou que motivos haveria que justificassem uma mudança de posição dos que condenam o fascismo dos generais turcos, agora travestidos de civis.

E a razão é simples: a farsa eleitoral pode ter mudado o aspecto formal mas não o conteúdo do regime turco.

Os acontecimentos mais recentes bastam para o demonstrar. Segundo os próprios dados oficiais, existem na Turquia 30 mil presos políticos. As práticas de tortura são usuais, tendo provocado, segundo as próprias autoridades, a morte de 53 pessoas.

Recorda-se ainda que desde o golpe militar foram executados 29 presos, estando 108 condenados à espera da execução da pena capital. O Ministério Público tem pedidas mais 5 mil penas de morte, entre as quais as de 52 líderes da ilegalizada central sindical DISK, que na altura do golpe tinha cerca de 300 mil trabalhadores filiados.

Outra das manifestações «democráticas» que o ministro dos Estrangeiros, membro do «Partido da Mãe Pátria» do primeiro-ministro Ozal se esqueceu de referir, prende-se com o processo contra o Partido Comunista da Turquia, concluído em finais de Março.

Os 228 acusados foram condenados a penas até 17 anos de prisão, não obstante as acusações iniciais — actividades terroristas e actos a soldo de outros países — nem sequer terem chegado a ser mencionadas durante os julgamentos devido à completa ausência de provas.

Na verdade, na Turquia, que apesar das «queixas» é recebida em toda a Europa capitalista, ser comunista é razão bastante para ser privado da liberdade, torturado e condenado a pesadas penas, quando não mesmo à capital. Só por «suspeitas de comunistas» foram detidas mais de duas mil pessoas!

Compreende-se no entanto a crítica do representante de Ozal e do general Evren. Sendo a ditadura turca uma aliada dilecta dos Estados Unidos, sendo Mário Soares um *friend* muito especial de Reagan, e sendo as relações entre os governos turco e português «bastante positivas», porque razão não se impedem uns tantos deputados portugueses de não serem benevolentes com a Turquia?

É de facto quase incompreensível. Entre parceiros da NATO... francamente!

Internacional

Armas no espaço

Nem defesa nem desenvolvimento

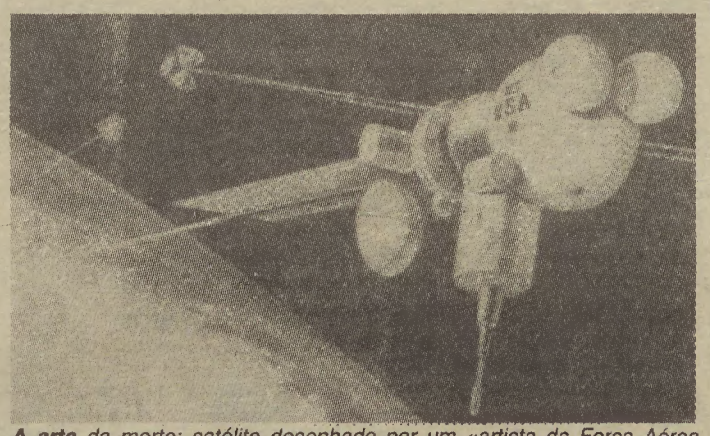
«Hoje a guerra já não é a continuação da política, é provavelmente o fim de todas as políticas», afirma-se no *memorandum* dirigido à sessão especial da ONU para o Desarmamento, realizada em Junho de 1982, pelo Grupo de Generais pela Paz e pelo Desarmamento. Não se tinha ainda então colocado na ordem do dia, com a premência actual, a questão da militarização do espaço, posteriormente defendida em declaração de Reagan de 23 de Março de 83. Mas a palavra dos generais só ganhou assim uma nova e mais preocupante actualidade.

Nestes dias, enquanto em **Genebra** se retomam os trabalhos — formalmente visando a limitação de armamentos tácticos e estratégicos e a preservação de um espaço pacífico — entre a União Soviética e os Estados Unidos, em **Lisboa**, pela primeira vez há quinze anos, e rodeada de condições de segurança que nos fazem relembrar o tipo de actuação dos serviços de segurança dos EUA quando da visita de Reagan, realizou-se uma cimeira de ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO.

Em ambas estas reuniões, **a questão da militarização do espaço impõe-se como problema maior.** O que só por si mereceria a nossa atenção. Mas há mais. **Para além de toda a demagogia, estamos no limiar de uma nova escalada da corrida aos armamentos.** Os factos são indesmentíveis. É, para citarmos um exemplo significativo, a opinião, nomeadamente, do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, quando considera, em relatório divulgado em Maio, que a militarização do espaço «afecta os fundamentos das posições e políticas estratégicas actuais».

Armas e progresso não cabem no mesmo saco

O general norte-americano John Storrie, da aviação militar, director para as questões do espaço, afirmava em Março de 83, segundo foi divulgado pelo «Washington Post»: **«Estamos a fazer no espaço exactamente o mesmo que fazemos na atmosfera, na terra ou no mar — isso quer dizer que nos preparamos para fazer e ganhar guerras»**. Palavras directas, pronunciadas diante da Câmara dos Representantes, e que cortam pela base toda a oca demagogia da própria sigla IDS: sistema defensivo, que resolveria a questão — tão profundamente sentida pelos povos — do armamento nuclear. **É de guerra que se trata**, portanto.



***A arte** da morte: satélite desenhado por um «artista da Força Aérea dos EUA». Trata-se de um engenho espacial disparando contra «cabeças nucleares soviéticas visando os Estados Unidos»*

Mas há mais. Um programa completamente suicida (e ineficaz...) — ainda que naturalmente muito benéfico para as multinacionais, em particular para as que têm sede nos Estados Unidos — é-nos **apresentado como fonte de progresso e desenvolvimento**, um estímulo para a ciência e a tecnologia, com todos os benefícios inerentes. São essas as promessas norte-americanas, é disso que se fala em luxuosos gabinetes por essa Europa capitalista. E até aqui em Portugal, onde como sabemos os sucessivos governos de direita se têm distinguido por não promover um único projecto de desenvolvimento económico.

Os factos são bem diversos.

Segundo o Documento das Nações Unidos «Os homens ou as armas», **«Apenas 5% dos 500 biliões de dólares gastos anualmente (actualmente são mais de 600 biliões) em armas chegaria para atingir a meta para auxílio oficial ao desenvolvimento, estabelecido na Estratégia Internacional para a Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1981-1990)»**.

É do mais elementar bom senso concluir que enquanto se estudam as potencialidades dos laser como arma, se descura a sua utilização na medicina. Mais de um quarto dos cientistas de todo o mundo trabalham para aperfeiçoamento e criação de novas armas. E que portanto não se dedicam à investigação pacífica.

Dezenas de milhares de cientistas se têm pronunciado contra o armamento nuclear e actualmente também contra as armas no Espaço. Na plena consciência de que não é esse o caminho do desenvolvimento. **Quando muito será a única via que o imperialismo já é capaz de oferecer. O que é um crime,** mesmo que pela força do movimento da paz, não conduza ao holocausto. «É preciso concluir que é um crime lançar triliões de dólares, marcos e rublos para a produção de armas que nunca serão utilizadas», assim se roubando possibilidades no domínio do desenvolvimento. Palavras do presidente do Comité soviético de Defesa da Paz com que dificilmente não se concordará.

«Eureka»

Muito se tem falado de contradições no seio da NATO, a propósito do projecto norte-americano de militarização do espaço. Fala-se do projecto francês (de facto em cooperação com a RFA) como se se tratasse de um desafio a Washington. E no fundo parece que nos querem fazer acreditar que a resistência à militarização partirá do seio da própria NATO...

Num recente comentário ao projecto «Eureka», o órgão central do PCF, «L'Humanité», comentava: «A questão não é tanto coordenar a investigação europeia (...) mas saber em que **condições** a Europa participará no projecto americano.». Sem escamotear o peso da luta pela paz nos países da NATO, é aí que está a questão. Os representantes do capital debatem os interesses dos seus monopólios, intentam impor-se entre si vantagens, discutir lucros e a posse do poder tecnológico. Na sua linguagem chama-se a isso independência. Aliás, se dúvidas restassem quanto ao negócio muito palpável que, mesmo em fase de investigação, a militarização do espaço representa, basta referir que, no mesmo momento em que o governo norte-americano indagava dos governos dos seus parceiros da Europa quanto a um apoio ao seu projecto, cerca de 70 empresas europeias eram directamente contactadas para participar em tal projecto (à revelia mesmo de quaisquer decisões políticas oficiais).

A confirmar que «Eureka» está bem longe de ser um projecto meramente tecnológico e científico, ou concorrente do projecto norte-americano, temos bem claras afirmações de Mitterrand. «O IDS e Eureka não são incompatíveis.» Ou ainda: «a estratégia será necessariamente espacial no decurso do próximo século».

Também o general Abrahamson, chefe do complexo militar-espacial norte-americano, declara que «Eureka» é «uma tentativa diferente, mas não concorrente» do projecto de Reagan.

E o chanceler Khol propõe-se estabelecer as «pontes» entre os dois programas.

Na verdade, com as suas contradições próprias de interesses, o mundo do capital está todo na mesma barca. Regateia simplesmente a partilha de lucros e interesses. Contra a vontade e determinação dos povos. Em confronto com a luta pela paz. A única alternativa possível. A nossa aposta no futuro.

Almodôvar *na guerra das estrelas*

Fidelíssimo aliado dos Estados Unidos, o por enquanto governo português tem mantido em relação ao projecto de guerra das estrelas uma posição pretensamente hesitante. Querendo estar na Europa de corpo inteiro, diz-se, e manter com os states relações privilegiadas, o governo divulga através dos meios de informação que controla a ideia de que prefere o projecto francês Eureka, enquanto pondera com a maior seriedade as vantagens e desvantagens de aderir ao programa dito de Iniciativa de Defesa Estratégica, vulgo guerra das estrelas.

Mas eis que a cimeira da NATO realizada em Lisboa e tão carinhosamente acolhida por Mário Soares vem confirmar o que o «Avante!» já havia denunciado: afinal Portugal está a participar directa, ainda que modestamente em termos globais, no dito projecto de militarização do espaço.

Através da estação de rastreio de satélites de Almodôvar!

De facto ficou agora claro para todos que a estação, para cuja construção os EUA obtiveram a autorização do defundo governo PS/PSD, sempre faz parte de um sistema de cinco estações que, à volta do mundo, têm por missão informar os EUA dos objectos existentes no espaço exterior numa distância de 30 mil quilómetros da Terra.

Ou seja, o apoio que ainda não foi dado à guerra das estrelas, antes de ser já o era, como de resto seria de se esperar.

E vão lá agora dizer que Portugal não se torna assim, com maioria de razões, num alvo preferencial de qualquer hipotético conflito...

Apoio à Fretilin

Uma declaração a favor de Timor-Leste foi divulgada a semana passada em Londres, exigindo a participação da Fretilin em negociações para a resolução do confronto provocado pela ocupação daquele território pela Indonésia.

O documento, apresentado pelo presidente do grupo parlamentar britânico para os direitos humanos, foi assinado por 408 deputados da Grã-Bretanha, França, RFA, Portugal, Dinamarca, Irlanda, Noruega, Holanda, Suécia, Espanha, Austrália, Nova Zelândia e Japão. Nele se salienta que **as negociações com a Indonésia nunca chegarão a bom termo se não integrarem representantes do povo de Timor-Leste, incluindo os que resistem à actual ocupação**, ao mesmo tempo que se exige a **auto-determinação livre de interferências e verificada por observadores internacionais aceites pelo povo de Timor-Leste.**

A declaração solicita ainda ao secretário-geral da ONU o início de conversações com todas as partes directamente envolvidas com vista ao aprofundamento de vias que permitam o estabelecimento de um acordo para a solução do problema.

O orçamento militar da África do Sul

Segundo o «Sunday Times», de Durban, o orçamento militar da África do Sul aumentou, nos últimos dez anos, à média de 33% ao ano, sendo actualmente superior a quatro mil milhões de dólares.

De acordo com o jornal, o crescimento das despesas militares da RAS, que é actualmente cerca de mil vezes superior às verificadas há 25 anos, está na origem do endividamento do Estado, orçado em 40 mil milhões de rands, bem como do aumento da dívida externa, da ordem dos 3,6 mil milhões.

Só o pagamento dos juros da dívida a efectuar no ano fiscal em curso orçam os 4,4 mil milhões de rands, o que representa cerca de 15% do orçamento do Estado.

Entretanto a situação que se vive na África do Sul e na Namíbia ocupada continua a degradar-se. O representante da SWAPO nas Nações Unidas afirmou em conferência de imprensa em Viena que **mais de cem mil ocupantes sul-africanos permanecem na Namíbia, semeando o terror e a repressão contra o povo daquele país.**

Segundo denunciou Theo-Ben Gurirab, os racistas de Pretória, na tentativa de liquidar a luta de libertação dos namibianos, **arregimentam unidades especiais da polícia que tratam selvaticamente a população. Simultaneamente,** disse, **o regime de Pretória incrementa a utilização da Namíbia ocupada como cabeça-de-ponte para preparar e lançar agressões contra os países africanos da África Austral e, em primeiro lugar, contra a República Popular de Angola.**

EUA violam direito do mar

A União Soviética acusou os EUA de violarem deliberadamente o direito do mar, ao concederem a vários consórcios licenças para a prospecção de concreções de manganês na zona internacional do fundo marítimo do Pacífico.

Para a URSS, **a concessão das licenças transgride a convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, subscrita por mais de 150 Estados, e representa, em última análise, uma tentativa da administração norte-americana para se apropriar das funções e poderes da comissão preparatória, constituída pela terceira conferência da ONU sobre o direito do mar.**

A União Soviética não reconhece legitimidade a tais actos, refere o comunicado divulgado a propósito, considerando que **se traduzem em apropriação não autorizada de recursos da zona internacional do fundo marítimo, pelo que eles não serão levados em consideração.**

Ensaios atómicos

O Pentágono marcou para Agosto o início dos ensaios marítimos do novo submarino atómico norte-americano, «Alasca», que transporta a bordo 24 mísseis «trident» equipados com ogivas múltiplas autoguiadas.

Com este ensaio, segundo os especialistas, os EUA ultrapassarão o limite de 1200 mísseis estratégicos com ogivas autoguiadas, número estabelecido no acordo com a URSS sobre a limitação dos armamentos estratégicos «SALT-2», que os EUA pretendem denunciar.

Nova Zelândia contra experiências nucleares

David Lange, primeiro-ministro da Nova Zelândia, condenou a realização de experiências nucleares subterrâneas no atol de Mururoa, no Pacífico. As experiências são da responsabilidade da França, que alega que as explosões não prejudicam as populações dos países próximos da zona dos testes.

Apelando à França para que respeite os Estados independentes da região, David Lange rejeitou as alegações francesas, ao mesmo tempo que interrogava: **porque é que os franceses não efectuam ensaios nucleares no território da própria França?**

Não se conhece qualquer resposta de Paris.

Internacional

Reagan saúda terroristas reunidos no sul de Angola

Ainda em Luanda se faziam sentir os efeitos das declarações bombásticas do oficial sul-africano capturado em Angola durante o malogrado atentado às instalações petrolíferas de Malongo, e já a África do Sul dava cobertura a nova provocação contra Angola e os países progressistas, com o apoio da administração Reagan.

A notícia, que não encontrou grande eco na imprensa portuguesa, por pouco oportuna, foi veiculada pela agência Reuter de modo particularmente sucinto: **entre os dias 31 de Maio e 2 de Junho a Unita recebeu no seu «quartel-general» em Jamba, no sul de Angola, representantes de três movimentos congéneres que com ela formaram uma aliança para combater o «imperialismo soviético». Reagan enviou uma mensagem.**

O anúncio do conclave anticomunista de há muito que vinha sendo feito nos EUA, de onde partia a iniciativa, patrocinada por uma associação autodenominada de «Cidadãos pela América». Dirigida por Lewis Lehrman, que foi em 1982 candidato a governador do estado de Nova Iorque pelos republicanos, a associação pretendia reunir um vasto leque de organizações anticomunistas com o objectivo de consertar uma estratégia comum.

Não se pode dizer que as coisas tenham corrido bem aos «Cidadãos pela América», conhecidos nos EUA pelo apoio incondicional à política económica e militar de Reagan.

Em Jamba, segundo a Reuter, estiveram apenas três organizações, qual delas menos representativa: a Oposição Unida, da Nicarágua; a Organização Laociana de Libertação Étnica, do Laos; e a União Islâmica dos Mujahedins, do Afeganistão. Para além da Unita, claro.

Ao fim de três dias o restrito *quorum* deu à luz uma pomposa **internacional democrática**, em cuja declaração constitutiva se pode ler:

Os povos livres em luta pelas nossas independências nacionais e direitos humanos (...) declaramos a nossa solidariedade para com todos os movimentos de libertação do mundo e declaramos o nosso empenho em cooperar para a libertação das nossas nações do imperialismo soviético.

O evento nem mereceria referência se dele não fizessem parte dois aspectos relevantes — a mensagem de Reagan e o local da reunião. De que a televisão portuguesa, sempre receptiva a provocações destas, transmitiu imagens e se fez eco...

Provocadores do mundo, uni-vos!

O líder dos «Cidadãos pela América», Lewis Lehrman, declarou na África do Sul que embora não tenha estado em Jamba representando a Casa Branca levou para o encontro de terroristas uma mensagem de Reagan, em que se **apela aos povos do mundo para que se unam de modo a ajudarem as nações representadas no encontro (?) a livrarem-se da dominação e das ideologias estranhas.**

A administração Reagan não desmentiu.

O que significa que a actual administração norte-americana já nem se dá ao trabalho de disfarçar que o terrorismo de Estado é a expressão mais fiel da sua política internacional. Violando para tal a própria legislação em vigor nos EUA.

E o que confirma a demagogia das posições por vezes tomadas a nível dos órgãos de poder, como é o caso recente das pretensas sanções contra a África do Sul.

Como o malogrado atentado de Malongo demonstrou, os racistas de Pretória não apenas não retiraram as suas tropas do sul de Angola, como ainda desenvolvem acções armadas que depois a organização fantoche Unita reivindica como suas para, disse-o claramente o oficial presente em Luanda, mostrar a sua implantação e actividade em Angola.

Ao enviar uma mensagem à reunião anticomunista, Reagan não reafirmou só o carácter intervencionista da sua política; manifestou a intenção dos EUA em apoiar todo e qualquer movimento que defenda os seus interesses e a disposição de lhes fornecer os meios para que possam desenvolver-se e actuar. Como a África do Sul, aliada de longa data do imperialismo norte-americano, faz em relação à Unita.

É o círculo vicioso das ingerências, dos jogos de influência, das pressões políticas e económicas, das agressões armadas contra países independentes. A coberto das pomposas declarações de paz e da agitação do papão russo...

A mensagem de Reagan à reunião de Jamba, território angolano ocupado militarmente pela África do Sul, é um exemplo elucidativo da «seriedade» que se pode esperar da diplomacia americana.

Nicarágua

EUA preparam invasão

O jornal norte-americano «New York Times» afirmava na sua edição de dia 5 que as tropas do comando sul dos EUA estão preparadas para invadir a Nicarágua a qualquer momento.

Dois dias depois, na madrugada de sexta-feira, o Senado aprovava um auxílio «não militar» de 38 milhões de dólares aos contra-revolucionários nicaraguenses.

Falando pelos democratas, o senador Edward Kennedy deu voz à convicção cada vez mais generalizada nos Estados Unidos de que o voto do Senado foi **um voto para mais mortes.**

É hoje claro que a administração Reagan está em plena campanha para preparar a opinião pública norte-americana para a inevitabilidade da invasão da Nicarágua e, ao mesmo tempo, para a pretensa facilidade em levar a cabo tal objectivo.

O artigo do bem informado «New York Times» sublinha-o ao referir que a possibilidade duma intervenção militar directa na Nicarágua começou a ser discutida abertamente pelos funcionários da Casa Branca, enquanto ganha corpo a ideia de que a invasão, militarmente, é uma tarefa fácil.

Com riscos mínimos — escreve o «New York Times», citando fontes oficiais — **os pilotos norte-americanos poderiam destruir a Força Aérea nicaraguense, radares, artilharia, tanques, depósitos de abastecimentos e os centros de decisão da Nicarágua.**

Após o que, de acordo com os planos, os EUA instalariam um governo formado pelos grupos anti-sandinistas, cuja primeira tarefa seria a de criar uma força armada para perseguir os sandinistas.

Por mais incrível que a situação possa parecer, a verdade é que os perigos nunca foram tão reais. O próprio senador Kennedy o reconheceu, ao afirmar que **a administração está a preparar-se para a guerra com a Nicarágua. Estamos a colocar sistematicamente barcos, aviões e tropas no caminho do perigo,** disse. **Não gostaria que o pesadelo do Vietname se repetisse na Nicarágua.**

As palavras e os actos

E no entanto tudo aponta para isso. No canal do Panamá as tropas norte-americanas estão prontas a intervir; a Costa Rica rompeu relações diplomáticas com a Nicarágua na sequência de um incidente fronteiriço preparado pela CIA, e para cuja eventualidade os sandinistas haviam alertado com antecedência; as Honduras continuam a dar abrigo aos mercenários e a criar focos de tensão; o embargo comercial e económico dos EUA à Nicarágua persiste apesar de internacionalmente condenado; e o Senado, sob a capa de «ajuda humanitária», acaba de desbloquear 38 milhões de dólares para os anti-sandinistas.

Neste contexto não pode deixar de se sublinhar a hipocrisia do Senado que na sua resolução incluiu um apelo à administração Reagan para que realize conversações directas com o governo de Manágua a fim de pôr termo ao conflito na América Central! É a usual táctica da linguagem de paz a esconder os actos de guerra.

Mas, como afirmou o presidente nicaraguense Daniel Ortega, **os Estados Unidos estão enganados.**

Estão enganados, disse, **se pensam que vamos deixar de defender a revolução e a nossa soberania com receio de uma invasão.**

E estão enganados se pensam que a Nicarágua é uma segunda Granada. Com tudo o que de terrível mas também de heróico isso significa, a terra de Sandino assemelha-se muito mais ao Vietname. Que nos EUA se traduz por pesadelo.

Ninguém lucrará com um novo Vietname, seja onde for que se queira reeditá-lo. E muito menos numa América Latina pronta a explodir devido à gravidade da sua situação económica e à existência de conflitos sociais cada vez mais generalizados. Uma intervenção militar na Nicarágua seria algo pior que o rastilho para a detonação da bomba, e a administração Reagan parece ser a única a não o entender.

Salt-2 — alguns factos

● O Salt-2 foi tema de debate (e controvérsia) na reunião da NATO realizada em Lisboa. Entretanto, o Senado norte-americano, por 90 votos contra 5, aprovara uma resolução **não vinculativa** pedindo a manutenção em vigor do tratado, assinado em 1979, e nunca ratificado pelo Senado.

● A mesma reunião do Senado que pede a manutenção em vigor do Salt-2, aponta, entretanto, para **«respostas proporcionadas»** a pretensas «violações» do acordo por parte da União Soviética (o pretexto normalmente utilizado para «justificar» a violação de facto de acordos).

● O novo submarino **«Trident»**, o «Alaska», que deverá ser lançado em Agosto/Setembro, levará à violação, só por si, dos acordos Salt-2. A modificação, igualmente prevista, de 26 bombardeiros B-52 H, ultrapassa igualmente as normas estabelecidas.

● Em vésperas do discurso de Reagan, em Estrasburgo, Richard Perle, **sub-secretário de Estado dos Estados Unidos para a Defesa, defendeu que o acordo — que expira a 31 de Dezembro próximo — não deve ser respeitado nem prorrogado,** afirmando mesmo: «Parece-me muito difícil, no plano militar e do ponto de vista político, justificar que se respeite as limitações impostas por Salt-2».

● Em declarações a **«Los Angeles Times»**, o contra-almirante norte-americano, Eugene Carrol, diz: «Hoje, quando as limitações estabelecidas pelo tratado Salt-2 ainda não foram violadas por nenhum dos lados, **os Estados Unidos dispõem aproximadamente de 11 500 armas estratégicas e a União Soviética de 8500».**

● Em Janeiro de 1984, **«The International Herald Tribune»** inseria nas suas páginas um artigo significativo, em que se afirma:

«Contrariamente às promessas feitas à Nação, na campanha eleitoral, de que "ao tornar-se presidente, daria imediatamente início às negociações com o fim de celebrar o acordo **Salt-3"**, Reagan fez cera durante mais de 17 meses, antes de começar a debater com a União Soviética a própria possibilidade de celebrar esse acordo. Desde então as negociações avançaram, falando suavemente, a passo de tartaruga, interrompendo-se por longos períodos, e não foram alcançados quaisquer resultados significativos. As negociações sobre a limitação dos armamentos nucleares na Europa fracassaram por completo.

«Na verdade, o comportamento e as propostas do nosso governo, tanto nas negociações sobre os armamentos estratégicos como sobre os "euromísseis", provocaram dúvidas sérias de muita gente quanto à questão se esse governo pretendia, de facto, algum acordo sensato. **As negociações eram encaradas como uma tribuna propagandística, como um pretexto para ataques verbais, como um biombo para ocultar a instalação de novos armamentos e como um meio de se obter vantagens, e não como um caminho para garantir a manutenção da vida no nosso planeta.** É uma política extremamente míope, porque ela resultará simplesmente num aumento do número de mísseis russos, o que dificilmente poderia qualificar-se como um programa sensato de garantia da segurança dos EUA».

AVANTE! Proletários de todos os países uni-vos!

«Apenas um ano passado sobre a derrota da Alemanha, Salazar faz carregar brutalmente sobre o povo que manifesta a sua simpatia pelas nações vencedoras, empunhando bandeiras nacionais e cantando 'A Portuguesa'.

«Em Maio de 1945, o governo fascista de Salazar quis fazer ver que as gigantescas manifestações que tiveram lugar em todo o País eram realizadas com a sua concordância. A verdade é que, ao mesmo tempo que manifestava a sua simpatia pelas Nações Unidas vencedoras, o povo manifestava-se contra Salazar e pela democracia. O governo só não reprimiu essas manifestações, porque foi impotente para o fazer e ser demasiado arriscado, no próprio dia da Vitória, manifestar simpatia pela Alemanha vencida.»(...)

«E agora, no primeiro aniversário da Vitória, calam-se as autoridades e calam-se os jornais situacionistas, o governo não permite a mínima manifestação de simpatia pelas Nações Unidas, mobiliza grandes forças repressivas e, em vários pontos do país, faz carregar violentamente sobre milhares de manifestantes. Apesar de toda a repressão fascista, dezenas de milhares de democratas manifestaram a sua simpatia pelos povos livres e o seu desejo de liberdade para o nosso país.»

("Salazar Reprime as Grandes Manifestações no Aniversário da Vitória" — «Avante!», VI Série, n.º 89, Junho de 1946)

AVANTE!

«O governo de traição nacional da França, chefiado por Pinay, levou a cabo uma monstruosa provocação de carácter policial fascista ao prender Jacques Duclos, secretário do Comité Central do Partido Comunista Francês e André Still, chefe da redacção do «Humanité» e ao assaltar as redes do PC Francês e de outras organizações democráticas (União das Mulheres Francesas, União das Juventudes Republicanas) e do Conselho Mundial para a Defesa da Paz.

«Os chefes da reacção francesa, a soldo dos americanos, praticaram mais uma atentado contra a liberdade e a vida do grande dirigente da classe operária e do povo francês, Jacques Duclos, tal como já fizera também noutras ocasiões contra a liberdade e a vida do secretário-geral do PC Francês, Maurice Thorez.

«A causa desta miserável provocação foi o medo que se apoderou do governo de Pinay e dos seus amos de além-Atlântico ante os potentes movimentos dos trabalhadores franceses em defesa da Paz e contra a chegada e permanência no seu país do general assassino e criminoso de guerra Rigdway.»

("Exijamos a Libertação de Jacques Duclos!" — «Avante!», VI Série, n.º 168, Junho de 1952)

Avante!

«O governo procura dividir os democratas para constituírem a oposição inofensiva e tentar aniquilar o movimento antifascista.

«O governo procura, através de uma feroz campanha anticomunista, mostrar que os comunistas são o único obstáculo à participação dos outros democratas na vida política, tenta isolar o P. Comunista e acusa de "comunistas" todos os democratas que se mantêm firmes.

«O governo procura também atrair os elementos mais vacilantes com promessas de possibilidades de intervenção na vida política. O governo dá facilidades para reuniões onde se ataca a unidade e o P. Comunista e abre caminho para a constituição legal de partidos e organizações pseudodemocráticas que se disponham a lutar contra a unidade e a participar numa futura manobra eleitoral.» (...)

«O P. Comunista está informado de reuniões e conversações de elementos que se dizem democratas com fascistas notórios. Os compromissos com o salazarismo só podem favorecer a permanência da ditadura fascista em Portugal.

«Não são os compromissos, mas sim a unidade e a luta de todos os democratas, de todos os portugueses honrados, o único caminho para fazer recuar o fascismo e conquistar para Portugal a liberdade, a democracia e uma verdadeira independência.»

("A Unidade Mantém-se" — «Avante!», VI Série, n.º 102, 1.ª Quinzena de Junho de 1947)

Em Foco

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 598
13 de Junho de 1985
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

«O que o PSD quis foi aquilo que o PS também quer»

A coligação tinha acabado de rachar. Pelo meio? No dia seguinte, o período de antes da Ordem do Dia, na Assembleia da República, zangadas as comadres, foi elucidativo das «divergências» entre os dois parceiros descoligados. No vivíssimo diálogo que se estabeleceu — mesmo que o Regimento o não permita —, após a intervenção de Correia Afonso, do PSD, que decidira «arriar a giga», o que ficou claro foi o contrário do que se pretendia mostrar ao público. No fim de contas, o que o PS quer é o mesmo que o PSD queria... e as razões da ruptura, com a questão das presidenciais pelo meio, têm de ser procuradas noutros motivos, a que noutros locais desta edição fazemos referência.

Começando por mostrar pretender responder à questão «o que aconteceu à coligação?», Correia Afonso enveredou pela recordação do que foi a história política dos dois últimos anos **(Lopes Cardoso, da UEDS: «Isso é para esquecer!»)**, partindo da viabilização de um governo na base de um acordo entre o PS e o PSD, acordo depois definido sectorialmente e calendarizado **(Tudo estava definido. Os prazos estavam lá fixados!)**.

«Durante dois anos o PSD gritou bem alto a necessidade de se cumprir o acordo da coligação», disse o deputado do PSD, acrescentando que o PS dera resposta «favorável, compreensiva, concordante», a tais gritos. «Mas eram só palavras!», exclamou. Seriam?

Correia Afonso sublinhou ainda que, «claramente», depois da Figueira, fora exigido ao PS o cumprimento do acordo. E que o PS «rejeitou o essencial» das medidas acordadas ou «recusou-se a garantir o seu imediato cumprimento».

O ORADOR: — Mas também é preciso que se saiba que o PS deixou perfeitamente claro que perdeu a vontade política para cumprir o acordo da coligação, na letra e no espírito.

O SR. ROQUE LINO (PS): — É falso!

(...) **O ORADOR: — O PS fez a sua escolha preferencial: pôr o seu candidato em Belém.**

No seguimento da intervenção de Correia Afonso, uma série de pedidos de esclarecimento levantaram novas questões. Carlos Brito, por exemplo, quis saber se a ruptura não tornava inoportuna e inadmissível a assinatura dos acordos com a CEE. E se o PSD defendia ou não a dissolução da AR.

Mas foi o diálogo — o jogo — entre Correia Afonso/PSD e José Luís Nunes/PS que deram especial sainete à sessão:

(...) **JOSÉ LUÍS NUNES (PS): — A parte que nos toca — e é altura de o afirmar solenemente — é que o Partido Socialista considera que estes dois anos de Governo foram altamente positivos (...).**

Como se vê, o PS queria continuar...

(...) Há aqui dois grupos parlamentares que já assistiram a esta cena de «guignol». Um é o PS, que assiste pela primeira vez, outro é o CDS, que conhece perfeitamente esta questão. (...) Evidentemente que se os senhores querem fazer connosco modificações profundas nas leis laborais, estamos abertos a isso até porque elas são necessárias ao interesse nacional. Se querem introduzir despedimentos selvagens, inconstitucionais, dizemos que não.

A questão, para o PS, era de mais ou menos selvajaria. Quanto aos despedimentos, não havia problemas.

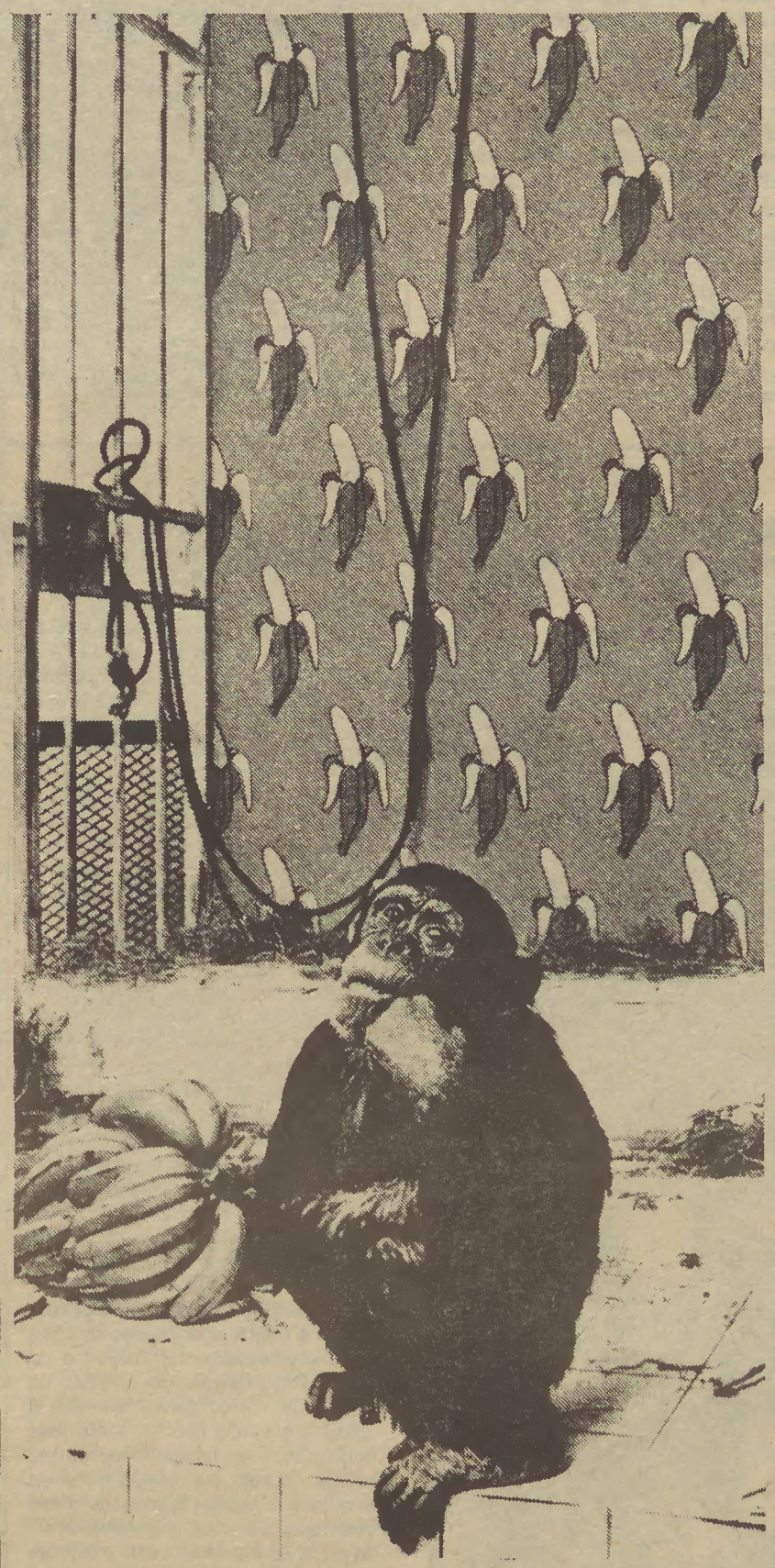
(...) Em segundo lugar, somos a favor das modificações das leis agrárias. Estávamos de acordo com 95% das leis, e não sou eu que o digo, disse-o o sr. Ministro Álvaro Barreto. O que somos é contra a reconstituição selvagem do latifúndio. (...) Fazemos votos para que este período difícil das nossas relações termine (...) e que seja possível, em determinada altura, e a curto prazo, reatar-se entre os nossos partidos, uma certa colaboração. (...)

Mais tarde:

O SR. CORREIA AFONSO (PSD): — De entre as medidas que, em conjunto, o PSD propôs ao Partido Socialista e que, no essencial, foram recusadas ou adiadas, está esta: «alteração da Lei Eleitoral para as autarquias locais, de modo a permitir a constituição de executivos maioritários com vista a melhorar a eficácia da gestão autárquica». É do conhecimento de todos os senhores deputados e especialmente...

VOZES DO PS: — Qual é a cobertura constitucional?! É inconstitucional!

O ORADOR: — Peço desculpa, mas não é aqui que tem assento o Tribunal Constitucional. Será portanto o Tribunal Constitucional o órgão competente para decidir, no entanto se isso era inconstitucional por que razão é que o Partido Socialista admitiu inseri-lo no Acordo?



A culpa foi do macaco

E mais adiante, após uma discussão sobre o número de candidatos presidenciais que o PSD teria avançado já:

O SR. CORREIA AFONSO (PSD): — Há pouco os Srs. deputados levantaram uma acusação que cai como se fosse uma calúnia, ou seja, que o Partido Social Democrata pretendia apenas que fosse aprovada a lei dos despedimentos. Ora, quero lembrar aos Srs. deputados do PS que o que o PSD quis foi aquilo que também o PS quer... (...) porque a divergência quanto a este ponto não resulta de textos. O conteúdo está perfeitamente acordado e os partidos têm a mesma vontade. Foi dito à minha frente — e a uma distância menor do que aquela a que estou em relação so sr. deputado —, pelo sr. dr. Mário Soares, que não há divergência de textos.

A distância era pouca, a divergência nenhuma. Como o PS responderia.

(...)

O SR. JOSÉ LUÍS NUNES (PS): — O que nós propusemos foi o seguinte: no que se refere às leis, há três ou quatro que até podem vir a ser objecto de autorização legislativa, embora uma delas, que é essencial — a Lei do Contrato Individual de Trabalho —, só possa ser discutida aqui na Assembleia.

O SR. MANUEL MOREIRA (PSD): — Depois das presidenciais!...

O ORADOR: — E consideramos que deveria ser discutida aqui na Assembleia, dando, no entanto — e aí é que falta referir este aspecto — um passo em frente no caminho que os srs. deputados definiram, ao dizer o seguinte: se por acaso até ao fim de um certo lapso de tempo, mais concretamente até ao fim de Julho, esta lei não viesse a ser aprovada na Assembleia então sim, encararíamos a hipótese de uma autorização legislativa. Mas isto não é nada. Isto é um conjunto de coisas. É por isto que os senhores acabam com a coligação? ■

Resistência popular

A base da vitória

O simples balanço numérico da Segunda Guerra Mundial, fala por si. Traduz, não só a violência fascista, não só o preço humano da guerra, mas testemunha também a envergadura da luta popular contra o fascismo, o papel particular dos comunistas nessa luta. Ou seja, dá-nos elementos para a compreensão da vitória das forças antifascistas, de como uma ampla mobilização e unidade, mesmo em circunstâncias as mais difíceis, mesmo quando se defronta a mais selvagem repressão, é capaz de frustrar e inverter os intentos de forças que estão condenadas pela História mas de forma alguma desistiram de se lhe impor.

A investida nazifascista (com a colaboração de facto, sob formas diversas, em diferentes etapas, da burguesia dos países capitalistas da Europa e dos Estados Unidos), custou a vida a mais de 50 milhões de pessoas — 20 milhões de soviéticos, 600 mil franceses, 1,7 milhões de jugoslavos, 6 milhões de polacos —, numa sucessão de números impressionante, o preço terrível pela liquidação do pesadelo fascista, forma extrema do domínio do capital.

Neste superficial balanço, os comunistas pesam de forma particular — porque particular é também o seu decisivo contributo para a vitória. Três milhões de comunistas foram mortos na URSS. Dezenas de milhar na Alemanha, Itália, França, Polónia, Checoslováquia, Bélgica, Holanda — uma lista que abarca praticamente todo o continente.

Na Alemanha, berço do terror nazi, a política hitleriana exprime-se também em números esclarecedores. Não há nem pode haver estatísticas exactas. Mas os mais moderados cálculos indicam que pelo menos 400 mil alemães passaram pelos campos de concentração e mais de 210 mil foram assassinados pela repressão.

Estes são os números da resistência, a base humana da vitória.

Comunistas na vanguarda da luta

«Da mesma maneira que não é possível um socialismo triunfante que não implante a democracia completa, é impossível também que se prepare para a vitória sobre a burguesia um proletariado que não sustente uma luta múltipla, consequente e revolucionária pela democracia.» São palavras de Lénine, evidentemente pronunciadas em circunstâncias diferentes. Mas talvez nunca como na Segunda Guerra Mundial tenha ficado tão claro quem defende de facto a democracia, a liberdade, os interesses nacionais, a paz.

O fascismo avançou até 1934 (em alguns países até meados do ano seguinte), mas a partir dessa data foi crescendo e adquirindo vigor determinante a luta antifascista dos trabalhadores. Sob formas diferentes, condicionada pela realidade nacional. Em diferentes fases, dependentes também do próprio evoluir da guerra. Mas constituindo de facto (tendo em conta naturalmente o papel determinante da União Soviética) um obstáculo que se revelou intransponível.

A resistência iniciou-se imediatamente a seguir à ocupação fascista da Checoslováquia, da Polónia e da Jugoslávia. Depois da invasão da URSS, em 22 de Junho de 1941, a resistência surgiu não só nos países ocupados, mas também nos países aliados do fascismo alemão e italiano e passou a desenvolver-se de forma acelerada. Um novo e decisivo impulso havia de ser dado a este movimento de massas com a viragem definitiva da guerra em Stalinegrado e Kursk.

No final da guerra eram os seguintes os efectivos dos exércitos resistentes: Bulgária, 30 000; Jugoslávia, 800 000; Albânia, 70 000; Checoslováquia, 50 000 — para referir alguns exemplos relevantes. Ao atingir as fronteiras desses diversos países o Exército soviético coordenou acções militares com as resistências nacionais.

Desde o primeiro momento

Em 25 de Agosto de 1939, e face à iminência da agressão fascista, o PCF declarava: «no verdadeiro combate contra o fascismo agressor, o Partido Comunista defende o seu direito de se encontrar nas primeiras filas». Uma afirmação que se poderia repetir por toda a Europa ocupada.

Imediatamente após a invasão, o Comité Central do Partido Comunista da Jugoslávia estabelece em todo o país uma rede de comités militares, que iam tomando a forma de destacamentos guerrilheiros. Em Abril de 41, os comunistas jugoslavos lançam aos povos do país um apelo de luta comum pela independência: «Os comunistas e toda a classe operária manter-se-ão firmes até à vitória definitiva, marchando nas primeiras filas da luta contra os invasores.».

Na Grécia, os comunistas dão igualmente impulso decisivo à luta

Por onde passa a barricada

Os factores que determinaram o desencadear da Segunda Guerra Mundial não foram substancialmente diferentes dos das anteriores guerras. Inicialmente os factos desenvolveram-se como numa guerra de posições interimperialista, por uma nova partilha do mundo.

Mas a existência do socialismo, então apenas numa 6.ª parte do globo, impõe a tudo a sua marca. À medida que os nazis ocupavam novos países, onde suprimiam as liberdades democráticas burguesas e instauravam regimes de terror — desencadeando simultaneamente a resistência popular — a guerra vai assumindo um duplo carácter. De um lado guerra de agressão, guerra imperialista. De outro, movimento de libertação antifascista.

Quando em 22 de Junho de 1941, a Alemanha nazi invade a União Soviética, a guerra assumia o seu significado novo. Frente a frente tínhamos o capital e a classe operária. No plano internacional, entre a União Soviética e o agressor nazi. No plano nacional entre as massas trabalhadoras e a burguesia, que em termos gerais traiu e capitulou face ao invasor.

A futura adesão de alguns sectores da burguesia à luta antifascista e a — muito, muito tardia e retardada — abertura da segunda frente, não altera os dados dessa realidade. Mas testemunha das possibilidades de uma ampla unidade de forças face a um perigo reconhecidamente vital.

Uma lição particularmente oportuna para os nossos dias.

Na verdade, a seu tempo, os nazis declararam o socialismo uma «doença», como que um «tumor canceroso» que seria necessário extirpar. Hoje, Reagan, considera a comunidade socialista um «desvio da História», que naturalmente se imporia corrigir. São posições bem semelhantes. Com uma diferença de peso: a realidade histórica, o equilíbrio de forças no mundo, é diferente.

E essa diferença deve muito à grande vitória na Segunda Guerra das forças populares, à grande resistência antifascista que levantou povos inteiros contra o nazismo.

O papel do capital

Nesta guerra que a realidade da existência de um país socialista tornou à partida diferente, o papel do capital foi de estímulo ao agressor nazi e de capitulação. E isto desde o início, ou seja, muito antes da sucessão de invasões nazis.

Em primeiro lugar será talvez justo referir que a própria reconstituição do aparelho militar com que os nazis haviam de semear a morte na Europa, foi obra dos monopólios, a nível internacional. A ajuda de bancos e monopólios norte-americanos aos nazis foi elemento importante. Nela alinharam, por exemplo, os bancos Morgan e Rockefeller, a Standard Oil, a International Télephone Telegraph (ITT), a Ford, etc. Companhias britânicas e francesas não ficaram atrás e forneceram aos nazis recursos financeiros, matérias-primas e artigos estratégicos (também o fascismo português deu o seu contributo material a Hitler). E não será de mais relembrar que o governo traidor de Vichy, na zona «livre» de França, se obrigou a fornecer à Alemanha víveres, combustíveis e matérias-primas.

No plano mais directamente político, a traição de Munique seria exemplo suficiente do que foi a posição assumida pelo capital perante o fascismo. Seguiu-se-lhe a farsa da declaração de guerra à Alemanha, quando da invasão da Polónia, e nunca concretizada. A fulgurante invasão e ocupação dos países capitalistas da Europa pelas «invencíveis» tropas nazis não tem outra explicação plausível. De Abril a Maio de 1940 estaria consumada a invasão da Dinamarca, Noruega, Bélgica, Holanda, Luxemburgo.

Na verdade a burguesia receava sobretudo o seu próprio povo. Em França — exemplo «exemplar» — o governo rejeita categoricamente a proposta dos comunistas para armar o povo e organizar a defesa de Paris ameaçada. Em 14 de Junho, a capital francesa é entregue sem combate aos nazis. O armistício é assinado em 22 de Junho. Dois terços do território francês, Paris incluída, é ocupado por tropas nazis, sendo os custos da sua manutenção assumidos pela França. Como havia afirmado o PCF, «um governo que tem medo do povo vai ao encontro da derrota».

Importa também realçar que o adiamento por dois anos e meio da abertura da segunda frente — só consumada quando a vitória soviética era evidente — custou a vida a muitos milhões de pessoas.

Esta foi a política de facto do capital.

Os defensores da liberdade e da democracia estavam do outro lado da barricada. Foram as forças populares, encarnadas na resistência. Resistência de povos inteiros. Resistência das várias frentes de luta que imediatamente se formaram nos vários países ocupados pelos exércitos nazis ■

pela libertação. Em França, activam-se os destacamentos da Organização Especial de Combate. Em fins de Maio de 41, sob a direcção do PCF, inicia-se uma greve de 100 000 mineiros no Norte do país. Na Holanda, em fins de Fevereiro, realiza-se pela primeira vez na Europa uma greve geral contra os ocupantes. Destacamentos de guerrilheiros combatem também na Polónia. Na Bélgica desenvolve-se uma vaga de greves que culmina no 1.º de Maio. Nesse mesmo dia, os comunistas noruegueses organizam uma grandiosa manifestação de trabalhadores em Oslo.

A luta continua a desenvolver-se. Em fins de Junho forma-se o Estado-Maior dos destacamentos de libertação nacional da Jugoslávia. Em 4 de Julho inicia-se a insurreição armada.

Na Checoslováquia, em Setembro de 41, por iniciativa do CC do PCC, constituiu-se o Comité Revolucionário Nacional Central da Checoslováquia, integrado por representantes dos principais grupos que participavam na resistência.

Na Itália, a partir do Outono de 1942, cresce no país uma vaga de greves. Em Turim e outras cidade do Norte surgem comités da Frente Nacional.

Rumo à vitória

Paralelamente à lógica de desenvolvimento da resistência interna em cada país, impõe-se o estímulo da resistência do povo e FFAA da URSS e posterior viragem na frente de batalha. Assim, na Jugoslávia, o Exército Popular de Libertação recupera uma região após outra. Na Grécia, unem-se as forças patrióticas, sob a direcção dos comunistas, na Frente Nacional de Libertação. O Exército Popular Grego de Libertação conseguiu libertar vastos territórios, principalmente a Norte. Na Albânia constitui-se a Frente de Libertação Nacional. O Exército Popular de Libertação, constituído em 1943, realizou nesse mesmo ano operações de envergadura em parte considerável do território nacional. A luta antifascista aumenta na Polónia, Roménia, Hungria, Bulgária e Finlândia.

Na fase final da guerra, a força dos movimentos de resistência impõe-se. Geram-se processos de libertação do território nacional, em muitos casos em coordenação com o avanço das tropas soviéticas. É o caso, entre outros, da Jugoslávia. Na Bulgária, com a chegada do Exército Soviético às fronteiras, dá-se uma insurreição popular vitoriosa. Após o desembarque das tropas aliadas em França, a resistência libertou cidade após cidade. A 18 de Agosto os patriotas franceses atacaram a guarnição fascista de Paris. Dias depois as tropas aliadas entravam numa cidade já libertada.

São exemplos — apenas exemplos — de um imenso movimento popular antifascista, com participação determinante dos comunistas, que por toda a Europa ocupada (e no interior da Alemanha fascista), contribuiu para a conquista da paz, a liquidação do nazifascismo, lançou os alicerces de uma nova realidade que incluiu a formação da comunidade socialista.

Exemplos que simultaneamente marcam com grande nitidez por onde passou a fronteira de luta na Segunda Grande Guerra Mundial ■

Comunidade portuguesa no Canadá

A chegada dos primeiros imigrantes portugueses ao Canadá dá-se no ano de 1953, sendo o seu número de 176. No ano seguinte chegam mais cerca de mil homens e os números não param de crescer, calculando-se que hoje vivam em Toronto cerca de cem mil portugueses e nos seus arredores aproximadamente mais sessenta mil. Na sua grande maioria (mais de dois terços) estes portugueses são originários dos Açores, designadamente da ilha de S. Miguel, sendo os restantes do continente (particularmente das regiões do Minho e Estremadura) e também da Madeira.

O trabalho na agricultura, minas e caminhos-de-ferro ocupou nos primeiros anos quase exclusivamente os imigrantes portugueses que para o efeito detinham contratos específicos. A partir de 1957 a carta de chamada substitui o contrato de trabalho enquanto documento fundamental do imigrante e é através da «carta» que chegam as mulheres, os filhos, os parentes e amigos.

Mais tarde, com a grande corrente emigratória dos anos sessenta, o passaporte passou a ser o documento quase exclusivo do emigrante para o Canadá. Vinha-se como «turista», o emprego como já referimos era fácil e o governo canadiano acabava por legalizar os «turistas» que arduamente por lá iam ganhando a vida.

Nos últimos anos, após a lei de 1978, os imigrantes são sobretudo pessoas idosas, normalmente pais dos imigrantes estabelecidos e que se deslocam para o Canadá na impossibilidade de regresso dos filhos.

Indivíduos jovens, com dificuldades de emprego no nosso país ainda tentam emigrar para o Canadá mas muitos deles são retidos no aeroporto sob suspeita de ali se encontrarem para trabalhar ficando presos até serem deportados.

À procura do pão

Entretanto, hoje, encontramos entre os imigrantes portugueses um leque de diferentes interesses e aspirações. Existe um grupo jovem que chegou antes da adolescência e que hoje se encontra desinteressado dos laços que os unem a Portugal. Normalmente estes jovens ou falam mal ou recusam-se mesmo a falar a língua portuguesa, desconhecem a realidade nacional e não nutrem qualquer interesse pelo regresso à terra onde nasceram. A eles se deve também, em larga medida, a decisão de não-regresso de muitos imigrantes tomada para não quebrar os laços de família.

Os que emigraram adultos são os que na sua grande maioria sentem desejos de regressar à pátria. Saíram de Portugal à procura do pão que lhes era recusado e a sua luta continua a ser a conquista de uma segurança e de uma independência financeira que lhes permitia mais tarde o regresso em boas condições. Desejam ainda e esperam o apoio do governo português e fazem parte do grupo que se apaixona pelas mudanças políticas que se operaram em Portugal depois do 25 de Abril.

Finalmente existe o grupo de imigrantes idosos, os quais em muitos casos se encontravam sós e sem protecção no nosso país pelo que se viram na contingência de se juntar aos filhos, no Canadá. Geralmente são pessoas tristes e deprimidas que nunca desejaram emigrar, sabem que jamais regressarão, vivendo deste modo com a terrível angústia de morrerem e serem enterrados naquela terra estranha e fria, distante da terra que os viu nascer.

Hoje, os portugueses que vivem em Toronto e nos seus arredores trabalham normalmente em fábricas ou em limpezas de prédios e escritórios. Alguns são pequenos comerciantes, havendo ainda alguns médicos, advogados e professores, em número que no entanto é manifestamente insuficiente para as necessidades da comunidade.

Um factor, contudo, é comum a todos estes grupos de imigrantes: todos são trabalhadores. Mais, todos eles tiveram de lutar em terras estranhas para serem o que são hoje, todos eles aprenderam alguma coisa no Canadá e adquiriram experiências que poderão ser úteis a Portugal. Acima de tudo, todos eles são portugueses e desejam ser tratados e respeitados como tal.

Manter viva a esperança

Com o 25 de Abril o emigrante no Canadá, tal como noutras paragens, sentiu a esperança num futuro melhor para Portugal. A falta de informação e de consciencialização política durante mais de uma geração condicionou em larga medida muitos emigrantes, levando a que muitos fossem induzidos a ver no 25 de Abril uma ameaça, receio esse que os partidos de direita tudo têm feito para estimular e propagar.

Os sucessivos governos de direita, que têm arrastado o País para a grave situação em que hoje se encontra, também eles, no plano da emigração, têm feito tudo para tentar desacreditar e destruir os valores humanos e políticos conquistados pelo povo em Abril de 1974.

Por outro lado campeia a desinformação nos jornais existentes e os programas de rádio e televisão em português têm carácter quase exclusivamente comercial, preocupando-se apenas com o lucro e desinteressando-se do objectivo de servir a comunidade.

Estas características dos órgãos de comunicação em língua portuguesa, de Toronto, servem naturalmente as forças de direita, tradicionalmente apostadas na má informação para seu proveito próprio. Legítimo, pois, pensar — e a prática tem-no demonstrado — que o Governo e os partidos de direita estão mais interessados na manutenção deste estado de coisas, isto é, na manipulação e na desinformação do que numa aposta de qualidade, com isenção e espírito democrático.

Serviços burocratizados

Outro aspecto que tem caracterizado a acção dos partidos de direita manifesta-se nas numerosas pressões a nível político e comunitário para a utilização do voto do emigrante a favor dos seus objectivos restauracionistas. Aproveitando a falta de esclarecimento político existente no seio da comunidade, tentam semear a ideia de que a crise económica existente resulta das mudanças sociopolíticas nascidas com o 25 de Abril, quando, como é sabido, essa crise tem sido causada justamente pela acção dos sucessivos governos de direita.

Os imigrantes no Canadá vão sentindo e compreendendo, todavia, que esses que de Portugal lhes desejam os votos e as remessas só lhes têm dado em troca um país cada vez menos acolhedor e um governo cada vez mais divorciado do povo.

Os serviços consulares e secretarias de emigração em vez de se aproximarem da comunidade, mantêm-se ou afastam-se crescentemente. Localizados na área mais luxuosa da cidade, com horários e acessos difíceis para a maioria dos portugueses, estes serviços não só se afastam das pessoas que deviam servir como também não têm em conta os interesses económicos do País.

Para os emigrantes que necessitam de apoios em Portugal as dificuldades são ainda maiores. Quando vêm de férias ou à procura das condições para um possível regresso (a compra de uma casa, por exemplo,) partem desiludidos pelas dificuldades e barreiras que encontram.

Os serviços de apoio existentes são geralmente inacessíveis por desconhecimento do emigrante e pelas dificuldades burocráticas ou má vontade de certos funcionários que continuam a praticar o que de mau aprenderam na escola do fascismo sem qualquer respeito pelos trabalhadores e pelo povo do qual o emigrante faz parte.■

A actividade dos portugueses no Canadá reparte-se fundamentalmente pelo trabalho em fábricas ou limpeza de prédios e escritórios, pequeno comércio (na foto) e ainda algumas profissões liberais as quais são manifestamente insuficientes para as necessidades da comunidade

GARANTIR O FUTURO A PENSAR NO REGRESSO

Todos os anos a comunidade portuguesa comemora condignamente a passagem de mais um aniversário do 25 de Abril, acontecimento que em 1974 foi acolhido com grandes manifestações de júbilo pelos nossos compatriotas. Na foto, a Orquestra Infantil da Associação Democrática de Toronto actuando naquela cidade na festa que assinalou a passagem do 11.º aniversário da revolução libertadora

Um país de imigrantes

Situada na margem norte do lago Ontário, fortemente industrializada, Toronto é a cidade canadiana que maior atracção exerceu sobre os portugueses, calculando-se que o seu número atinja hoje, incluindo os arredores, os 160 mil

Situada na margem norte do lago Ontário, perto da fronteira com os Estados Unidos, com os seus mais de dois milhões de habitantes, Toronto é a cidade canadiana que nas últimas décadas mostrou um desenvolvimento mais rápido e talvez por isso tenha atraído a grande maioria dos emigrantes portugueses no Canadá.

Capital da província de Ontário, Toronto tem recebido privilegiadamente o grande capital de investimentos das multinacionais dos Estados Unidos da América, poderoso vizinho que para lá da enorme influência que exerce em todas as áreas da vida cultural (cinema, imprensa, televisão, literatura, teatro, música, etc.), detém também um peso significativo na economia, controlando, por exemplo, 58 por cento da indústria transformadora e 74 por cento das extracções mineiras.

País de emigrantes ou descendentes de emigrantes (os canadianos mais antigos, depois dos índios, são os descendentes dos colonos franceses e ingleses), o Canadá tem promovido e facilitado desde a sua fundação em 1867, a entrada de estrangeiros.

A partir de 1972, devido à inflação e ao crescente desemprego, opera-se todavia uma mudança, passando o governo federal a introduzir várias medidas restritivas que culminam na lei da imigração saída em 1978, diploma cujo objectivo foi interpretado como uma medida para controlar o crescimento da população.

Quem não viu com bons olhos esta iniciativa do governo canadiano foi um sector do patronato, que a encarou como uma ameça a uma fonte de mão-de-obra barata, não organizada e capaz de trabalhar nas situações mais perigosas ou humilhantes, recusadas pelos trabalhadores canadianos.

Nos últimos anos, com a ascensão de Reagan à presidência dos EUA e com a crescente influência da direita e da sua política belicista, chauvinista, de total desprezo pelas dificuldades económicas causadas a todas as outras nações incluindo os seus parceiros da NATO, o Canadá vê de súbito a sua situação económica privilegiada começar a desmoronar-se.

As regras económicas selvagens do professor Friedman, um dos influentes conselheiros económicos de Reagan, originaram uma subida vertiginosa das taxas de juro, causando a falência em massa das empresas mais débeis, dos pequenos negociantes, agricultores e industriais.

Por outro lado, esta política provocou o aumento brutal do número de desempregados — mais de um milhão — quando anteriormente o índice de desemprego no país constituía um dos mais baixos do conjunto dos países capitalistas. Deste modo se compreende que o desemprego no Canadá até há pouco quase inexistente entre os emigrantes portugueses de Toronto, comece agora, também, a atingi-los.■

À atenção das autoridades

Aspectos ligados ao ensino e à cultura, às condições de trabalho, ao regresso e à reintegração, aos acordos bilaterais, à comunicação social e ao contacto com as entidades oficiais constituem algumas das questões que se situam no centro das preocupações da comunidade portuguesa no Canadá.

Esbarrando na maioria dos casos com a indiferença ou com a inoperância das autoridades, estes problemas têm-se vindo a arrastar, não tendo até ao momento encontrado eco junto dos responsáveis governamentais as constantes chamadas de atenção dos nossos compatriotas.

Ainda há cerca de um ano, aproveitando a visita do Presidente da República àquele país, a Associação Democrática Portuguesa de Toronto sistematizou num memorando os principais problemas com que se debatem os portugueses, documento esse que refeflecte ao mesmo tempo as suas mais sentidas aspirações.

Continuando praticamente tudo por resolver, mantendo infelizmente a sua actualidade, elas aqui ficam:

• Ensino e Cultura

— Rever situação de escolas privadas, para o ensino da Língua Portuguesa, com fins lucrativos.

— Dar cumprimento ao Decreto-Lei 50/80 e outra legislação em vigor.

— Criação de medidas contra o analfabetismo tais como:

a) Incentivar as associações da Comunidade para a mibilização no ataque ao analfabetismo.

b) Enviar material didáctico, e apoiar financeiramente os cursos que venham a ser criados.

— Diligenciar junto das autoridades canadianas competentes, no sentido de que os filhos dos portugueses não sejam discriminados e desencorajados de alcançarem cursos superiores, na intenção de serem utilizados como mão-de-obra barata.

• Condições de trabalho

— Informar os emigrantes portugueses em colaboração com as autoridades canadianas, sobre o conjunto de leis de trabalho neste país.

— Incrementar uma campanha de informação objectiva sobre os riscos de emigração sujeita a contratos de trabalho temporários.

— Sensibilizar o governo canadiano no sentido de se aplicar o princípio de igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros em matéria de trabalho e emprego.

»

Canadá

• Regresso e reintegração

— Aproveitar o sistema bancário actual, no investimento regional, utilizando as remessas dos emigrantes, tendo em conta as suas regiões de origem.

— Criar instituições de crédito que fomentem o investimento do emigrante na sua região.

— Utilizar parte das remessas dos emigrantes para assegurar postos de trabalho para os emigrantes que regressem.

— Obrigar ao cumprimento das leis e desburocratizar os serviços da Administração Pública, para facilitar a reintegração dos emigrantes regressados.

• Acordos bilaterais

Transportes

— Negociar junto das entidades oficiais canadianas acordos para que a TAP Air Portugal possa fazer uma carreira regular que ligue Lisboa/Açores/Toronto.

— Estudar possível redução nas tarifas aéreas.

Apoio à chegada de portugueses ao Canadá

— Diligenciar junto das entidades canadianas uma maior apoio e eficiência nos serviços prestados à chegada ao Canadá.

• Comunicação social

— Proporcionar aos órgãos da comunicação social portuguesa das Comunidades, apoio técnico de melhor qualidade, de carácter sociocultural e político, imparcial, para que estes não sejam tão tendenciosos e propagandistas.

— Tomar providências no sentido de obter redução de preços na compra de jornais portugueses subsidiados pelo SEE, e que esta controle o resultado dessas reduções em benefício do emigrante.

E que haja mais pluralidade política nos critérios desses mesmos subsídios.

• Entidades oficiais locais

Consulado

— Tentar formar um horário de expediente favorável a todos os emigrantes, sem que estes tenham de faltar ao trabalho, evitando ao mesmo tempo, terem de recorrer a agências intermediárias aumentando assim o custo dos serviços prestados.

— Melhoria na sua localização, para área mais central, onde a Comunidade Portuguesa está mais concentrada.

Secretaria do Estado da Emigração

— Tentar que os critérios de escolha para os delegados da SEE, incluam: idoneidade e capacidade profissional.

— Providenciar para que a SEE se localize em local de fácil acesso a todos os portugueses. ■

E de todos que por obras manhosas se vão da Lei da Rádio libertando...

Houve quem lhe chamasse um antiprojecto, houve quem não lhe chamasse nada e, como se estivera em terra conquistada, começasse a emitir por conta própria, «para alegrar os soldados americanos estacionados em Portugal», o que prova que devem ser mais do que se pensa para terem direito a rádio privada e com ameaça de uma emissora de televisão. Houve quem lhe chamasse Proposta de Lei, com direito a número — 74/III — dizendo que a mesma se refere ao Licenciamento das Estações Emissoras de Radiodifusão. Quem fez isto foi o Governo. E afinal a tal Proposta não tinha por finalidade licenciar nada, antes impedir o licenciamento das rádios de que se não gosta.

Sobre isto tudo trocámos algumas opiniões com o deputado comunista Jorge Lemos.

— Que se passa quanto à actividade de novas estações de radiodifusão?

— A existência necessária de critérios objectivos e não discriminatórios no regime de concessão de frequências têm vindo a ser substituídos por um sistema arbitrário, marcado por privilégios. Esta uma das questões que maior importância revelou durante o recente debate parlamentar sobre a referida legislação.

— O que está em causa, presentemente, é o critério de atribuição de novas licenças?

— Justamente! É preciso definir em que condições irão ser atribuídas essas licenças, se de acordo com critérios objectivos e não discriminatórios, como foi proposto pelo PCP e rejeitado pela então maioria governamental, ou de maneira discricionária e sem qualsquer critérios objectivos, como decorre da proposta de lei governamental.

Tudo para os americanos

— No entanto, o Governo foi pródigo em atribuir uma frequência à rádio da NATO...

— Isso foi particularmente chocante! O Governo não se coíbe de conceder uma autorização para a entrada em funcionamento de uma estação de rádio das Forças Armadas norte-americanas, enquanto tal direito é negado a grupos de cidadãos portugueses, cujos pedidos para constituição de emissores de radiodifusão se vão acumulando às centenas.

— Mas sucede, também, que algumas estações emissoras estão a ser montadas ou entraram já em funcionamento. Que se passa em relação a isto?

— Ressalvado o caso conhecido da Rádio Renascença, continua por assegurar a divulgação da propriedade e dos meios de financiamento de certas estações emissoras. Continuam por esclarecer as exactas responsabilidades governamentais na evolução verificada no sector, designadamente os aumentos de potência de certos emissores e os alargamentos das redes. Estão por garantir as possibilidades de exercício dos direitos dos partidos políticos, das organizações sindicais e profissionais e dos próprios cidadãos perante as actuais estações emissoras.

Assegurar a igualdade

— Em termos legislativos, o que propunha o projecto do PCP?

— O projecto foi apresentado logo no início desta legislatura, aliás na sequência de iniciativas anteriores inviabilizadas pela AD.

De acordo com o projecto a radiodifusão surge definida como um serviço público — tal como decorre da Constituição — dando-se o devido relevo ao sector público da radiodifusão e prevendo-se que o exercício de actividades da radiodifusão por parte de empresas privadas se efective mediante licença a definir por lei da Assembleia da República, em que estejam salvaguardados princípios de não discriminação e igualdade de acesso às frequências, sendo assegurada a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Tudo na mão do Governo

— Foi isso então que o Governo não quis, quando a maioria votou na AR contra o projecto do PCP?

— Nem mais! Pois no referido texto estabeleciam-se os fins da radiodifusão, previa-se um sistema de fiscalização distribuída, nos termos constitucionais, por vários órgãos — Assembleia da República, Governo, Tribunais, Conselho de Comunicação Social e Conselho de Imprensa (ou Conselho da Rádio, como foi proposto noutras iniciativas), garantia-se a liberdade de expressão e informação, definindo-se também normas relativas à actividade publicitária. Consagravam-se, igualmente, normas sobre a organização das empresas de radiodifusão, era garantido o exercício dos direitos de antena, de resposta e de réplica política nos termos constitucionais, entre outros aspectos.

—Conclui-se que, ao rejeitar o projecto do PCP, em benefício da proposta do Governo, a ex-coligação fez depender deste toda e qualquer decisão que for tomada?

— A serem consagradas em lei as soluções constantes da proposta governamental poderíamos vir a ser confrontados com a recusa de concessão de licenças só porque as entidades solicitadoras não se enquadram nos parâmetros de pensamento dos parceiros governamentais e não apoiam a corrida presidencial do dr. Mário Soares.

Além disso todo o processo fica nas mãos do Governo, sem qualquer possibilidade de recurso para outra qualquer entidade com capacidade de dirimir os conflitos entretanto surgidos. Paralelamente, o Governo utiliza uma política de dois pesos e duas medidas. Afirmando durante o debate na AR que todos os pedidos já formulados, em número de algumas centenas, serão pura e simplesmente arquivados — não tendo em conta, quer a temporalidade dos pedidos, quer direitos adquiridos — já não segue os mesmos critérios em relação às estações emissoras existentes, designadamente as privadas, às quais, designadamente por não haver lei quadro, têm vindo a ser concedidas sucessivas autorizações para aumentos de potência e instalação de novos emissores.

O Grupo Parlamentar do PCP, quando a lei for apreciada na especialidade, bater-se-á — declarou Jorge Lemos — para que seja garantida a liberdade de expressão e informação ao nível da radiodifusão, o que só se poderá conseguir mediante a definição de critérios claros, seguros, objectivos e não discriminatórios, como determina a Constituição da República, ao contrário do que pretende o Governo e as forças políticas que o compõem ■

a TV

Escravatura será «direitos humanos»?

A Igreja, por motivo da sua implantação em todo o território português e pela profunda convivência que tem com o nosso povo, está em situação privilegiada para conhecer a situação dramática em que nos encontramos.

Dessa experiência tivemos reflexo através do programa católico «Setenta vezes Sete», transmitido nas manhãs de domingo.

O tema, corajosamente tratado, foi a prostituição. Verdadeiro mergulho na realidade portuguesa, aí vimos denunciados os malefícios da sociedade capitalista e a incapacidade do poder político, se não já para os resolver; sequer ao menos para atenuar. «O Governo — foi dito textualmente por uma senhora entrevistada, conhecedora profunda da matéria — preocupa-se pouco com isso...»

Também se afirmou que a prostituição tende mesmo a aumentar. Tendo crescido — e muito — nos últimos tempos, as dificuldades económicas vão reflectir-se no destino de milhares de mulheres que, para poderem sobreviver, são compelidas a prostituir-se.

Aí está o horizonte a que uma política de ruína conduziu o País. Esse horizonte chama-se miséria, crueldade, escravatura.

Escravatura: a palavra exacta empregada, com justa violência, em «Setenta vezes Sete».

O colchão

... E tudo se passou, praticamente, como se não se tivesse passado nada...

Ou seja: em consequência de uma luta popular prosseguida sem tréguas; no evoluir de processo que põe em evidência as contradições dentro da própria base de apoio da coligação; no momento em que os partidos da coligação acusam uma impopularidade como jamais conheceram; no preciso instante em que se anuncia a morte da coligação — com toda essa escaldante realidade diante dos olhos —, a televisão fecha-se em copas, em fofocas, nas trocas e baldrocas dos troca-tintas...

A RTP não tomou a iniciativa de auscultar, de maneira convincente, os representantes das diversas forças políticas e sociais. Agiu, ainda aqui, como um guarda-vento, um biombo da direita.

O trambolhão foi grande. Nem o colchão da televisão amorteceu a queda.

Um casamento sem felicidade

O mesmo se pode dizer em relação a todo o processo de adesão à CEE. Discussão, confrontação, informação, esclarecimento foi coisa que não houve — desde a Assembleia da República até à televisão portuguesa. Na realidade, o que se verificou foi isto: uma decisão que compromete o futuro da nossa Pátria (em todos os sectores da vida nacional — económico, cultural, espiritual) foi tomada nos bastidores, às escondidas.

O pior de tudo é que os indivíduos mais envolvidos no processo não são capazes de explicar ao povo português quais são as vantagens que podem resultar da adesão. Tudo vem misturado de «ses» que comprometem toda a seriedade das decisões.

Isto mesmo pudemos ver na entrevista de António Marta ao programa «A Semana que Vem». As suas informações, longe de esclarecerem, ainda mais lançaram a perturbação. Ficou evidente o carácter aventureiro do famigerado trajecto. A ponto de o entrevistado ser obrigado a declarar que, enfim, ainda não se tratava de um casamento, mas de «uma promessa de casamento»...

De facto, entre os falados nubentes, parece já que a felicidade não é muita...

«Vai-te embora!»

Foi um espectáculo impressionante, aquele serão em Guimarães. Aquele serão imenso com a viagem militar através da História de Portugal.

Sucederam-se os recitativos, as leituras, as descrições, os relatos, as marchas, os exercícios, as músicas, os coros, os estandartes.

Mas não é a esse espectáculo que me refiro, mas a outro subjacente a esse, que nunca afrouxou, nunca esmoreceu, nunca desapareceu. Refiro-me ao espectáculo de apupos, vaias, assobiadelas que, desde o primeiro ao último minuto, o povo da região nortenha proporcionou a Soares e seus acompanhantes...

Fosse outra a captação de som (dimensionada em função da sessão comemorativa) e o «escândalo» nacional teria sido maior. Mesmo assim, do meio dos apupos e dos assobios, ainda foi possível ouvir distintamente uma voz que gritava: **Vai-te embora!**...

Não restam dúvida sobre qual seria a personalidade cuja presença tanto desagradava ao povo nortenho.

■ *Ulisses*

...Síntese semanal da IMPRENSA

A solução cristalina

Demissão do Governo Soares, dissolução da Assembleia da República e marcação de eleições legislativas é a única saída «cristalina» para a actual situação, reconhecem o editorial do «Diário de Notícias» de 8 de Junho e a maioria da imprensa portuguesa.

Porém, o estoiro da coligação de direita PS-PSD não deve impedir-nos de reter algumas verdades que podem ser úteis em futuro próximo:

Primeira — quanto ao conteúdo da legislação dos despedimentos e antigreve, Soares e Cavaco estavam de acordo!

Segunda — apesar das birras, Soares continua a ser o «socialista» preferido de Júdice, Freitas & Reagan!

Pacote laboral: atenção! eles estavam de acordo!

• «(...) a confirmação de que o PS estava mais uma vez a tentar iludir o PSD surgiu de forma muito nítida a propósito da legislação laboral. Embora **existisse acordo total entre os dois partidos quanto ao conteúdo dos diplomas legais**, o PS recusou a sua aprovação imediata, apesar do compromisso de o fazer até 31 de Maio, por meras razões eleitorais.»

(Cavaco Silva em conferência de imprensa, «Diário de Notícias», 5. Junho)

• «O segundo ponto que se revelou inegociável diz respeito à exigência do PSD de que as leis laborais fossem aprovadas por mera autorização legislativa, não sendo, pois, debatidas no Parlamento. Nas negociações existentes entre os dois partidos, o PS cedeu até ao ponto de propor que, no caso de o Parlamento entrar de férias antes de estar concluído o debate, poder-se-ia então utilizar a autorização legislativa.»

(«o jornal», 6. Junho)

• «Foi conseguido o consenso possível sobre textos finais de projectos de diplomas tão significativos como relativamente à regulamentação dos piquetes de greve e do *lock-out*, aos contratos a prazo, a medidas — ainda que não inteiramente satisfatórias para o PS — de resposta ao problema dos salários em atraso, ao despedimento colectivo, ao trabalho temporário, à redução e suspensão da prestação de trabalho, enfim, e com especial realce, ao contrato individual de trabalho, designadamente no que se refere ao regime legal da sua cessação (nova tipificação das justas causas de despedimento).

(Almeida Santos, «Diário de Notícias», 7. Junho)

Em cada dez reaccionários nove preferem Soares!

• «Estou por isso particularmente à vontade para desejar que o PS seja sempre o segundo ou o primeiro partido português e que Mário Soares, candidato da esquerda moderada a democrática, esteja presente na segunda volta das eleições presidenciais.»

(José Miguel Júdice, «O Diabo», 4. Junho)

• «Diogo Freitas do Amaral admitiu esta semana preferir Mário Soares a Lourdes Pintasilgo como opositor na segunda volta das presidenciais. Freitas do Amaral justificou esta preferência dizendo que, embora acredite na vitória, "**há sempre que admitir a possibilidade da derrota**" — e Mário Soares seria melhor Presidente do que Pintasilgo na medida em que a sua acção seria "**mais estruturante**" do país.

Uma fonte da candidatura do ex-líder centrista confidenciou-nos, a propósito, que existe a convicção de que Freitas bateria na segunda volta mais facilmente Soares do que Pintasilgo. "**Porque — disse — será mais fácil o eleitorado de Mário Soares votar em Lourdes Pintasilgo, do que o eleitorado de Lourdes Pintasilgo votar em Mário Soares.**".»

(«Expresso», 8. Junho)

Demissão do Governo e dissolução da AR: a solução cristalina

• «Na opinião de constitucionalistas, como Jorge Miranda, a lógica aponta para a demissão do Governo, uma vez que este repousava no acordo entre dois partidos, cabendo, entretanto, a Eanes dissolver a Assembleia ou, em alternativa, indigitar novamente o PS, como partido mais votado, para formar outro gabinete ministerial.

À primeira vista, a solução mais cristalina encontrar-se-ia na dissolução do Parlamento. Mas é de notar que se há retraimento no PS também não se observa grande entusiasmo pela antecipação de eleições legislativas na área social-democrata. No fundo, apenas o PCP defende ardorosamente essa perspectiva, antevendo, talvez, sensíveis ganhos junto de um eleitorado descontente.

Parece evidente que o PS deseja concretizar agora a fórmula que Eanes rejeitou em 78, ou seja, um governo minoritário com o apoio de independentes, não obstante Mário Soares ter repetidamente declarado no passado que jamais voltaria a governar em minoria. (Terá Almeida Santos a mesma relutância?) Resta saber, contudo, se um governo nessas condições conseguirá passar no Parlamento, quanto mais não seja, pela abstenção.

Por seu lado, o PSD talvez se incline mais para um governo de iniciativa presidencial, se não vingar a hipótese de dissolução, reduzindo assim a capacidade de manobra dos socialistas.

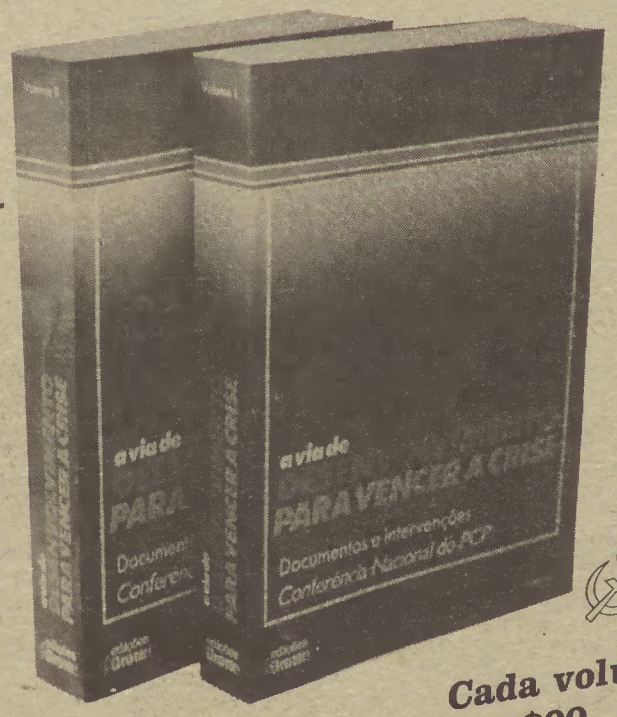
Cavaco Silva não desconhecerá as razões que aconselham Mário Soares a não se demitir do Governo. Por um lado, correm rumores de que estaria a ser ultimado um "pacote" de medidas *simpáticas*, que relançaria a imagem do Primeiro-Ministro junto do eleitorado (a importação de carne para baixar o preço no consumidor seria apenas um dos primeiros passos). Por outro, sabe-se como Soares preza o papel da televisão no esquema da sua campanha presidencial.

Ora, se o Partido Socialista fosse afastado do palco do Poder, tanto as medidas *simpáticas* como a influência na televisão ficariam bastante afectadas. Isto significaria, na prática, que Soares perderia, de um momento para o outro, alavancas essenciais à sua estratégia.»

(Dinis de Abreu, «Diário de Notícias», 8. Junho)

Um acontecimento editorial

45 dias após a realização da Conferência Nacional do PCP sobre «A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise» (realizada em 30 e 31 de Março de 1985) a Editorial «Avante!» publica 2 volumes com 1628 págs.



✱ Intervenção de abertura (Carlos Costa) e Intervenção de encerramento (Álvaro Cunhal)

• 360 intervenções sectoriais produzidas em Plenário e nas Secções que abrangeram as grandes questões da economia nacional

✱ Documento-Base da Conferência

✱ Proclamação aprovada na Conferência

edições Avante!

Cada volume 500$00

Publicação dos textos da Conferência: a continuação do debate sobre outra forma!

Pontos Cardeais

Como se tudo fosse deles

Almeida Santos desdobra-se: ele são declarações aos jornalistas, ele são conferências de imprensa, ele são artigos, ele são entrevistas aos jornais, à rádio e à televisão. Tão repentina e intensa actividade não se deve, obviamente, a nenhum acaso nem a nenhum capricho, tanto mais que tem sido acompanhada nos últimos dias (mais concretamente, desde que a coligação deu o bafo de facto), por um prudente e estudado silêncio de Mário Soares, todo ele virado para as presidenciais. Visivelmente, Almeida Santos está na rampa de lançamento para alguma coisa, a escolher entre duas: ou secretário-geral do PS ou primeiro-ministro. Sobre a primeira hipótese ele diz, discreto, que se o partido «entender que precisa de mim, não fujo», enquanto que sobre a segunda assegurou, modesto, que «um político que se diz indisponível ou é hipócrita ou não é político». Claro que os desejos e interesses do PS e as aspirações e ambições de Santos, podem não ter nada a ver com as realidades. Mas uma coisa é certa: estes senhores manobram na comunicação social do Estado (e não só) como se tudo fosse deles!

Pires ao ataque

Conforme é patente e notório, também Lucas Pires anda o que se pode dizer verdadeiramente acelerado. Não há dia que não produza uma discursata, não profira uma declaração, não avance uma hipótese, não elabore uma ideia. Uma tal aceleração leva-o a meter constantemente a pata na poça, dizendo hoje uma coisa e amanhã outra, e chegando mesmo a cometer dislates muito pouco próprios de um grande líder ainda por cima com intenções de jurista, como aquela de propor a simultaneidade das eleições presidenciais e legislativas, quando a Constituição estabelece claramente que entre os dois actos devem mediar pelo menos três meses! O frenesim de Pires deve-se à sua visível ânsia de tirar o máximo proveito do descalabro do PSD e do PS, mas há também quem pense que a sua grande preocupação assenta no receio de que uma convergência Freitas (candidato a PR) — Cavaco (candidato a PM) o relegue a ele, Pires, para uma indesejada subalternidade.

Bom, mas isso é lá entre eles. O inadmissível, é a divulgação, ou melhor, a promoção de que o dirigente «democrata-cristão» é alvo em certos meios da comunicação social do Estado, a começar pelo Telejornal: o Pires assobia e as câmaras logo se prestam, todas lucas, a cobri-lo.

Às vezes as coisas têm tal aspecto que tudo indica que as «iniciativas» apresentadas como pretexto para a «notícia» não passam de puras e simples encenações organizadas apenas com a finalidade de dar ocasião às faladuras do chefe. E o Telejornal lá está — atento e obrigado.

Soares amigo – 1

Agora que a coligação estoirou, multiplicam-se as vozes que, muito lampeiras, vêm dizer que há muito vinham a prever tal desenlace, que tudo isto era de prever, etc. e tal. No terreno do PSD, verdade se diga que José Miguel Júdice, por exemplo, tem uma certa razão quando escreve: «Sempre me opus frontal e lealmente ao bloco central, e reconheço que sempre lutei contra a possibilidade de se criarem condições para um candidato equidistante dos dois partidos ou para apoio do PSD a Mário Soares.». Mas Júdice, cheio de ternura, escreve logo a seguir: «Estou por isso particularmente à vontade para desejar que o PS seja sempre o segundo ou o primeiro partido português e que Mário Soares, candidato da esquerda moderada e democrática, esteja presente na segunda volta das eleições presidenciais.».

Soares amigo – 2

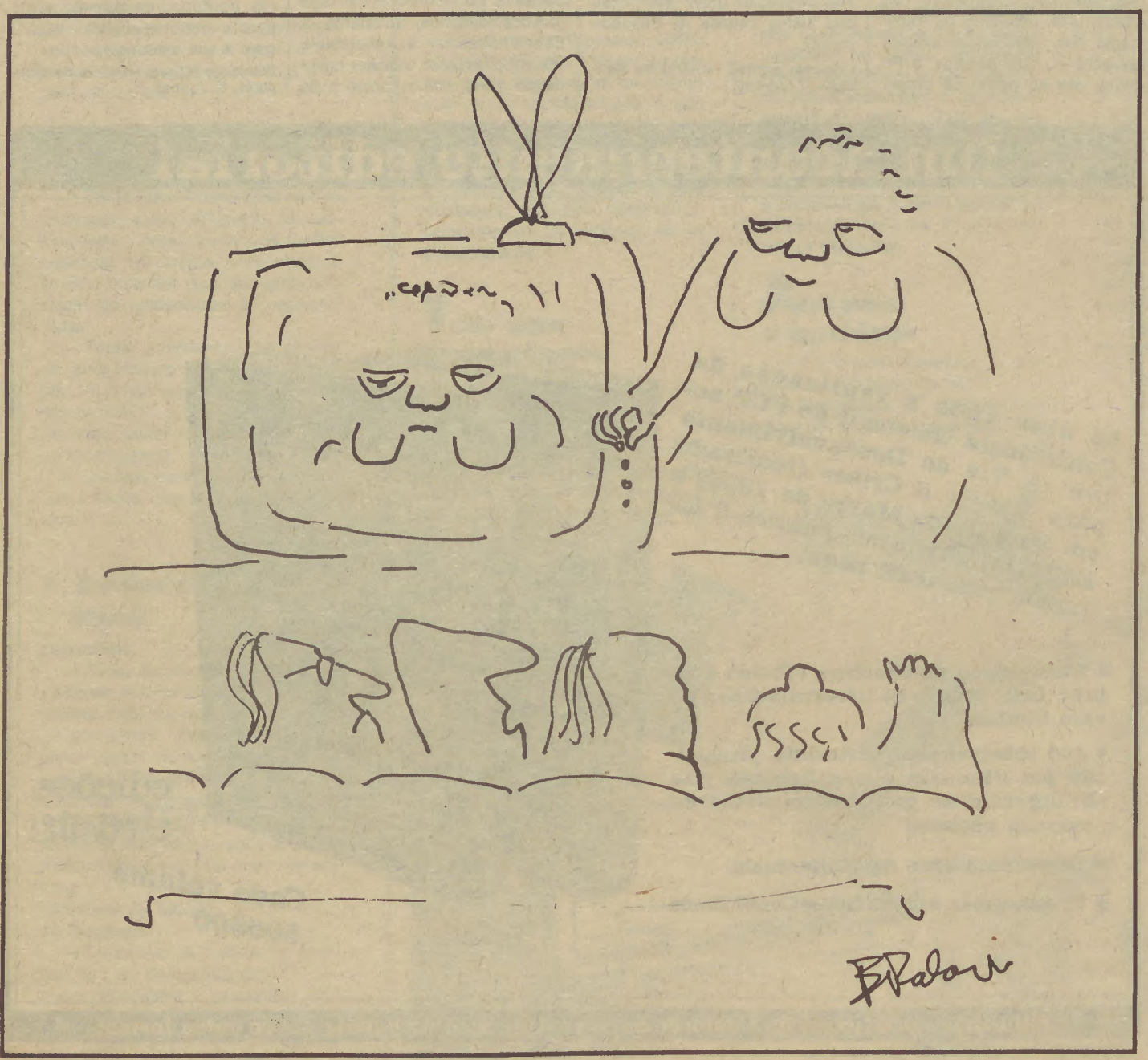
Freitas do Amaral, por sua vez, admitiu também apreciar muito a hipótese de defrontar Soares numa eventual segunda volta das presidenciais, pois que (e dado que «há sempre que admitir a possibilidade da derrota») Soares seria melhor Presidente do que Pintasilgo visto a sua acção ser «mais estruturante» do País.

Independentemente dos motivos interesseiros que estão por detrás destas preferências por Soares, tanto carinho e tanta ternura pelo secretário-geral do PS, vindas das pessoas que vêm, não deixam de ser sintomáticas.

Quem é que tem amigos destes, quem é?

Eu pecador

O povo «não quer a actual coligação, porque não resolveu os problemas do País». O povo «não pode estar satisfeito se não tem uma apreciação favorável à acção governativa», por isso, «é correcto e mais límpido dar voz ao povo através do voto». É que a crise não é nova porque o facto de «o Governo não estar a governar bem» está na sua origem. Por tudo isto, o que sai mais caro a Portugal não é a realização de eleições legislativas antecipadas. «O maior custo é manter o País adiado», daí que seja «legítimo, em democracia, recorrer ao voto quando se levantam dúvidas ao eleitorado». Lá estão os comunistas uma vez mais a bater no Governo? Não, não foram os comunistas nem os democratas quem produziu estas afirmações, em entrevista à Rádio Renascença. As palavras são de Cavaco e Silva — líder de um partido com responsabilidades na política governativa desde há cinco anos — que achou por bem pôr os olhos no tecto da cabina radiofónica e, com ar compungido e arrependido, sussurrar aos microfones da emissora católica: eu, pecador, me confesso... Só que o arrependimento não é pelo mal que foi feito, mas sim por não ter sido feito suficiente mal!



Gazetilha

por Ignotus Sum

Era uma união para durar, digamos
a total verdade:
não três, não quatro, nem uns vinte anos:
mas toda a eternidade.

Para destruir a Banca? Unidos.
Para destruir os seguros? Unidos.
Para destruir a Reforma Agrária? Unidos.
E nisso, e muito mais, mais do que unidos:
convencidos...

O Soares faz tudo
o que a Direita quer
faz tudo com veludo
e com prazer
com amor e capricho
de que é capaz
— depois a Direita bota-o pró lixo
deixa-o para trás...

Depois de tudo aquilo
em pura perda
o Soares, vão ver!,
há-de chorar lágrimas de crocodilo
e dirá que são lágrimas... de «esquerda»...

O que a Direita pretende
bem a gente compreende:
quer (tirando o humorismo...)
fazer o rotativismo.
Governo com um; a seguir
com outro; depois
com o de antes. Pra resumir:
o mesmo, sendo os dois...
Chamam eles ao truque habitual
«democracia ocidental»...

Só que o povo português
que ao nome de Abril se obriga,
já conhece o entremez...
e não vai na cantiga...

Desgovernou até mais não poder
de nenhum malefício houve jejum
fartou-se de beber e de comer
e veio o dia do estoiro – PUM!

Do povo português ninguém o queria
ministros eram vespas um a um
repressão dava o pão de cada dia
e veio o dia do estoiro – PUM!

Pataca a ti, pataca a mim, pataca
corrupção era mais do que zum-zum
subia o lixo, o esgoto, a lama, a caca,
e veio o dia do estoiro – PUM!

Mil banquetes opíparos consome
de dinheiros mal gastos, um fartum
para o povo a miséria, o frio, a fome
e veio o dia do estoiro – PUM!

Protesto imenso levantou-se em flecha:
GOVERNO CONTRA O POVO, MAIS NENHUM!
O povo inteiro acendeu-lhe a mecha
e foi o estoiro, o grande estoiro – PUM!

Agenda

Avante!
Ano 53 – Série VII
N.º 598
13 de Junho de 1985
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

1.ª Assembleia de Freguesia de Camarate

Domingo, 16
Pavilhão do «Águias de Camarate»
Participação de Blanqui Teixeira

2.ª Assembleia da Organização Concelhia da Covilhã

Domingo, 16
Cine-Teatro da Covilhã
Participação de Octávio Pato

Sexta 14

• LISBOA

Reunião com naturais dos concelhos de Mação e Sardoal residentes na área de Lisboa. No CT Vitória, às 21.30, com a participação do camarada Américo Abalada, do CC e da DORSA.

• CARREGUEIRA

Sessão pública sobre a situação económica em Portugal e a adesão à CEE, com a participação do camarada Sérgio Ribeiro, economista e professor universitário. Promovida pela P. Local do PCP da Carregueira, com início às 21.30, na Sociedade Filarmónica Vitória.

Sábado 15

• PORTO

«Porto — Um Olhar sobre a Cidade». Neste segundo encontro promovido pela APU, a dar continuidade ao que sob o mesmo lema se realizou em Março, pretende-se aprofundar e concretizar a inter-relação cidade/seus habitantes para poder melhor trabalhar pela sua adequação. O Encontro, a realizar na Casa de D. Hugo, desenvolver-se-á em sete espaços de debate simultâneos, e terminará com um jantar convívio e uma sessão cultural cujo tema será ainda o Porto, a sua história, o seu povo, os seus artistas.

• LISBOA

Reunião com naturais de Castelo de Vide residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal, com vista à divulgação e discussão das propostas da APU para aquele concelho nas próximas eleições autárquicas. A reunião, a iniciar às 16 h no CT Vitória, estarão presentes eleitos da APU na Assembleia Municipal de Castelo de Vide.

Reunião de ex-emigrantes, com a participação dos camaradas Fernanda Barroso, do CC e da DORL, e Joaquim Judas, do CC e responsável pelo trabalho partidário na Emigração. Também no CT Vitória, às 10 h.

• SETÚBAL

Plenário de quadros da Organização Regional de Setúbal para debater o tema «As freguesias e as próximas eleições autárquicas», com base nas conclusões da recente Conferência Nacional sobre o Poder Local e em anteriores reuniões distritais. O camarada Carlos Ramildes, da Comissão Política, participará na reunião, que se realiza no Salão Nobre da CM a partir das 10 h.

Domingo 16

• COVILHÃ

II Assembleia da Organização Concelhia da Covilhã, sob o lema «No caminho de Abril, com o PCP, o concelho da Covilhão precisa de uma Câmara APU». A Assembleia decorrerá no Cine-Teatro da cidade, com início às 10 h, e nela participará o camarada Octávio Pato, da Comissão Política e Secretariado do CC.

• LISBOA

1.º Congresso Nacional dos PME's. No Hotel Penta, com sessões plenárias de abertura e encerramento, e secções de debate sobre comércio e indústria. Das 10 às 13 e das 15 às 19, com sessão de encerramento prevista para o horário das 21 às 22.30.

• LOURES

1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Camarate. Às 10 h, no Pavilhão Gimnodesportivo do Águias de Camarate. Na Assembleia, que discutirá prioritariamente o trabalho autárquico e as eleições a realizar no ano corrente, participa, intervindo na sessão de encerramento, o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

• GUIMARÃES

Plenário de actuais eleitos e de candidatos às próximas eleições autárquicas de todas as freguesias do concelho. Às 15 h, na Escola J. Meira, em sessão aberta a todos os que se identifiquem com a APU.

• SANTIAGO DO CACÉM

Plenário da APU, para balanço do trabalho realizado e preparação das eleições que se avizinham. A partir das 10 h, na nova Junta de Freguesia de St.ª Cruz, com a participação do camarada Manuel Sobral, do CC e da DORS.

• COIMBRA

O Comboio da Paz e da Amizade — um convívio nacional, com piquenique e espectáculo. No Choupal, a partir das 13 h. É uma iniciativa do MDM.

Segunda 17

• LISBOA

Reunião Nacional dos Trabalhadores Comunistas do Teatro. No CT Vitória, das 11 às 18 h, para discutir a situação do teatro e a política cultural do Governo, e «a política alternativa e o papel do PCP». Participará nos trabalhos o camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC.

«Terrorismo — A Informação e a Deontologia do Jornalista»: um colóquio promovido pelo Sindicato dos Jornalistas, com a participação de jornalistas portugueses e estrangeiros e de personalidades de algum modo ligadas às questões da informação e da cultura. Na Casa da Imprensa, à Rua da Horta Seca, pelas 10.30.

Terça 18

• PORTO

O mesmo tema em debate no Porto — aqui, no Centro de Formação dos Jornalistas, a partir das 21 h.

«O Comboio da Paz e da Amizade»

Concentração nacional promovida pelo MDM
Domingo, 16
No Choupal — Coimbra

«Porto um olhar sobre a cidade»

Sábado, 15
Casa de D. Hugo — Porto

ANTOLOGIA

Jean Effel *(1908-1982) in «Avec la Caricature Contre le Fascisme», recolha de caricaturas publicada pela Organização Internacional de Jornalistas, Praga, sem data*
O desenho é de 1937 e tem como título «Le Langage des Cartes» («A Linguagem dos Mapas»)

TV O Programa

Quinta 13

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **12/13**
12.45 — **Notícias**
12.55 — **Telenovela** – «Vila Faia», 28.º Episódio
18.00 — **Tempo dos Mais Novos** – «As Aventuras de Marco Polo»
18.35 — **Notícias**
19.00 — **Desporto**
19.25 — **Dar e Receber** – Programa da Dir. Geral de Contribuições e Impostos
20.00 — **Telejornal**
20.28 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «A Sucessora», 112.º Episódio
21.10 — **Triangular** – Programa da Direcção de Informação
22.15 — **Feira de Santarém** – «Rodeo»
23.10 — **Último Jornal.**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados** – «Super Homem»

20.00 — **Conheça Melhor** – Dubrovnik, uma antiquíssima cidade da Jugoslávia
20.25 — **Série** – «História de Amor e Amizade», realização Franco Rossi (último episódio)
21.20 — **Da... Música**
22.30 — **Jornal da Noite.**

Sexta 14

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **12/13**
12.45 — **Notícias**
12.55 — **Telenovela** – «Vila Faia»
18.00 — **Tempo dos Mais Novos** – «Animação»: «A Magia de Disney»
18.35 — **Notícias**
18.50 — **Série** – «Sobre os Rios que Vão», 1.º programa
19.20 — **O Museu Ermitage** – 1.º Programa: Interiores e Exteriores
19.45 — **Boletim Meteorológico para a Agricultura**
20.00 — **Telejornal**
20.28 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «A Sucessora»
21.10 — **Série** – «Columbo», Último Episódio

22.45 — **Música Popular Portuguesa** – Brigada Vítor Jara
23.50 — **Último Jornal.**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados** – «Os Filhos da Pantera Cor-de-Rosa»
20.00 — **Série** – «Recordações», 1.º Episódio. Realização de Herb Roland
21.00 — **Directo/2**
22.30 — **Jornal da Noite.**

Sábado 15

RTP1

11.00 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **Notícias**
13.05 — **Tempo dos Mais Novos** – «Jornalinho»
14.10 — **Série** – «O Pai Murphy», 23.º Episódio
15.00 — **Revista de Touros**
15.30 — **Série** – «O Homem e a Terra», Último Episódio
16.00 — **Notícias**
16.05 — **Bailado** – «12.º Prix Lausanne», para jovens bailarinos – 2.ª parte
17.00 — **Série** – «História das Invenções», 4.º Episódio – a música, a pintura; ainda os meios de comunicação; o desporto
18.00 — **Notícias**
18.05 — **A Semana que Vem** – Programa de Mário Zambujal
19.10 — **Série** – «Cheers»
19.45 — **Totoloto**
20.00 — **Telejornal**
20.28 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Concurso 1, 2, 3** – Programa de Carlos Cruz
23.15 — **Último Jornal**
23.30 — **Última Sessão** – «Holocausto 2000», realização de Alberto de Martino (Inglaterra-Itália/1978).

RTP2

18.00 — **Troféu**
20.00 — **Animação** – Encontro com Paulo Morais
20.25 — **Série** – «The Black Stuff», 1.º Episódio. Realização de Jim Goddard
21.20 — **O Renascimento** – Último Episódio.

Domingo 16

RTP1

10.30 — **70 vezes 7**
11.00 — **Missa**
11.15 — **Tempo dos Mais Novos** – «Fábulas da Floresta Verde», «Sebastião Come Tudo»
13.00 — **Notícias**
13.30 — **Tempo dos Mais Novos** – «A Arca de Noé», «Jovens na Música»
14.45 — **Sessão da Tarde** – «Rapsódia», Realização de Charles Vidor
16.45 — **Notícias**
16.50 — **Concurso** – «Fórmula J»
18.25 — **Notícias**
18.30 — **No Mundo dos Fraggles**
18.55 — **Top Disco**
20.00 — **Telejornal**
20.28 — **Boletim Meteorológico**
20.30 — **Falando de Schubert** – Programa de José Atalaya, 6.º Episódio
21.00 — **Série** – «Ventos de Guerra», 10.º Episódio
22.00 — **Domingo Desportivo**
23.10 — **Último Jornal.**

RTP2

17.50 — **Automobilismo** – Fórmula 1 – Grande Prémio do Canadá, transmissão directa de Montreal; **Basquetebol** – Final do Campeonato da Europa
22.15 — **Cine Clube** – «Mulheres à Espera» («Kvinnors Väntan»), de Ingmar Bergman/1955 (1.ª exibição em Portugal).

Segunda 17

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** – «Vila Faia»
18.00 — **Tempo dos Mais Novos** – «Contos de Andersen»
18.35 — **Notícias**
18.50 — **Desportivamente**
19.20 — **Portugal, Passado e Presente** – VI – «A Nobre Vila de Olhão da Restauração». Programa de Lagoa Henriques
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «A Sucessora»
21.15 — **Arroz Doce** – Programa de Júlio Isidro
23.15 — **Último Jornal.**

RTP2

19.30 — **Noite de Ópera** – «Fausto», de Gounod – Corpo de baile, coro e orquestra da Ópera Nacional de Viena. Cenário e encenação de Ken Russel, dir. musical de Eric Binder
23.00 — **Jornal da Noite.**

Terça 18

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** – «Vila Faia»
18.00 — **Tempo dos Mais Novos** – «Os Muminhos», «O Golfinho Branco»
18.35 — **Notícias**
18.55 — **Século XX** – «O Mundo em Guerra», 7.º episódio
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «A Sucessora»
21.15 — **Série** – «O Corpo Humano» – 7.º episódio – «Comer para Viver»
21.45 — **Actual** – Programa da Direcção de Informação
22.55 — **Série** – «Tudo em Família»
23.20 — **Último Jornal.**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados** – «As Novas Aventuras de Zorro»
20.10 — **Eurotreff Musik 84** – Festival de folclore realizado em Baden-Baden, Outubro de 84 – 1.ª parte. Com a participação de grupos da Itália, Dinamarca, Áustria, Jugoslávia, Alemanha, Hungria, Espanha
20.25 — **O Mundo em Guerra** – Portugal 1939/45
21.00 — **Sessão das Nove**
22.30 — **Jornal da Noite.**

Quarta 19

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** – «Vila Faia»

18.00 — **Tempo dos Mais Novos** – «Os Muminhos», «Contos Folclóricos Húngaros»
18.35 — **Notícias**
18.55 — **Trânsito**
19.20 — **Telemundo**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.30 — **Direito de Antena** – Câmara dos Técnicos de Contas
20.35 — **Vamos Jogar no Totobola**
20.45 — **Telenovela** – «A Sucessora»
21.20 — **Noite de Cinema** – «O Mundo de Suzie Wong», comédia, real. Richard Quine (EUA/1961)
23.45 — **Último Jornal.**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
20.05 — **Memória de um Povo** – 5.º programa – «Do Estanho e da Cortiça»
20.35 — **O Mundo em Extinção** – 10.º episódio – O Povo da Nova Guiné
21.30 — **Clube de Jazz**
22.30 — **Jornal da Noite.**

Livros

«Memórias Encontradas Numa Banheira», de Stanislaw Lem, **«Cenários Trucados»**, de Jean-Pierre Andrevon, **«As Crisálidas»**, de John Wyndham, **«Jacintos-de-Água»**, de Chelsea Quinn Yarbro, e **«Cavaleiros Vindos de Parte Nenhuma»**, de Alexandre e Serguei Abrámov. Colecção «Caminho — Ficção Científica» — Editorial Caminho, Lisboa. Preço 200$00.

Que agrada aos leitores ferrenhos da chamada «ficção científica»? Talvez se trate de uma pergunta ociosa, comparável àquela outra dirigida aos leitores apaixonados pelo «policial». Duas «espécies» de literatura a que a colecção «Caminho», que hoje de novo abordamos, se dedica em edições regulares e a bom preço, muito populares já pela sua qualidade. Não vamos falar muito aqui de definições. Mas diremos que há várias receitas para o «policial», como outras há para a «FC».

No policial, o crime é, por excelência, o fulcro da obra, ficando depois o tratamento sujeito à receita — o apelo à inteligência do leitor propondo-lhe pistas, as mesmas que são indicadas ao detective, é uma delas, e tal receita pode encontrar-se nos clássicos ingleses. Mas há outras: no «americano», podemos encontrar o tipo chandleriano, em que a receita é mais uma visão — a visão de um mundo degradando-se, panorama social que o detective-narrador vive e comenta; encontraremos também a mera acção — mais ou menos condimentada, mas quase sempre seriamente redutora e esteriotipada, do tipo Erle Stanley Gardner/A. A. Fair; ou ainda o romance psicológico, no qual o «horror» desempenha um papel vincado mas não fazendo apelo nem ao sobrenatural nem ao sanguinolento — encontramo-nos no domínio vasto e profundo onde impera Patricia Highsmith, onde o interesse é o humano no seu desequilíbrio, ou melhor, no seu equilíbrio instável.

E na chamada ficção científica?

O fulcro, aqui, será mais a «ficção» do que a «ciência». O caminho, porém, para defini-lo, é muito mais escorregadio. Se, no tempo, ambas estas «literaturas» são quase gémeas, estando Júlio Verne no mesmo lugar que Conan Doyle quanto à paternidade de cada uma, o desenvolvimento vertiginoso da ciência e da tecnologia — e a liberdade imaginativa que tal literatura não só permite como impõe — leva a «FC» muito mais longe, abre-lhe uma grande variedade de temas.

As receitas existem também.

Desde uma certa «futurologia», em que o livro se centra sobre o avanço da ciência, projectando a acção para muito longe de nós, com um autor que é simultaneamente investigador ou divulgador científico — havia alguns nomes célebres a citar, não esquecendo que as hipóteses de Verne se revelaram tantas vezes possíveis, muito menos tempo antes do que ele próprio poderia prever —, a um tipo de «FC» em que o «cenário» pseudocientífico é o mais importante, limitando-se a acção a reproduzir uma vulgar cobóiada, temos de tudo um pouco. O mais raro é o tipo de «FC» que a colecção de que falamos contempla.

Provavelmente, um dos «defeitos» que mais vulgarmente se pode encontrar em ficção científica é a projecção, para o futuro — e mesmo para outras sociedades ou civilizações tecnologicamente mais evoluídas — do mesmo tipo de mentalidade, do mesmo tipo de moral e de atitudes perante a vida que encontramos hoje, sobretudo a ocidente do socialismo. Do imperador Ming, de Flash Gordon, ao monstro bochechudo da «Guerra das Estrelas», os facínoras imperam no universo inventado por muitos autores da «FC» ocidental. E a maneira de resolver as injustiças, de repor a legalidade no caos de malvadezas, é recorrendo aos serviços do herói individual, ao predestinado, seja ele o Capitão América, o Super-Homem ou, simplesmente, o Super-Pateta...

O mundo, porém, reproduz-se igualzinho. Com olhos do tamanho de pires ou simplesmente antropomórficos, os povos da galáxia XPTO dividem-se em classes e o ambiente é medieval ou esclavagista, apesar de poderem eventualmente possuir uma cibernética completa em casa, armas de raios, de resolverem o problema da alimentação sintetizando metais raros, de telepatizarem uns com os outros e de trespassarem paredes, movendo-se alguns à velocidade da luz.

Por outro lado, os vulgares astronautas terrestres, vestidos o mais das vezes de túnica romana ou de simples pijamas-fatos-de-treino, apesar de terem aprendido língua galática ligando o alto da cabeça a um computador-mãe, tirando diplomas de várias ciências combinadas em alguns minutos durante o repouso, apesar de viajarem pelos quatro cantos do universo transportados em naves translúcidas e de se alimentarem de pasta verde e de algumas pílulas, apesar de o planeta estar mais ou menos unido politicamente — neste caso a capital será, por exemplo, Washington... — ou ainda dividido — a grande nação oriental sempre à coca a ver se leva a melhor... —, apesar de tudo isto e de muito mais, o herói «FC», normalmente, é, daqui a uns séculos ou milénios, comparável a um vulgar tenente que tivesse feito Conakry ou Saigão.

E que dizer das mulheres? Por mais competentes médico-geólogas, acabam sempre por levar o café ao comandante e lavar depois os copos...

Isto quando as coisas se passam no futuro. E, normalmente, a «FC» passa-se sempre no futuro.

Ora, a propósito desta colecção, precisamente o seu último livro dado à estampa, «Cavaleiros Vindos de Parte Nenhuma», dos soviéticos Alexandre e Serguei Abrámov, o que ele nos propõe é uma história de «FC» passada... agora!

Livro surpreendente por isso. E por muito mais.

Não é, certamente, o primeiro romance «FC» que nos propõe uma história passada na actualidade. Já H. G. Wells o fizera. E estes «cavaleiros», que não vêm de Marte e aparecem pela primeira vez na Antártida cortando gelo da calote glaciar são, a seu modo, «invasores». As diferenças, porém, são muitas. Não só nas aparências — estes seres não são verdes mas sim cor-de-rosa, em forma de nuvens ou doutros formatos — mas também na missão eventual que os trouxe.

É no tratamento do tema que o romance se revela extremamente interessante e original. À surpresa e ao natural medo do desconhecido, sobrepõe-se a curiosidade, a necessidade de aproximação, a vontade de **conhecer**. Uma missão científica soviética, estacionada na Antártida, é **contactada** pelos estranhos seres. E logo vêm a saber que um americano, de uma missão parecida, não longe dali, o foi também. O romance desenvolve-se na aventura de saber como lidar com os «intrusos» — palavra que, afinal, é rejeitada por todos.

Numa linguagem bastante viva — ressentindo-se um pouco de a tradução ter sido feita do Francês, em vez de directamente do Russo —, o romance conta-se neste mundo e hoje. Antártida ou Gronelândia, Nova Iorque ou Paris, Moscovo ou Sand City são os cenários. E vistos, de um modo curioso, por soviéticos, com um amável humor sobre os tiques ocidentais e uma nova moral de relações sociais que transparece em todo o livro.

Centrado mais sobre a necessidade de saber e de comunicar do que sobre hipóteses «tecnológicas», a aventura dos nossos heróis desdobra-se na aventura que é o comunicar do homem com o homem — primeiro passo para saber comunicar com os outros — e na dificuldade que isso pode ser, na violência que isso pode produzir, mesmo que, no essencial, a violência visível, neste romance, seja vivida na memória.

Mas o melhor é não dizer mais. Último livro publicado desta série — e os anteriores também são de molde a levantarem problemas interessantes a quem os ler — «Cavaleiros de Parte Nenhuma» vai deixar certamente leitores à espera de mais.

■ ***L.M.***

Cinema — A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Amadeus	★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★★
B Os Amantes de Maria	★★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★
C Um Amor na Alemanha	—	★★★	★★★	—	—
D Ana	★★	★★	★	—	★★
E O Baile	★★★★	★★★	★★★★	★★★	★★★
F O Exterminador Implacável	★★	—	★	—	—
G O Fio da Navalha	★★	—	★	—	—
H Jerry, tu és Louco	★★	—	★★★	★★★	★★
I A Rapariga do Tambor	★	—	★	—	—
J Testemunha de Um Crime	★★	★★	★★	★	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Milos Forman – **Londres** (15, 18.15, 21.30), **Las Vegas/2** (15.15, 18.30, 21.30) – **Lisboa**.
B — Real. Andrei Konchalovsky – **Alfa/1** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Berna** (14, 16.30, 19, 21.30), **Tivoli** (14, 16.30, 19, 21.30) – **Lisboa; Passos Manuel** (18.45, 21.45), **Foco** (14, 16.30, 21.45) – **Porto**.
C — Real. Andrzed Wadja — **Quarteto/3** (14.30, 16.45, 19, 21.15, 23.30) – **Lisboa**
D — Real. António Reis e Margarida Cordeiro -- **Forum Picoas/1** (de 2.ª a 6.ª/19.30; sáb. e dom./14.30, 18) – **Lisboa**.
E — Real. Ettore Scola – **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 21.15) – **Lisboa**.
F — Real. James Cameron – **Condes** (14, 16.30, 19, 21.30), **Fonte Nova/3** (14.30, 16.45, 19, 21.15), **Las Vegas/1** (15.30, 18.45, 21.45) — **Lisboa; Batalha** (2.ª a 6.ª/14.15, 16.30, 21.30; sáb e dom./14.15, 16.20, 18.30, 21.30). – **Porto**.
G — Real. John Byrum – **Ávila** (14.30, 17, 19.15, 21.45) – **Lisboa**.
H — Real. Jerry Lewis – **Alfa/3** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24), **Gemini** (14, 16.30, 19, 21.30, 24) – **Lisboa**.
I — Real. George Roy Hill – **Star** (15, 18.15, 21.30) – **Lisboa**.
J — Real. Brian de Palma – **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19, 21.15); **Terminal** (13, 15, 17, 19, 21.30, 24) – **Lisboa**.

Exposições...

Manuel Ribeiro Pavia

Exposição-Diálogo sobre Arte Contemporânea. Das 10 às 17, gratuito ao domingo. Fundação Gulbenkian, Sede e CAM. **Só até domingo próximo.**

«Os Bichos». Centro Artístico Infantil da Fundação Gulbenkian. **Só até domingo próximo.**

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas. 3.as, 4.as, 5.as e Dom./das 10 às 17; 6.as e Sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém.

João Hogan, retrospectiva de 45 anos de pintura. Galeria Ana Isabel, R. da Emenda, 111, 1.º. Até 20/6.

Manuel Cargaleiro. Retrospectiva da obra gravada. Ginásio Clube Português.

João Fragoso. Escultura. Na ESBAL, Lg. da Academia de Belas-Artes de Lisboa, ao Chiado.

Gaëtan, desenho e pintura, no Museu Nacional de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes, até 30/6.

Isabel Laginhas. 2.ª a 6.ª/10 às 19.00; Sáb./10 às 13.00. Altamira. Até 15/6.

Três arquitectos franceses. Contemporâneos (Portzamparc, Gaudin, Ciriani. Das 14 às 20, excepto feriados, na SBNA.

Artur Bual, pintura. Galeria S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 2.ª a Sáb. das 11 às 21. Até 20/6.

José Pedro Croft, escultura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a Sáb., das 15 às 19. Até 21/6.

Gente do Palco. Museu do Teatro. De 3.ª a Dom., das 10 às 13 e das 14 e 30 às 17 horas.

«Vestir 1955-85» – a moda nos últimos 30 anos. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, Lumiar.

60 Anos do SPA, exposição documental. Na sede, Av. Duque Loulé. Das 15 às 19, excepto Sáb., Dom. e feriados. Até 22/6.

Vítor Bálsamo, pintura: «Revisitar Lisboa». Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

«O Porto Visto por Dois Jovens Artistas», de Manfred Feiter e Paulo Hernani, na Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. Simultaneamente será apresentada uma exposição de serigrafias originais de Vieira da Silva. Até 19/6. PORTO

Pedro Proença, pintura e desenho. De 3.ª a 6.ª, das 16 às 20 horas. Galeria JN, R. Gonçalo Cristóvão, 195. PORTO.

Arquitectura e Escultura Góticas, até 3/11. Mosteiro de Sta. Maria da Vitória. BATALHA.

Jovens pintores, novas pinturas, exposição no Centro Cultural de São Lourenço. ALMANSIL.

Canedo, Maia e Miguel Ribeiro, pintura, na Galeria Diagonal, no Hotel Cidadela, de 3.ª a domingo, das 16 às 20 horas. Até 20/6. CASCAIS.

Fotografias de Trás-os-Montes, de Georges Dussaud, no Edifício Chiado, de 2.ª a 3.ª, das 9 às 12.30 e das 14.30 às 19 horas; sáb. e dom. das 10 às 12.15 e das 15 às 18 horas. Até 15/6. COIMBRA.

Max Klinger, gravura. Agora no Instituto Alemão de COIMBRA.

Azulejaria da Nazaré e das Estações da Linha do Oeste. Museu Municipal, em colaboração com a CP. Até 30/6. NAZARÉ.

Arte Sacra (paramentaria e ourivesaria) da região de Óbidos. Até meados de Junho. Solar da Pç. de Sta. Maria. ÓBIDOS.

Armas Antigas, integrada nas comemorações do VIII Centenário do Concelho de Palmela. No castelo. PALMELA.

H. Mourato, pintura. Até 22/6. Museu Municipal, SANTIAGO DO CACÉM.

Rogério Ribeiro e José Aurélio, desenhos e esculturas. De 2.ª a 6.ª/15.30 às 19 e [illegible]22; Dom./15.30 às 19. [illegible]/6. R. Dr. Joaquim Luís Martins, 16. SANTARÉM.

Primórdios da Mecanização da Agricultura. Até 14/7, no ex-Matadouro Municipal – SANTARÉM.

25 Anos da Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi, exposição comemorativa, na sede da Academia, a partir de 15/6 – SETÚBAL.

Arqueologia Naval, exposição itinerante organizada pela Ass. dos Municípios de Setúbal, a percorrer todos os concelhos do distrito. SETÚBAL.

ASAS, Artistas Plásticos de Setúbal. Todos os dias, das 9 às 21, Galeria Cetária, Trav. Frei Gaspar. SETÚBAL.

Teatro — o Cartaz ... e ainda — Música, debates, etc.

• LISBOA

ABC, Parque Mayer. Às 21.45; Sáb e Dom também às 16.00. **Fininho mas Jeitosinho,** de J. Bettencourt, versão de César Oliveira e R. Solnado, enc. Carlos César.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 4.ª a Sáb/21.45; Sáb e Dom/16.15. **Conferência de Alto Nível,** de R. D. MacDonald, enc. Hermínia Tojal e Sande Freire.

Comuna, Pr. de Espanha. De 5.ª a Sáb/21.15. Últimas representações. **Quatro para Quatro** de Michel Cyarneau, enc. João Mota — **Café-Teatro,** 6.ª/19.00; Sáb/21.45. **Mestre meu Querido Mestre,** de Fernando Pessoa, enc. João Mota.

Nac. D. Maria II, Rossio. De 3.ª a Dom/18.30: **Ela Não Sabia Sonhar,** de Denise Chalem, enc. Manuel João Ramos. **Sala Experimental,** de 3.ª a Sáb/21.45; Sáb e Dom/15.30: **A Paixão de Mestre Afonso Domingues,** de António Patrício, enc. José Gil.

Ocarina, Trav. do Poço da Cidade, 40. 2.ª, 4.ª e 6.ª/19.00. **O Paraíso Não Está à Vista,** de Fassbinder, enc. Rogério Carvalho, Grupo de Teatro Maizum.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 5.ª a Sáb./21.30; Dom/16.00. **O Esfinge Gorda,** compilação de textos, dramaturgia e encenação de Mário Viegas.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a Sáb/21 h; Dom/16 h. **Ricardo III,** de W. Shakespeare, enc. Luís Miguel Cintra – A Cornucópia.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 3.ª a Sáb./21.30; Dom./16.45. **Artimanhas de Scapin,** de Molière, enc. Rogério Carvalho.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3.ª a 6.ª 21.30; Sáb./16.00 e 21.30; Dom. só 16.00. **A Noite das Tríbades,** de Per Olov Enquist, enc. de Fernanda Lapa.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a Sáb./21.30; Dom./17, **Ai Que Saltos me dá o Coração** – 3 comédias de Tchekov, dir. e enc., Blanco Gil.

• PORTO

Cooperativa do Povo Portuense, 4.ª a Sáb/15.00. **O Fidalgo Aprendiz,** de D. Francisco Manuel de Melo, enc. Norberto Barroca — 5.ª a Sáb/22.00.

Sala-Estúdio do TEP, R. do Pinheiro, 9. 3.ª e 4.ª/18.45; 5.ª e 6.ª/21.45; Sáb/16.00 e 21.45; Dom./16.00 e 18.00. **Amor de D. Perlimplim com Belisa em seu Jardim,** de Fed. Garcia Lorca, enc. Roberto Merino.

Sala d'O Realejo, R. dos Mercadores, 136. 5.ª a Dom./21.30; Dom/17.30: **Com Papas e Bolos se Enganam os Tolos,** enc. Vítor Valente. 3.ª/21.45; 6.ª e Sáb/24.00: **Chão das Estrelas.**

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom/21.45; Dom. e feriados/16.00. **Uma Família do Porto,** adapt. de «Uma Família Inglesa», de Júlio Dinis por Norberto Barroca, enc. Norb. Barroca — Seiva Trupe.

Teatro Universitário do Porto, 6.as e Sáb./21.30; Dom./18.00. **Bodas de Ouro,** segundo textos de B. Brecht, etc., enc. José Caldas.

• CALDAS DA RAINHA

Teatro da Rainha – Autos de Engano e Pecado, montagem de textos de Gil Vicente, enc. Fernandes Mora Ramos.

• CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais. 3.ª a Sáb./21.45; Dom./17.00 e 21.45.

Arrala-Miúda, de Jaime Gralheiro, enc. Carlos Avilez.

• COIMBRA

Teatro Avenida. Até Dom./21.30. **O Super-Silva** enc. João Mota, com Raul Solnado e Rui Mendes.

• LEIRIA

Auditório do Tela, Rua Afonso Lopes Vieira, 38. 3.ª a Sáb./21.30. **Falar Verdade a Mentir,** de Almeida Garrett, enc. José Valentim Lemos, pelo Teatro Experimental de Leiria (TELA).

• SETÚBAL

Teatro de Bolso do TAS, Rua Dr. Aníbal Álvares da Silva, 9. **Luísa Todi,** texto de Fernando Gomes e Rui Mesquita, enc. Fernando Gomes.

• VILA FRANCA DE XIRA

Festival de Teatro Amador/85 – Em **Calhandriz,** no Clube Recreativo, 6.ª/21.30; **Falar Verdade a Mentir,** de Almeida Garrett; em **Alverca,** no Salão dos Bombeiros, Sáb./21.30: **O Amor Vence Todos as Coisas,** sobre textos de Gil Vicente; em **Vialonga,** na Casa do Povo, Dom./16 h: **Jorge Dandin,** de Molière.

Para crianças

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. Sáb. e Dom./15.00. **História de uma Cozinha,** texto e enc. de Horário Manuel.

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. 3.as, 5.as, 6.as/9.30, 11, 13.30. **Bola de Sabão,** enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

TIL, R. Leão Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb., Dom., e feriados/16.00. **Graças e Desgraças na Corte d'El Rei Tadinho,** de Alice Vieira, enc. Ruy de Matos.

• BRAGA

Casa Municipal da Cultura. Sáb. e Dom./11.00: **A Incrível História de Tomás Paramim e do Selvagem Rha,** enc. Rui Madeira — CENA — Comp. de Teatro de Braga.

• PORTO

Sala-Estúdio do Pé de Vento, R. das Virtudes. Sáb. e Dom./16.00. **A Guerra do Tabuleiro de Xadrez,** de M. Ant. Pina, enc. João Luís.

• PÓVOA DE St.º ADRIÃO

Salão da Junta, Dom./16 h, última representação: **Quem Tem Farelos?,** de Gil Vicente. Entrada Livre.

• PRAGAL

Sáb./10 h: **O Pequeno Círculo de Giz** – Grupo de Teatro de Almada.

• SETÚBAL

Galeria Central, Pç. Bocage, Sáb./15 h: **O Balão** – Centro Cultural de Almada.

Música

Espectáculo de Paulo de Carvalho: «20 Anos de Cantigas»... «Desculpem Qualquer Coisinha». Sexta/21.30, Aula Magna – LISBOA.

Orquestra Sinfónica Juvenil, dir. Maestro Christopher Bochmann. Entre outras, obras de Beethoven e Haydn. Patrocinado pela CM de Lisboa, o concerto é gratuito, podendo os bilhetes ser levantados a partir das 14 h. do próprio dia do concerto, na sala em que decorrerá: Teatro Municipal de S. Luís, 3.ª, dia 18,/21.30 – LISBOA.

Ainda no S. Luís, **Orquestra Sinfónica da RDP,** Sáb./17.00; e 2.ª/21.00, **Orquestra de Câmara de Lisboa,** dirigida por Ilan Rogoff, em obras de Corelli, Haydn, Schubert e Britten.

Festival Internacional de Música do Algarve – Recital de música de câmara pelo **Trio Sentire,** hoje/21.30; música coral portuguesa pelo grupo **Concertus Antiquus,** Dom./21.30, Igreja de Santa Maria – LAGOS. Ainda o grupo **Concertus Antiquus,** Sáb./21.30 na Igreja Matriz – PORTIMÃO. Amanhã/21.30, recital de piano por **Sequeira Costa,** no Teatro Lethes – FARO.

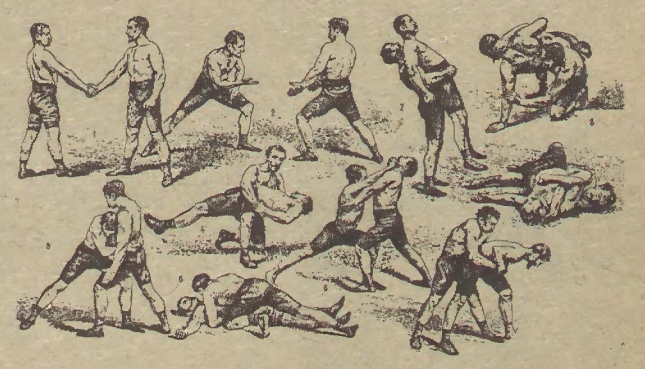
Espectáculo pelo Quinteto de Jazz de Maria João. Sáb./21.30, Fortaleza – PENICHE.

Isabel Pedro, Marcos Martins e Nuno Barroso, (voz, flauta, piano) interpretam Bach e Haëndel, Dom./16.00, no Palácio Valenças – SINTRA.

Carlos do Carmo e «revista à portuguesa», pelo **Grupo Cénico da Incrível Almadense,** no espectáculo itinerante da Campanha para o novo CT da DORS: amanhã/21.30, no Cine-Parque – MOITA, e Sáb./21.30, no Cine-Teatro Luísa Todi – SETÚBAL.

Cinema

Ciclo Jean-Luc Godard, que a Cinemateca retoma: desde Sáb., dia 15, a 4.ª, dia 26. De 1963 («Les Plus Belles Escroqueries du Monde») a 1983 («Prénom Carmen»). «Je Vous Salue, Marie» (ainda?) não consta – LISBOA.



John Carpenter, «Assalto à 13.ª Esquadra». No Quinteto, às 24.00 de Sáb., e também na 2.ª/21.00, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico (AE) – LISBOA.

Pandora, real. Albert Lewin, com James Mason e Ava Gardner – Forum Picoas, 2.ª/19 e 22 h., e 3.ª/21.30. **One From The Heart,** real. FF Coppola, hoje à meia-noite no Quarteto; às 23.30, também no Quarteto, **Os Malditos,** de Luchino Visconti – LISBOA.

Teatro

Um Cadáver Esquisito, de Nuno Artur Silva, dias 14 a 18/21 h., no Anfiteatro da Faculdade de Letras, Cidade Universitária – LISBOA.

Serpente de Genesis, texto e enc. de Sérgio Santos. De 14 a 30/6, 21.30, na SNBA.

Têathre de La Clca, um grupo espanhol, com vários espectáculos. Até Dom., no Anfiteatro de Ar Livre da Gulbenkian – LISBOA.

Ópera

Maria Stuart, de Donizetti, cenografia de Villagrossi, enc. Paolo Trevisi, dir. musical Franco Ferraris. Dom./16.00; 3.ª e também 5.ª, dia 20, às 20.30. Teatro Nac. de S. Carlos – LISBOA.

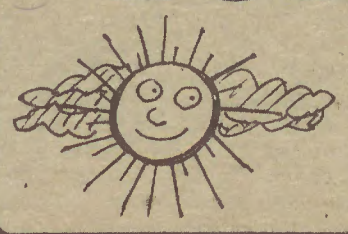
Bailado

Teatro Maria Matos, hoje e amanhã/21.45; Sáb. também às 18.30 e Dom. só às 18.30: o grupo português **Sétima Posição,** e a companhia francesa **Friends,** coreografias sobre música de Herbis Hancock, Miles Davis, Phil Collins, entre outros.

Mês da Criança

A iniciativa da CM de **Setúbal,** que mantém em funcionamento diário a Ludoteca Infantil, na Galeria Central da Praça do Bocage, anima-se em vários dias da semana também no Museu de Setúbal/Convento de Jesus, com *ateliers* de literatura e pintura, fantoches e animação. Na Galeria Central da Pç. do Bocage, Sábado também há teatro: «O Balão», pelo Centro Cultural de Almada, às 15 h.

Tempo — Fim de Semana



Segundo a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no próximo fim-de-semana teremos céu pouco nublado em todo o território do Continente, temporariamente muito nublado nas regiões Norte. Vento fraco, e nevoeiros locais pela madrugada e manhã. Quanto à temperatura: uma previsível baixa gradual, hoje e amanhã, deverá, no entanto, situá-la, sábado e domingo, nos valores normais para a época.

Utilidades & variedades

22 conselhos práticos para a aparelhagem de som ③

1. Potência e impedância

O altifalante é a peça terminal de uma cadeia de alta-fidelidade. O princípio do seu funcionamento é o da transformação dos impulsos eléctricos transmitidos pelo amplificador em vibrações mecânicas de uma membrana que reproduz os sons correspondentes aos impulsos eléctricos. Em certa medida, o altifalante reproduz em sentido inverso a mesma operação realizada pelo microfone e que esteve na origem da captação de som.

A potência dos altifalantes mede-se em watts e deve ser correspondente à potência do amplificador utilizado para os atacar. Assim, para um amplificador de 50 watts por canal devem ser utilizados dois altifalantes de 50 watts cada.

Em princípio não é impossível utilizar altifalantes de potências diferentes das do amplificador, mas não é indicado. Se a potência do amplificador for superior à do altifalante, abrindo muito o volume daquele introduz-se neste uma potência que ele não comporta, as membranas vibram em demasia e estragam-se; se ocorrer o contrário, a potência introduzida nos altifalantes pode não ser suficiente para fazer as membranas vibrarem convenientemente o que dá uma fraca qualidade de reprodução sonora.

Os especialistas cuidadosos optam normalmente por amplificadores de potências ligeiramente superiores às do altifalante: se não se abrir o volume ao máximo, esta situação pode garantir um nível de excitação das membranas no seu rendimento óptimo.

Uma comparação costuma ser feita para exemplificar esta situação. Admita-se a existência de uma bomba de puxar água que tem um débito de 50 litros por minuto e a que está ligada uma mangueira que tem um terminal. Se este terminal permitir um débito de 50 litros por minuto, o jacto de água sairá sem riscos, mas com relativamente pouca força; se o débito do terminal for de 100 litros por minuto, o jacto será fraco pois a pressão da água é inferior àquela capacidade; se o terminal permitir um débito de 40 litros por minuto, sujeito a uma pressão superior assegurará um jacto mais potente, mas se a diferença for maior (25 litros por minuto, por exemplo) e a pressão da água estiver no máximo dos 50 litros, o terminal rebentará.

Em resumo, uma diferença de 10% na potência colunas-amplificador admite-se como aceitável, requerendo contudo prudência no volume deste último (que aliás e como vimos no número anterior, não deve nunca funcionar nos seus limites máximos).

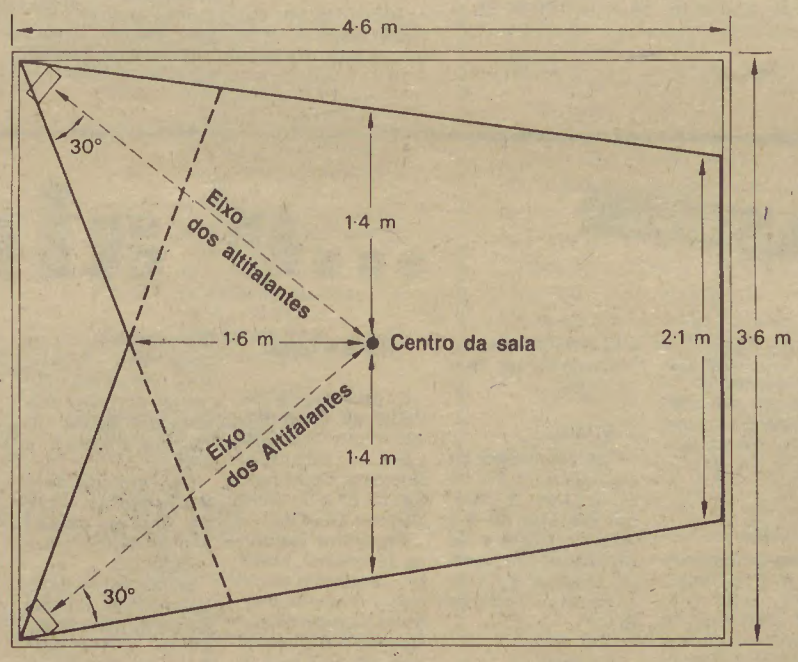
Em relação aos altifalantes colocam-se as mesmas questões de curvas de resposta que se viram para os amplificadores. É evidente que se um amplificador debitar uma faixa de frequência entre os 20 e os 20 000 Hz, mas os altifalantes só puderem reproduzir uma gama entre os 40 e os 18 000 Hz há toda uma faixa de frequências que se não houve. As mesmas normas de qualidade quanto à curva de resposta que se aplica aos amplificadores são assim válidas para os altifalantes.

Conforme se sabe, nas cadeias de alta-fidelidade designam-se normalmente os altifalantes por **colunas**. O termo advem do facto de que hoje em dia praticamente todos os sistemas de alta-fidelidade estão equipados com mais do que um altifalante montados dentro de cada caixa (isto é, uma «coluna» de altifalantes).

É evidente que este facto se deve a um esforço de adequar o mais possível cada altifalante a uma determinada faixa de frequências: um material que pode vibrar em excelentes condições para frequências agudas da casa dos 5000 ciclos pode ser inteiramente impróprio para frequências graves da ordem dos 100 ciclos e vice-versa.

Considera-se que idealmente uma boa coluna deve ter três altifalantes («3-way», isto é, três vias): um altifalante para agudos (o «tweeter»), um para médios (o «squawker») e um para graves (o «woofer»). Havendo mais do que um altifalante, a coluna tem de possuir igualmente um separador («dividing network» ou «crossover») que faz a recepção do sinal vindo do amplificador e o separa de forma a assegurar que cada altifalante recebe apenas as frequências para que é indicado. Nas colunas de alta-fidelidade o crossover está em geral metido dentro da própria coluna e actua sobre o sinal já amplificado (é o chamado **crossover passivo**, diferente dos **activos** que dividem o som **antes** da amplificação e utilizados normalmente nos sistemas de amplificação de espectáculos, os PA, do inglês «public adress»).

Uma outra questão a ter em conta é a da impedância, ou seja, a resistência de cada componente da cadeia à passagem da corrente eléctrica que irá excitar as membranas dos altifalantes. Este valor mede-se em Ohms e é necessário que a impedância de saída do amplificador seja idêntica à de entrada nas colunas. A maioria dos amplificadores e colunas funcionam em 8 Ohms e a compatibilidade é total. Contudo, alguns fabricantes europeus funcionam ainda com 6 Ohms. Tratando-se de uma cadeia de alta-fidelidade com todos os componentes da mesma marca o problema não se coloca, mas é conveniente confirmar sempre a compatabilidade de impedâncias.



Com os altifalantes inclinados cerca de 30°, em quase toda a sala o ouvinte encontra-se em situação de audição equilibrada

2. Localização

A reprodução de som feita pelos altifalantes é sempre direccional, isto é, propaga-se para a frente do altifalante e segundo o seu eixo.

Nestas circunstâncias, é evidente que uma audição é tanto mais eficaz quanto as colunas em encontrem sensivelmente no mesmo plano dos ouvidos na situação habitual de escuta. Não é assim muito conveniente colocá-las nem muito baixo, nem muito alto. Partindo do princípio que normalmente se ouve música sentado numa cadeira, num divã ou num maple, a altura ideal será assim a cerca de 50-70 cm do chão.

Para obter uma audição estereofónica o mais exacta possível, o ouvinte deve situar-se no vértice de um triângulo em que os dois outros cantos são ocupados pelas colunas e a igual distância de ambas (ver diagrama).

Um fenómeno que prejudica profundamente a audição são as reflexões de som saído das colunas e que se produz quando este bate contra uma qualquer superfície não absorvente. Deve assim evitar-se que a parede em frente das colunas esteja despida: mesmo sem especiais revestimentos acústicos, cobrir a parede com um reposteiro de pano grosso ou — melhor — cobri-la com uma estante de livros (que são um excelente isolamento) melhora substancialmente o som.

Uma situação a evitar é colocar as colunas numa parede fronteira a uma janela (e tanto pior quanto maior for a superfície de vidro): esta pode evidentemente ser coberta por um reposteiro e aí a questão está resolvida, mas, se ele não estiver lá, não só o vidro é um excelente reflector de som como tende a introduzir vibrações secundárias em algumas frequências.

Tudo quanto sejam alcatifas, acolchoados e outros materiais que amorteçam a reflexão sonora melhora a audição.

A evitar, evidentemente, a interposição de qualquer objecto (móvel ou outro) entre as colunas e o local de audição.

Evitar ainda colocar as colunas sobre bases (prateleiras, por exemplo) onde existam outros objectos que vibrem. Se ao lado das colunas estiveram livros, não há problema: mas a coluna na mesma prateleira que o armário dos copos é pôr os vidros a vibrarem juntamente com os altifalantes — e a darem sons não previstos na gravação...

I — **Gira-discos**
- 1. Localização e nivelamento
- 2. A cabeça e a agulha
- 3. Equilíbrio do braço
- 4. Manuseamento

II — **Amplificador**
- 1. Potência; curva de resposta
- 2. Controlos graves-agudos
- 3. Balanço
- 4. Filtros e loudness

III — **Altifalantes**
- 1. Potência e impedância
- 2. Localização
- 3. Ligação

IV — **Gravador/leitor de cassettes**
- 1. Vuímetros e leds
- 2. Bias e EQ
- 3. Dolby
- 4. Limpeza

V — **Discos**
- 1. Arrumação
- 2. Limpeza
- 3. Manuseamento

VI — **Cassettes**
- 1. Tipos
- 2. Conservação

VII — **Cabos e fichas**
- 1. Tipos de cabos e funções
- 2. Tipos de fichas e funções

3. Ligação

A ligação do amplificador às colunas faz-se com um vulgar cabo de dois condutores. Alguns preceitos a respeitar na ligação:

a) Respeitar integralmente as polaridades da ligação, ou seja, ligar a saída + do amplificador à entrada II + da coluna (normalmente assinaladas a vermelho nas respectivas fichas) e o – ao – (normalmente a branco). Num cabo normal de dois condutores é por vezes difícil verificar qual a ponta que está ligada a cada um dos bornes do amplificador: existem no mercado fios de dois condutores com o revestimento de cada em cor diferente que facilita a identificação, tal como um outro (normalmente designado por «cabo para colunas») que tem exteriormente uma marca num dos condutores. A inversão das polaridades torna sempre defeituosa a reprodução e, em amplificadores e colunas de alta qualidade, pode danificar gravemente os altifalantes;

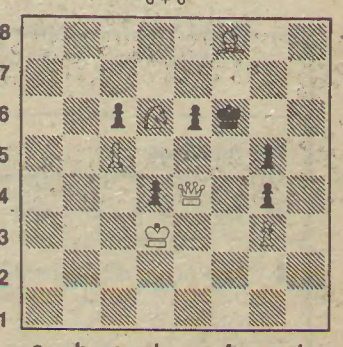
b) Os cabos que ligam as colunas ao amplificador devem ser sempre do mesmo comprimento. Mesmo que uma coluna esteja muito mais perto do amplificador do que a outra, necessitando assim de menor cumprimento de cabo, esteve deve ter exactamente o mesmo comprimento que o da outra. Caso contrário podem surgir flutuações que embora mínimas afectam a audição por o som chegar mais depressa a uma das colunas que à outra;

c) Os cabos de ligação devem ser o mais curto possível. É evidente que quanto maior for o comprimento maior será a resistência à transmissão da corrente e, por pouco que seja, o sinal saído do amplificador irá enfraquecendo. No caso citado na alínea *b*), havendo um cabo mais comprido, é de evitar tê-lo demasiadamente enrolado por poder igualmente agravar a resistência;

d) É de evitar a vizinhança dos cabos de ligação das colunas com fios eléctricos de corrente normal que podem introduzir parasitas no som.

Xadrez

IV — 13 Junho 1985
PROPOSIÇÃO N.º 4
Por G. Ballo
Tükör, 1934
6 + 6



Br. Ps; c5, g3-Cd6-Bf8-De4-Rd3
Pr. Ps; c6, d4, e6, g4, g5-Rf6
MATE EM 2 LANCES

NOTA: Todo o problema construído com mais de 7 peças e com menos de 13 denomina-se MEREDITH!

Óscar Mundial de Xadrez: 1.º A. KARPOV 1395 pontos; 2.º, G. KASPAROV 1364 pts.; 3.º, TIMMAN, 973; 4.º, BELIAVSKY, 923; **KORTCHNOI**, 914; 6.º, NUNN, 567; 7.º, VAGANIAN, 366; 8.º, MILES, 330; 9.º, POLUGAIEVSKY, 292 e 10.º, RIBLI, 270...

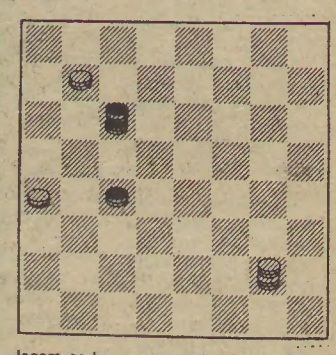
JOGO N.º 4
Zagrebe, 1985
Br. Lobron — Pr. Ribli
1. e4, ç5; **2.** Cf3, d6; **3.** d4, çxd4; **4.** Cxd4, Cf6; **5.** Cç3,a6; **6.** Bg5,e6; **7.** f4,Db6; **8.** Dd2,Dxb2; **9.** Tb1,Da3; **10.** Be7,Be7; **11.** 0-0,Cbd7; **12.** e5,dxe5; **13.** fxe5,Cxe5; **14.** Bxf6,gxf6; **15.** Ce4,f5; **16.** Tb3,Da4; **17.** Cxf5!,Dxe4; **18.** Cxe7!,Rxe7; **19.** Te3,Dd5; **20.** Db4+Dd6; **21.** Dh4+,Re8; **22.** Df6,Tf8; **23.** Txe5,Bd7; **24.** Bh5!De7; **25.** Dg7,Rd8; **26.** Txf7, Txf7; **27.** Bxf7,Be8; **28.** Txe6!,Dxf7; **29.** Dg5+,Rç8; **30.** De5,Rd8; **31.** Dg5+,Rç8; **32.** De5,Rd8; **33.** Dd6+,Dd7; **34.** Db6+,Rç8; **35.** Dç5+,Rd8; **36.** Td6,Tç8; **37.** Dg5+ (a partir daqui é uma questão de técnica!), Rç7; **38.** Txd7+,Bxd7; **40.** De5+,Rb6; **41.** Dd6++,Bç6; **42.** Dd4+,Rc7; **43.** DE5,Rb6; **44.** Dxh5,a5; **45.** Dd1,a4; **46.** h4,a3; **47.** Dd4+ e as Pretas abandonam.

SOLUÇÕES
N.º 1 (23.5.85)
1. Be4, ameaça: **2.** Td3 mate
1. ..., BxBe4; **2.** Ce2 mate
1. ..., TxBe4; **2.** DxCd1 mate
1. ..., Ce5; **2.** Bc5 mate
1. ..., De5; **2.** Ta4 mate
1. ..., Td5; **2.** TxTd5 mate
Num futuro próximo voltaremos a este problema!!!

N.º 4 (13.6.85)
1. Dh1!!! blocus!
1. ..., Re5; **2.** Bg7 mate
1. ..., Rg6; **2.** Dh6 mate
1. ..., e5; **2.** Dh6 mate

Damas

IV — 13 Junho 1985
PROPOSIÇÃO N.º 4
Por «LUSÍADA» — Lisboa
«O Carola» n.º 1 Março/50
Pr. 15-(23)
Br. (5)-20-28



Jogam as brancas e ganham.

JOGO N.º 4
Br. António Peru
Pr. Medalha da Silva
Algés (Pré Nacional), 26.2.85

1. 10-14, 22-19; **2.** 5-10, 27-22 (**os ingleses preferem 26-22**); **3.** 11-15, 21-18; **4.** 14-21; 25-18; **5.** 10-13, 19-14 (**23-20 é muito fraco**); **6.** 15-19, 22-15; **7.** 12-19, 14-11 (**lance muito mau! Correcto seria 14-10, pois o peão que está em 14 não tem defesa**); **8.** 7-21, 26-10; **9.** 6-13, 23-14; **10.** 2-6, 28-23; **11.** 4-7, 24-20; **12.** 1-5, 20-15 (**única**); **13.** 6-11, 15-6; **14.** 3-28, 32-23; **15.** 5-10, 23-20; **16.** 8-12, 31-27; **17.** 10-14, 27-22; **18.** 13--17, 29-26; **19.** 9-13, 26-21; **20.** 17-26, 30--21; **21.** 7-11, 21-17 — **Empate**
(Nótulas de Medalha da Silva)

GOLPE N.º 4 (Dr. OAL)
Lisboa, 2.12.54

1. 10-14, 23-19; **2.** 14-23, 28-19; **3.** 5-10, 27-23; **4.** 12-16, 21-17; **5.** 11-14, 25-21; **6.** 7-11, 24-20; **7.** 4-7, 31-28; **8.** 2-5, 22-18??

SOLUÇÕES
N.º 1: 22-27, 30-23; 15-19, 23-14; 6-10, 14--5; 24-2 G.Br.
Golpe N.º 1: **10.** ..., 23-20; **11.** 16-23, 17--13; **12.** 10-17, 24-20; **13.** 15-24, 22-15; **14.** 11-20, 28-3! G. Pretas!!!